



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**INGRID MARY SANTOS DE OLIVEIRA**

**MATERNIDADE E EMPODERAMENTO: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE  
INTERSECCIONAL DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE COM ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Linha de Pesquisa: Psicologia Social e Cognitiva.

Orientador (a): Dalila Xavier de França

**SÃO CRISTÓVÃO/SE**

**2024**

**INGRID MARY SANTOS DE OLIVEIRA**

**MATERNIDADE E EMPODERAMENTO: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE  
INTERSECCIONAL DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE COM ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

**Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

**Linha de Pesquisa:** Psicologia Social e Cognitiva.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalila Xavier de França.

**SÃO CRISTÓVÃO/SE**

**2024**

**MATERNIDADE E EMPODERAMENTO: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE  
INTERSECCIONAL DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE COM ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

**Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

**Profa. Dra. Dalila Xavier França**

Universidade Federal de Sergipe/ UFS

Orientadora/ Presidente

---

**Prof. Dr. Ueliton Santos Moreira Primo**

Universidade Federal de Sergipe

Membro interno (UFS)

---

**Prof. Dr. Khalil da Costa Silva**

Membro externo

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me proporcionar perseverança durante toda a minha vida. A minha mãe, Acácia Maria Amaral Santos, pelo apoio e incentivo que serviram de alicerce para as minhas realizações.

Ao meu filho, Rafael Machado Santos, por compreender minha ausência em alguns momentos, e por ter me dado força para seguir e continuar.

Aos meus amigos do trabalho (CRAS de Nossa Senhora do Socorro–SE e São Cristóvão–SE) pela amizade e atenção dedicadas quando sempre precisei.

A minha professora orientadora, Dalila Xavier de França, pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo.

A minha secretária, Creuza Ribeiro dos Santos, por ter me apoiado no cuidado com o meu filho Rafael Machado Santos.

Aos meus amigos do curso e do grupo de pesquisa que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com espírito colaborativo.

Aos professores Ueliton Moreira-Primo e Khalil da Costa Silva, que se disponibilizaram a ler e avaliar este trabalho.

Também quero agradecer à Universidade Federal de Sergipe e ao seu corpo docente que demonstrou estar comprometido com a qualidade e excelência do ensino.

## RESUMO

A vulnerabilidade social agravada pela maternidade na adolescência pode restringir as oportunidades e perspectivas de vida das meninas, limitando seu crescimento pessoal e profissional e gerando sentimentos de desesperança e desengajamento social. Esse cenário pode ser ainda mais severo para meninas negras, com impactos profundos em sua formação de identidade, autoimagem, autoestima e perspectivas de futuro. Este trabalho tem o objetivo geral de verificar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda que são chefes de famílias, suas percepções dos impactos do racismo, classismo e sexismo na sua condição de vulnerabilidade e empoderamento. Para atingir os objetivos foram utilizados cinco instrumentos: 1) Questionário de Dados Sociodemográficos; 2) Identidade Étnico-racial; 3) Escala de Fatores explicativos da condição de vulnerabilidade; 4) Escala de Percepção da Discriminação Cotidiana e 5) Escala de Empoderamento. Participaram do estudo 47 adolescentes, com idade média de 17,54 anos (DP = 1,752), das quais 72% se autodeclararam pardas, 16% brancas e 12% pretas. Quanto ao estado civil, 90% são solteiras, 6% estão em união estável e 4 % são casadas. Os resultados indicam que as adolescentes, em geral, possuem um moderado a alto senso de pertencimento racial. Observou-se um efeito de interação entre cor da pele e idade: adolescentes brancas mais velhas demonstram uma identidade racial mais alta em comparação com as mais novas, que têm uma identidade racial média. Em contraste, as adolescentes negras mais novas apresentam uma identidade racial mais elevada do que as negras mais velhas. Quanto aos fatores que explicam a situação de vulnerabilidade, os resultados mostram que o apoio foi um fator relevante na explicação da vulnerabilidade para as jovens brancas. No que se refere a discriminação percebida, os resultados indicaram que as adolescentes apresentam baixa percepção de discriminação. A classe social interagiu tendencialmente com a cor de pele, indicando que as adolescentes negras que não trabalham percebem mais a discriminação do que as que trabalham. Por fim, as análises do empoderamento demonstraram uma alta percepção de autoestima e autoeficácia e ativismo comunitário e indicaram alto nível de empoderamento individual e coletivo. Os resultados deste estudo contribuem para preencher a lacuna de pesquisas que exploram a intersecção entre raça, gênero e classe no contexto das políticas de assistência. Além disso, oferecem subsídios valiosos para aprimorar a prática de profissionais que atuam na área, especialmente psicólogos, ao fornecer dados que podem orientar a construção de intervenções educacionais e políticas públicas.

**Palavras-Chave:** Raça. Gênero. Classe. Empoderamento. Maternidade. Adolescentes. Vulnerabilidade social, Identidade. Interseccionalidade.

## ABSTRACT

The social vulnerability exacerbated by teenage motherhood can restrict the opportunities and life prospects of young girls, limiting their personal and professional growth and generating feelings of hopelessness and social disengagement. This scenario can be even more severe for Black girls, with profound impacts on their identity formation, self-image, self-esteem, and future prospects. This study has the general objective of investigating the ethnic-racial identity of low-income adolescents who are heads of households, their perceptions of the impacts of racism, classism, and sexism on their condition of vulnerability and empowerment. To achieve these objectives, several instruments were used: 1) Sociodemographic Data Questionnaire; 2) Ethnic-racial Identity; 3) Scale of Explanatory Factors of the Condition of Vulnerability; 4) Scale of Perception of Everyday Discrimination; and 5) Empowerment Scale. The study involved 47 adolescents, with an average age of 17.54 years ( $SD = 1.752$ ), of whom 72% self-identified as mixed-race, 16% as white, and 12% as black. Regarding marital status, 90% are single, 6% are in a stable union, and 4% are married. The results indicate that the adolescents generally have a moderate to high racial identity. An interaction effect was observed between skin color and age: older white adolescents exhibit higher racial identity compared to younger ones, who have a medium racial identity. In contrast, younger Black adolescents show higher racial identity than older Black adolescents. As for the factors explaining the situation of vulnerability, the results show that support was a relevant factor in explaining vulnerability for white youth. Regarding perceived discrimination, the results indicated that the adolescents have a low perception of discrimination. Social class tended to interact with skin color, indicating that Black adolescents who do not work perceive more discrimination than those who work. Finally, the analysis of empowerment demonstrated a high perception of self-esteem, self-efficacy, and community activism. Regarding empowerment, the analyses indicated a high level of individual and collective empowerment. The results of this study contribute to filling the gap in research exploring the intersection of race, gender, and class in the context of social assistance policies. Additionally, they provide valuable insights for improving the practice of professionals working in the field, especially psychologists, by offering data that can guide the development of educational interventions and public policies.

**Keywords:** Race. Gender. Class. Empowerment. Motherhood. Adolescents. Social vulnerability, Identity. Intersectionality.

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO I .....	15
Identidade Social e Empoderamento: Intersecção entre Raça, Gênero e Classe na Vulnerabilidade Social de Jovens Mães Monoparentais .....	15
1.1 Teoria da Identidade Social de Tajfel (1978).....	18
1.2 Identidade Social e Adolescência .....	20
1.3 Racismo, Classismo e Sexismo em Intersecção.....	23
1.4 Empoderamento: definição e aquisição .....	31
1.5 Monoparentalidade na adolescência .....	36
1.6 Conclusões .....	39
CAPÍTULO II .....	42
Construindo Caminhos: SUAS, o trabalho sobre Classe, Raça e Gênero na Política Nacional de Assistência Social .....	42
2.1 Política nacional de assistência social: LOAS, PNAS e SUAS.....	44
2.2 Vulnerabilidade Social: contextualização conceitual .....	48
2.3 Enfrentamento à vulnerabilidade: papel do CRAS .....	51
2.4 PAIF e o Papel da Psicologia na Proteção Básica .....	54
2.5 Raça e gênero no SUAS: o que dizem nas normativas .....	57
2.6 Conclusões .....	71
CAPÍTULO III.....	77
ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO.....	77
3.1 Objetivo Geral.....	77
3.1.2 Objetivos Específicos.....	77
3.2 Método .....	79
3.2.1 Participantes .....	79
3.2.2 Critérios da seleção de participantes.....	80
3.2.3 Instrumentos.....	80
3.2.4 Procedimentos.....	82
3.3 Procedimento de Análise dos Dados.....	83
CAPÍTULO IV.....	85
RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	85
4.1 A identidade étnico-racial de adolescentes em situação de vulnerabilidade social chefes de família .....	85
4.2 A percepção das adolescentes sobre os fatores interseccionais explicativos na condição da vulnerabilidade das mães adolescentes: raça, classe e gênero .....	87
4.3 Fatores preditores da persistência na vulnerabilidade social .....	91
4.4 Percepção das adolescentes sobre discriminação no nível de raça, classe e gênero .....	92

4.5 A percepção de empoderamento individual e coletivo das adolescentes em função da idade e cor da pele .....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICES.....	112

## INTRODUÇÃO

Os dados sociodemográficos apresentados nos últimos anos têm demonstrado uma disparidade entre as condições de pobreza enfrentadas por mulheres brancas e mulheres pardas e pretas no Brasil. Por exemplo, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, a remuneração da população ocupada de cor ou raça branca era 69,3% superior à da população preta ou parda, a despeito do número de horas trabalhadas. Os homens ganhavam 12,7% mais que as mulheres. A população ocupada branca recebia um rendimento por hora maior do que a população preta ou parda em todos os níveis de instrução, sendo a disparidade mais acentuada (44,6%) no nível Superior completo, com R\$ 33,90 comparado a R\$ 23,50.

Silva (2017), em um estudo realizado em Sergipe demonstra como isso se dá no contexto local, ao observar uma predominância masculina na indústria de transformação em Sergipe, com 73% dos vínculos formais pertencentes a homens e apenas 28% a mulheres. Em termos de raça, os trabalhadores pardos representaram a maioria (72%) nesse setor ao longo dos anos analisados. No entanto, a participação de pessoas pretas, tanto homens quanto mulheres, foi significativamente menor, com percentuais de 6% para homens e 1,3% para mulheres em 2007, e variações leves nos anos seguintes, chegando a 6,5% e 1,8% em 2014. Esses dados mostram que, além da sub-representação feminina, as pessoas pretas enfrentam maiores dificuldades de inclusão no setor. Destaca-se ainda que as mulheres pretas receberam os menores salários formais (R\$ 766,96), em comparação com mulheres brancas (R\$ 993,24), pardas (R\$ 828,48), e homens de todas as raças, com salários variando de R\$ 1.091,96 para homens pretos a R\$ 1.640,86 para homens brancos.

Com relação à moradia, a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (IBGE) 2019 mostrou que, em média, as casas onde moram pessoas brancas são avaliadas em quase o dobro do valor das casas onde moram pessoas pretas e pardas, de acordo com o valor do aluguel mensal estimado pelos moradores. As casas de pessoas brancas são avaliadas em R\$998 por mês, enquanto as de pessoas pretas são avaliadas em R\$571 e as de pessoas pardas em R\$550. Isso acontece porque as casas das pessoas pretas e pardas geralmente estão em localizações piores, com menos

acesso a serviços, e são, em média, menores. Sobre violência, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE) 2019, a incidência de violência física, psicológica ou sexual foi maior entre pessoas pretas (20,6%) e pardas (19,3%) com 18 anos ou mais. Em comparação, a proporção entre pessoas brancas foi menor (16,6%). As mulheres foram mais frequentemente vítimas de violência (19,4%) do que os homens (17,0%), sendo que as mulheres pretas foram as mais afetadas (21,3%).

Considerando o contexto educacional, as mulheres negras enfrentam barreiras significativas, desde a entrada até a conclusão dos estudos. A falta de acesso a uma educação de qualidade desde cedo, aliada a estereótipos e preconceitos raciais, muitas vezes as impede de alcançar níveis mais elevados de escolaridade e, conseqüentemente, de obter empregos bem remunerados. Para Passos (2021), esse fato é evidente pela existência de desigualdades estruturais e pedagógicas entre as escolas públicas, pois instituições localizadas nas periferias urbanas, as que oferecem serviço educacional às populações mais carentes, frequentemente enfrentam condições precárias. Essas escolas não apenas carecem de recursos estruturais e materiais adequados, como também enfrentam desafios significativos em termos de qualidade do ensino e suporte pedagógico.

Isso está diretamente ligado à vulnerabilidade que, por muito tempo, foi associada, basicamente, aos aspectos socioeconômicos, ou seja, a carência financeira, como ser pobre. A partir dos anos 90, estudiosos e pessoas vinculadas às políticas assistenciais, começaram analisar a vulnerabilidade para além dos aspectos financeiros, considerando, igualmente, aspectos sociais e estruturais. Assim, a vulnerabilidade está associada à precariedade no acesso à garantia de direitos e de proteção social. Isso inclui não apenas a questão econômica, mas também o acesso precário a recursos e serviços essenciais para a qualidade de vida, como autonomia e empoderamento. Começaram então a considerar essa ideia mais ampla de vulnerabilidade ao planejar as políticas sociais no Brasil. Isso resultou numa mudança na forma como a assistência social é feita. Agora, não é só sobre resolver problemas imediatos, mas também sobre lidar com as razões por trás das desigualdades sociais. A superação dessas desvantagens, decorrentes da situação de desigualdades

no Brasil, passam necessariamente por políticas públicas, como a Política Nacional de Assistência de Social (PNAS) (Semzezem & Alves, 2013).

Com esse sentido mais amplo de vulnerabilidade, é possível dizer que a gravidez e a maternidade na adolescência deixam meninas, sobretudo, as negras, jovens e pobres, em situação mais grave de vulnerabilidade. Muitas vezes, a gravidez precoce leva ao abandono escolar ou à interrupção dos estudos, o que limita as oportunidades de emprego no futuro, é o que diz o relatório “Jovem Menina” do IPEA (2020). De acordo com o mesmo relatório, a responsabilidade precoce de cuidar de uma família pode ter profundas implicações negativas no desenvolvimento e na educação das meninas, afetando seu futuro de várias maneiras. Assumir tais responsabilidades durante a infância, uma fase crucial para o aprendizado e o crescimento pessoal, pode resultar na perda de oportunidades educacionais e de desenvolvimento que são fundamentais para uma vida melhor e mais autônoma no futuro (IPEA, 2020). Essa falta de educação formal pode perpetuar o ciclo de pobreza e vulnerabilidade econômica (Sousa et. al., 2018), deste modo, a falta de recursos financeiros pode passar a ser uma preocupação significativa para as mães adolescentes, principalmente se elas não têm apoio afetivo e financeiro da família.

A privação de oportunidades, decorrente da vulnerabilidade social e agravada pela maternidade na adolescência, pode limitar as experiências e os horizontes de meninas (Sousa et. al., 2018), além disso, a assunção de responsabilidades adultas em uma idade jovem pode afetar negativamente o desenvolvimento emocional e psicológico das adolescentes. Por exemplo, um estudo realizado com 430 mães adolescentes, de 14 a 16 anos de Porto Alegre, RS, verificou a prevalência de indicadores emocionais negativos, também identificou-se sofrimento psíquico intenso em 32,6% das adolescentes, estando associado à baixa classe social, à não repetência escolar, ao relacionamento ruim com a mãe, à não aceitação da gestação pelo parceiro e à falta de apoio da família frente à gestação. A prevalência de autovalorização negativa foi 15,4%, permanecendo associada ao relacionamento ruim com a mãe e a não possuir uma pessoa confiante.

Outro dado mostra que pouca ou nenhuma expectativa em relação ao futuro foi encontrada em 7,5% das adolescentes (Rosseto *et al.*, 2024).

A alta prevalência de sofrimento psíquico, encontrada nas mães adolescentes, é consequência da brusca interrupção da infância, que é uma fase crucial para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, que associa-se à pressão de cuidar de uma família, podendo impedir que essas meninas experimentem e aprendam através de atividades típicas da infância, como brincar e socializar com seus colegas, reduzindo suas perspectivas de vida e restringindo suas possibilidades de crescimento pessoal e profissional. Isso pode resultar em sentimentos de desesperança e desengajamento com a sociedade (Rosseto *et al.*, 2024)..

Tal situação pode ser ainda mais profunda se essas meninas são negras. A vulnerabilidade social pode ter impactos profundos na formação das identidades de crianças e adolescentes (Ferreira, 2021), influenciando sua autoimagem, sua autoestima e suas perspectivas de futuro. A necessidade de desenvolver um estudo aprofundado sobre esse fenômeno social é imperativa, dadas as inúmeras implicações que as desigualdades sociais trazem tanto para as jovens mães quanto para seus filhos. Essas jovens mães enfrentam desafios únicos que são muitas vezes amplificados por fatores como racismo, classismo e sexismo. A presente dissertação pode identificar essas especificidades, fornecendo uma boa base teórica e empírica para a criação de políticas públicas e programas que realmente atendam às suas necessidades e promovam a igualdade de oportunidades.

Além do mais, a situação de vulnerabilidade das jovens mães não afeta apenas elas, mas também suas crianças (Silva *et al.*, 2011). Problemas relacionados à alimentação, ao cuidado parental, à segurança e à moradia podem ter efeitos duradouros no desenvolvimento das crianças. Compreender esses impactos é essencial para desenvolver intervenções que rompam o ciclo de pobreza e desvantagem que pode se perpetuar de geração em geração.

Esta dissertação se justifica também pelo ainda baixo interesse dos psicólogos e psicólogas que atuam na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em investigar como a intersecção de pertenças minoritárias atravessam as experiências de vida das usuárias da política. Em primeiro

lugar, pode haver uma falta de sensibilidade ou consciência sobre a importância dessas interseccionalidades na perpetuação das desigualdades no país. Muitos profissionais, advindos de um lugar de privilégios, podem não estar cientes do impacto significativo que fatores como raça, gênero e classe têm na vida das pessoas em situação de vulnerabilidade atendidas pela PNAS. Além disso, o sistema educacional e de formação profissional pode não fornecer uma base sólida para entender e abordar essas questões de maneira adequada. Os currículos de graduação e pós-graduação em Psicologia nem sempre abordam de forma abrangente as intersecções entre raça, gênero e classe e como elas influenciam a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos (Hirata, 2014).

A presente dissertação, portanto, contribui para ampliar o conhecimento já existente, tanto teórico quanto empírico, no que diz respeito ao papel da intersecção entre raça, gênero e classe na situação de vulnerabilidade social de mães solas adolescentes. Tal conhecimento é fundamental para que sejam aperfeiçoadas as políticas públicas, ações e intervenções que promovam a inclusão, a equidade e o acesso igualitário aos direitos fundamentais, a fim de diminuir os impactos da vulnerabilidade, que tem origem em desigualdades de raça, classe e gênero, e oferecer oportunidades para essas jovens e suas famílias. É importante considerar que a superação desses problemas passa pela investigação dos fenômenos e da compreensão das realidades enfrentadas por essas jovens mães.

O presente estudo tem como objetivo verificar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda que são chefes de famílias, suas percepções dos impactos do racismo, classismo e sexismo na sua condição de vulnerabilidade social, bem como suas noções de empoderamento. Para atingir esse propósito, a dissertação está dividida em quatro capítulos. O Capítulo 1 apresenta a literatura referente aos temas centrais da dissertação, com destaque para a Teoria da Identidade Social, Identidade Social na Adolescência, as influências das desigualdades de raça, gênero e de classe na situação de vulnerabilidade social das mães adolescentes e empoderamento, considerando o contexto histórico e social do Brasil. São discutidos os efeitos da intersecção entre racismo, sexismo e classismo na vida das mães adolescentes. O Capítulo 2 tem o propósito de examinar os

fundamentos teóricos e conceituais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para entender como sua organização impacta a execução da Política Nacional de Assistência Social e para identificar as estratégias atualmente utilizadas no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) relacionadas à Raça e ao Gênero dentro do contexto da Política Nacional de Assistência Social. O Capítulo 3 traz os “Aspectos Metodológicos do Estudo” do empírico realizado, como objetivos, descrição da amostra, procedimentos e a descrição dos instrumentos. O capítulo tem o objetivo de verificar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda que são chefes de famílias, suas percepções de discriminação em função do gênero, raça e classe, e quais impactos desses fatores na sua condição de vulnerabilidade social, bem como suas noções de empoderamento, através de alguns instrumentos quantitativos e o teste dos objetivos específicos, delineados para alcançar o objetivo geral. Por fim, o Capítulo 4 apresenta os resultados e as discussões do estudo empírico, em tópicos organizados para apresentar os dados referentes a cada um dos objetivos específicos.

## CAPÍTULO I

### **Identidade Social e Empoderamento: Intersecção entre Raça, Gênero e Classe na Vulnerabilidade Social de Jovens Mães Monoparentais**

A vulnerabilidade social está intrinsecamente relacionada às questões de raça e gênero no Brasil. O país possui uma história marcada por desigualdades profundas e persistentes, porém, apesar da Lei 12.288 de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), a discriminação racial ou étnico-racial ainda persiste, através de comportamentos racistas que concretizam a desigualdade entre os indivíduos. O histórico legado da colonização coloca o Brasil no patamar de um país extremamente desigual racial e socialmente. Assim, podemos ver o processo de aprofundamento da desigualdade racial em diversos indicadores sociais, sendo que a população negra e afrodescendente enfrenta desvantagens estruturais em vários aspectos da vida cotidiana. Do mesmo modo, ser mulher pode impactar significativamente a situação de vulnerabilidade devido a diversos fatores, muitos dos quais estão enraizados em desigualdades de gênero em uma sociedade patriarcal, condição que vão ser agravadas quando se interseccionam (Meneghel *et al.*, 2003). No presente capítulo, vamos explorar teoricamente cada um dos conceitos e fenômenos que são a base da dissertação: Teoria da Identidade Social, Identidade Social e Adolescência, Racismo, Classismo e Sexismo em Intersecção, Empoderamento e Monoparentalidade na adolescência.

A interseção refere-se à sobreposição, ao cruzamento ou à interligação de diferentes formas de discriminação, desigualdades ou características sociais, como raça, gênero e classe social. A interseção entre racismo e sexismo se trata da forma como esses dois tipos de preconceito estão entrelaçados e podem se manifestar de maneira combinada, afetando particularmente as pessoas que pertencem a grupos racialmente marginalizados e, ao mesmo tempo, enfrentam discriminação devido ao seu gênero (Collins & Bilge, 2020). A interseção reconhece que as pessoas podem enfrentar múltiplas formas de discriminação ou desvantagem simultaneamente, o que amplia e complexifica sua experiência de desigualdade e vulnerabilidade social.

O presente estudo ressalta o contexto de superação da vulnerabilidade social de mães adolescentes solas, no âmbito da Política de Assistência Social dentro do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), no município de São Cristóvão, no Estado de Sergipe. Essas jovens, enquanto grupo social, encontram-se em condições de exclusão social, como demonstra o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2020, que entre todas as mulheres pardas que se tornaram mãe, 16,7% dos bebês eram de mães adolescentes, e entre os partos de mulheres pretas, 13% foram mães adolescentes, já os nascidos de mães adolescentes brancas eram 9,2%. Esses indicadores demonstram que as taxas de maternidade na adolescência no Brasil são elevadas, mesmo se comparadas a outros países da América do Sul (IBGE, 2020), requerendo um debruçar em termos de pesquisas e intervenção a fim de compreender a condição de desigualdade que acomete essas jovens.

De fato, os indicadores de vulnerabilidade social podem repercutir na vida dessas jovens, no entanto, Castro e Abramovay (2002) trazem que o conceito de vulnerabilidades sociais é desconstruído em relação a sentidos únicos e que são identificadas potencialidades de acionar atores e atrizes para resistir e enfrentar situações socialmente negativas. Assim, eles trazem um conceito denominado de vulnerabilidade positiva, que é aprendida pelo que é vivido pelo sujeito, e, através disso, ele começa a tecer formas de resiliências, formas de lidar com os riscos e obstáculos de modo criativo. O conceito constituinte desse plano de vulnerabilidade (a vulnerabilidade positiva) é amparado pelas discussões de Bourdieu (2001) sobre capital cultural, social e simbólico.

Neste estudo, pretende-se analisar as jovens mães adolescentes pelo viés de discriminação estrutural a que estão submetidas, que é produtora de injustiça social em nível de raça, classe e gênero. Assim, trazendo uma correlação entre racismo e sexismo, Amorim e seus colaboradores (2021) citam Krieger, (2020) que considera o racismo quando uma raça é vista de forma superior sobre a outra, e o sexismo acontece quando um sexo é visto como superior sobre o outro. Tais formas de preconceito não são reproduzidas de forma isolada ou individual, mas sim de forma entrelaçada. E ambos compreendem sistemas sociais danosos, excludentes e carregados de

privilégios e dominação em benefício próprio de um grupo privilegiado que formam as desigualdades sociais.

As diferenças grupais entre as pessoas, seja em termos de raça, gênero ou classe social, moldam suas oportunidades, levando a experimentarem privilégios ou desvantagens, tendo efeitos sobre suas identidades sociais (Lima, 2020). Esses mecanismos de intersecção compõem igualmente tipos de identidade, pois a identidade social deriva do pertencimento a grupos sociais (Tajfel *et al.*, 1978). Esses pertencimentos delineiam diferentes padrões afetivos e emocionais no indivíduo em função da resposta em termos de valor e poder social do grupo.

Deste modo, uma das formas mais relevantes para ser trabalhada a identidade racial das adolescentes, é através da elucidação de que elas pertencem a um grupo racial, de gênero e de classe social, e que as características que elas possuem as tornam semelhantes aos demais indivíduos pertencentes a esse grupo, ao passo que elas se tornam diferentes dos indivíduos pertencentes a outros grupos e, ainda, a significação emocional e valorativa da sua pertença. (Moreira-Primo & França, 2023).

Amorim *et al.* (2021) discutem que muitos estudos existentes tendem a focar exclusivamente em um tipo de preconceito, o que restringe a compreensão do fenômeno e se torna problemático dada à estrutura social complexa que possibilita a intersecção de diversas formas de preconceito. Partindo desta compreensão, um estudo será conduzido a fim de responder como se apresentam as identidades étnico-raciais e qual a percepção do impacto da raça, gênero e renda de jovens mães monoparentais na condição de vulnerabilidade social, bem como as noções do empoderamento dessas jovens.

Dentro do eixo da Psicologia Social, os estudos sobre identidade social são fundamentais para a compreensão das desigualdades entre grupos, pois oferecem um caminho para o entendimento do como a percepção da identidade e do pertencimento a grupos influencia as relações sociais, as atitudes, os comportamentos. A Teoria da Identidade Social, elaborada por Henri Tajfel (1978) e sua equipe de colaboradores, destaca o impacto do contexto social e cultural

na constituição da identidade e comportamento tanto a nível individual quanto grupal, de modo que pertencer a determinados grupos (aqueles socialmente desvalorizados ou estigmatizados) pode trazer prejuízos às identidades, bem como reforçar e reproduzir as desigualdades estruturais.

### **1.1 Teoria da Identidade Social de Tajfel (1978)**

A primeira questão a ser respondida é: o que é identidade social? Para Tajfel *et al.* (1978), a identidade social é formada pela ação conjunta à percepção do indivíduo de ser pertencente a um determinado grupo social, associado ao valor social do grupo e ao custo afetivo e emocional que o pertencimento traz para a pessoa. Decorre que essa teoria defende que o indivíduo tende a buscar uma identidade social que venha proporcioná-lo uma autoimagem positiva para si mesmo. Assim, no processo de comparação social, essa imagem positiva só conseguirá ser alcançada se o sujeito procurar se diferenciar positivamente de outros grupos. Dessa forma, quanto maior for esse sentimento de pertencimento grupal, mais o indivíduo tenderá a diferenciar seu grupo (endogrupo) de outros grupos (exogrupos).

O segundo pressuposto que a Teoria da Identidade Social defende é que a identidade muda o sujeito, através de uma agregação de valores e normas do grupo social que ele se sente pertencente, mas, por outro lado, esse sujeito participa ativamente na construção da identidade do grupo. Já o terceiro pressuposto traz a definição de que a identidade social do sujeito também é formada dentro de um contexto histórico, e que os diferentes grupos constroem relações intergrupais, e essas relações são mediadas pela identidade social, ou seja, a maneira como o indivíduo e o grupo se percebem dentro da organização social (estabilidade e legitimidade), e que são mediadas pelo processo de identificação social.

Tajfel e Turner (1979) trazem uma concepção de crenças sociais, na qual existe o termo denominado de “Sistema de Crenças na Mobilidade Social” que define que o sujeito, não satisfeito com as condições oferecidas pelo grupo à qual ele pertence, pode passar de forma individual para os outros grupos. Do outro lado, existe o “Sistema de Crenças de Mudança Social” em que há a

impossibilidade de mudar individualmente de grupo, por razões de falta de permeabilidade; ou seja, as fronteiras do grupo não são flexíveis, como no caso do pertencimento a grupos raciais e de gênero, de modo que as tentativas de mudança são coletivas através de movimentos sociais.

Nessa abordagem, o reconhecimento de identidade trará consequências em relação ao nível de pertença ao grupo, ou seja, o indivíduo tenderá a se manter em um grupo, se esse grupo for contributivo para ele de alguma maneira. Caso contrário, ele tenderá a procurar outro grupo que apresente aspectos positivos na sua identidade social, ou seja, algo que lhe dê satisfação e que possa transmitir uma autoimagem positiva.

Percebe-se então a relação entre crença e ação, e que ambas estariam influenciadas pela identidade social e pela diferença entre grupos. Por exemplo, indivíduos que acreditam na mobilidade social, quando avaliam de forma negativa o grupo ao qual pertencem, tendem a querer fazer parte do grupo que é avaliado de forma positiva pela sociedade. Já indivíduos que possuem um sentimento forte de pertencimento ao seu grupo tendem a buscar ações coletivas, que venham beneficiar a ele e ao seu grupo, vislumbrando melhores condições de vida para ambos.

Os sujeitos então tendem a estabelecer formas de comparações sociais que mantenham sua imagem social positiva. Segundo Festinger (1954), o ser humano tende a avaliar suas habilidades e opiniões a respeito de si mesmo, e esta avaliação é feita através de comparação do sujeito com os outros grupos sociais existentes na sociedade, de uma forma que não venha ameaçar sua autoestima. Dessa forma, compreendendo a Teoria da Identidade Social, considera-se que ela é formada através de um significado consciente e emocional que o indivíduo tem em relação a fazer parte de uma categoria ou grupo social, sendo motivado a construir uma autoimagem e uma identidade social positiva, decorrente do pertencimento a grupos socialmente valorizados, e, para isso, ele tenderá a fazer comparações sociais que venham diferenciar o seu grupo dos outros grupos. Assim, é identificado que, quanto mais forte for o sentimento de pertença do sujeito com o seu grupo, maior será sua tendência de valorizar o seu grupo e desvalorizar o outro grupo (Lima, 2004).

Apesar de demonstrar algum interesse recente no desenvolvimento da identidade social, a maior parte da pesquisa relacionada foi conduzida com crianças, enquanto os adolescentes foram frequentemente tratados como equivalentes aos adultos. Isso tem levado a uma lacuna significativa no entendimento de como a identidade social se desenvolve especificamente durante a adolescência, por esse motivo, a seguir faremos um esforço para compreender como se dá a aquisição e a exploração da identidade social na adolescência.

## **1.2 Identidade Social e Adolescência**

Dentro do eixo da Psicologia Social, é necessário problematizar o modo como se constrói a identidade dessas adolescentes, tendo em vista que a condição social de desvalorização dos seus grupos de pertença (mulher, negra e pobre) que em diferentes planos proporcionam bases muito frágeis para a construção de identidades positivas. Dada a importância desse processo durante a adolescência, os estudiosos têm se interessado cada vez mais em compreender como a identidade étnico-racial dos adolescentes se forma e como ela está ligada ao seu bem estar.

Antes, é necessário fazer uma reflexão sobre a importância da adolescência, enquanto fase do desenvolvimento humano, como crucial para a construção da identidade. A adolescência é uma fase complexa e crucial do desenvolvimento humano, caracterizada por profundas mudanças biológicas, psicológicas e sociais. As transições significativas experimentadas pelos adolescentes nas culturas ocidentais, como a passagem da escola primária para a secundária no início da adolescência e da secundária para a universidade ou para o trabalho no final da adolescência, têm profundas implicações para seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo. Essas transições representam muito mais do que simples mudanças de ambientes, pois elas são marcos importantes que moldam a identidade e o senso de pertencimento dos jovens, influenciando significativamente suas trajetórias de vida (Tanti, 2011).

A adolescência é frequentemente dividida por teóricos em três subfases: início da adolescência (aproximadamente 12-14 anos), meio da adolescência (15-17 anos) e final da

adolescência (18-21 anos). Embora o desenvolvimento físico ao longo dessas fases seja realmente significativo, são as mudanças nos aspectos cognitivos e sociais as mais significativas para compreender as transformações na identidade social durante a adolescência (Kroger, 2000). Isso se deve ao fato de que, conforme a Teoria da Autocategorização, o processo central que destaca a identidade social envolve a ativação de categorizações cognitivas do eu em contextos sociais (por exemplo, Turner *et al.*, 1987). Assim, é lógico que as transformações nos aspectos social e cognitivo vivenciadas pelos adolescentes provavelmente influenciam sua identidade social e os efeitos associados a ela.

Quanto a isso, Tanti (2011) realizou um estudo longitudinal com objetivo de investigar se há mudanças na percepção de identidade social do adolescente no começo e no final da adolescência. Os resultados deste estudo revelaram diferenças importantes na identidade social ao longo da adolescência. No início da adolescência, os adolescentes demonstraram efeitos mais fortes de identidade social, como maior identificação com o grupo, percepção de maior unidade do grupo e maior favoritismo ao grupo, independentemente da condição de identidade. Isso sugere que os efeitos da identidade social são mais pronunciados no início da adolescência, quando os adolescentes estão focados em conseguir um senso de pertencimento. As principais conclusões do estudo indicam que a identidade social dos adolescentes é afetada por mudanças no contexto social e pela capacidade cognitiva. Os efeitos de identidade social são mais fortes quando uma identidade social relevante está saliente, especialmente no início da adolescência.

É justamente neste sentido que alguns autores vão atribuir uma mudança na identidade com aumento da autoconsciência em relação à raça durante a adolescência. Eles destacam a necessidade de entender a identidade racial como uma construção múltipla, com diferentes componentes e que possui influências de gênero. Além disso, as autoras sugerem que o desenvolvimento da identidade racial está relacionado ao bem-estar de adolescentes (Bender *et al.*, 2010).

Portanto a adolescência inicial é um estágio crítico em que a compreensão da identidade racial se torna mais proeminente. Durante essa fase, os jovens começam a perceber e explorar

ativamente questões relacionadas à sua raça, buscando entender seu papel nesse contexto social. Compreender como os diferentes aspectos da identidade racial se relacionam e evoluem ao longo do tempo nesse período é fundamental para obter uma visão completa de como os processos de identidade étnico-racial se desenvolvem e se transformam com o tempo (Hughes, Del Toro & Way, 2017). A identidade torna-se cada vez mais saliente à medida que os jovens começam a experimentar mudanças biológicas, hormonais e emocionais, comuns da adolescência, que trazem à tona percepções das semelhanças e diferenças em suas experiências em relação às de seus pares (Swanson *et al.*, 1998).

É importante perceber que as identidades sociais e suas consequências na vida dos adolescentes não existem em um vácuo isolado umas das outras (Hoffman *et al.*, 2020), isto é, as diversas identidades estão se consolidando simultaneamente e influenciando umas às outras. Nos últimos anos, pesquisadores que exploram as identidades sociais têm salientado a importância de avançar além da análise individual das identidades sociais para obter uma compreensão mais completa e matizada do desenvolvimento da identidade dos adolescentes.

Por exemplo, Hoffman e colaboradores (2020) realizaram um estudo que investigou a identidade étnico-racial e de gênero em adolescentes Cherokee (um grupo étnico indígena nativo da América do Norte), abordando aspectos pouco explorados. Os resultados destacam a importância e valorização da identidade Cherokee para esses adolescentes. Surpreendentemente, não houve diferenças significativas de gênero na identidade étnico-racial, mas as meninas valorizam mais sua identidade étnico-racial do que de gênero. A identidade de gênero teve uma relação mais forte com o bem-estar em comparação com a identidade étnico-racial, ressaltando a importância de considerar múltiplas identidades no desenvolvimento de adolescentes. Os achados deste estudo apoiam a noção de que ambas as identidades (racial e de gênero) são importantes e são vistas positivamente por adolescentes, embora de maneiras diferentes e variadas para as meninas e meninos Cherokee (indígenas).

Do mesmo modo, Fernandes e Pereira (2018) fizeram um estudo teórico no qual apresentaram uma discussão acerca da importância da teoria da identidade social para os estudos sobre as relações intergrupais. Esses autores argumentam que a identidade tem uma importância muito significativa na construção psicológica e social dos sujeitos, desde sua infância, sendo fortalecidas as vivências positivas ou negativas durante a construção da história de vida das pessoas. De fato, a diferença de recursos materiais ou financeiros de grupos minoritários em relação a grupos dominantes pode ajudar a formar uma identidade social negativa em grupos minoritários, porque a identidade social é feita por relações de poder. O que ocorre é um processo de atravessamento de pertencimentos/identidades sociais, chamado de interseccionalidade, de modo que adolescentes negras, pobres e do sexo feminino tendem a formar uma identidade negativa sobre o grupo ao qual elas pertencem. O conceito e as implicações de estudar os fenômenos do racismo, classismo e sexismo em intersecção serão vistos no próximo tópico.

### **1.3 Racismo, Classismo e Sexismo em Intersecção**

A primeira questão a ser trazida será o racismo, assim, será considerada uma definição de racismo à luz da psicologia social. Lima e Vala (2004) evidenciam que o racismo é uma valorização ou uma desvalorização de determinadas pessoas e grupos nos quais as diferenças físicas, como cor da pele e formação física do nariz, são fatores determinantes para construir uma regulamentação natural das habilidades sociais e culturais dessas pessoas e dos grupos que elas pertencem. Dessa forma, o racismo é criado através de uma representação e de uma construção social que gera uma formação multifacetada de crenças, emoções e comportamentos de discriminação direcionados a pessoas que fazem parte de um grupo diferente (exogrupo), colocando essas pessoas em uma dimensão categórica a partir de sua cor de pele, e apresentando reações pelo simples fato dessas pessoas pertencerem a esse grupo (Vala, Brito & Lopes, 1999).

Dessa maneira, o racismo pode se desdobrar a partir de quaisquer diferenças, sejam elas físicas ou culturais, verdadeiras ou fictícias, contanto que as representações sociais que foram concebidas a esse grupo alvo que está sofrendo racismo, tenham sido normalizadas através das

diferenças identificadas (Lima, 2013; Vala, 2015). Lima (2020) propõe que para ser racista é necessário reconhecer a existência de raças, considerar que uma raça é mais importante do que outras (hierarquia racial), menosprezar ou oprimir alguém, numa relação interpessoal, por achar que ela pertence a uma raça menos relevante ou insignificante (opressão racista), e por fim quando se faz uma opressão racista num plano institucional, ceifando acesso a direitos (opressão racista no plano institucional).

É necessário reconhecer que somos racistas não apenas de forma unilateral e individualista, mas porque nossa cultura é racista e que, por isso, as instituições são diretamente afetadas e influenciadas, e que, por conseguinte, reforçam o racismo individual estruturalmente.

No que diz respeito ao sexismo, este fenômeno refere-se à discriminação, ao preconceito ou a estereótipos baseados no sexo ou gênero de uma pessoa (Glick & Fiske, 1996). Ele pode ocorrer de várias maneiras, incluindo tratamento desigual, estereótipos prejudiciais, preconceitos, discriminação e viés baseados no sexo percebido de uma pessoa (Ferreira, 2004; Assmar & Ferreira, 2004). O sexismo é prevalente em muitas culturas e sociedades, manifestando-se em crenças e práticas que subjagam ou desfavorecem mulheres com base em seu sexo.

De acordo com a teoria feminista, esses valores culturais, reiterados ao longo do processo de socialização, influenciam os meninos a adotarem representações de masculinidade ligadas à ideia de um homem forte, dominador e provedor da família, enquanto as representações de feminilidade estão relacionadas à imagem de uma mulher dócil, submissa e responsável pelo lar e pelos filhos. Essas representações que promovem a supremacia masculina constituem o fundamento psicológico que justifica atitudes de discriminação, opressão e dominação sobre as mulheres (Ferreira, 2004).

Nesse contexto, existem duas formas principais de sexismo: o sexismo hostil ou sexismo aversivo é uma forma explícita e aberta de discriminação, na qual as pessoas expressam ódio, desdém ou aversão em relação a um determinado sexo ou gênero. Isso pode ser evidente em atitudes misóginas ou misândricas, violência de gênero e discursos ofensivos. A outra forma de sexismo é o denominado de benevolente, pois ele é sutil, e as atitudes preconceituosas são

disfarçadas como modos de proteção. Pode incluir estereótipos que limitam as pessoas a papéis tradicionais de gênero, como a ideia de que as mulheres devem ser cuidadoras e os homens devem ser provedores (Assmar & Ferreira, 2004; Formiga, 2006).

Considerando a classe social, o estudo de Lott (2012) afirma que as classificações em termos de classe social estão vinculadas, em princípio, a procedência em termos de posses ou aspectos sócio-econômicos da família de origem, que pode ser identificada como pertencente à classe trabalhadora, classe média ou classe alta, tanto em termos objetivos quanto subjetivos. Essas classificações indicam status, expectativas, localização e poder, conforme determinado pelo acesso a recursos. A filiação a uma determinada classe social (a) prevê de forma confiável o grau em que uma pessoa pode obter e se beneficiar dos recursos econômicos e políticos disponíveis na sociedade, (b) está associada a uma ampla variedade de experiências de vida, e (c) medeia e influencia o que uma pessoa provavelmente aprenderá, acreditará, antecipará e buscará ao longo de sua vida. O termo "classe social", portanto, vai além do simples status socioeconômico, destacando o conceito de poder e sua distribuição na sociedade.

Pertencer a uma classe social específica implica não apenas a possibilidade de acesso a bens materiais e oportunidades, mas também molda o ambiente cultural e social em que um indivíduo está inserido. Isso inclui a qualidade da educação disponível, as expectativas em relação ao sucesso acadêmico e profissional, e as redes de apoio e influência que podem facilitar ou dificultar a mobilidade social. Além disso, a classe social pode impactar a saúde mental e física, influenciando os níveis de estresse, o acesso a cuidados médicos e até mesmo a longevidade (Lott, 2012).

O tipo de preconceito, ligado a opressões e desigualdades socioeconômicas históricas e estruturais, que está nas bases da nossa sociedade é o preconceito contra pessoas pobres, conhecido como classismo. Há uma correlação significativa entre classe social e cor, e esse fato se deve à história social de constituição dos grupos na sociedade em que os negros foram colocados em lugar de desprestígio e desvalor desde o período colonial, e, mesmo após os anos de história de liberdade,

pouco foi feito para compensar as perdas em termos de direitos e oportunidades desse grupo em diversas áreas da vida social. Decorre disso que a vida das pessoas pertencentes à classe trabalhadora e de baixa renda é influenciada de diversas formas pelas suas experiências diárias em escolas, no sistema de saúde, na aplicação da lei, entre outros contextos, sempre em interseção com questões raciais. As interações cotidianas nessas áreas moldam significativamente suas oportunidades e desafios. Frequentemente, quando se pensa nas populações pobres, os rostos que vêm à mente são os de minorias raciais, refletindo estereótipos e realidades sobre as disparidades econômicas e sociais enfrentadas por esses grupos (Lott, 2012).

No Brasil, esse fato é demonstrado por Silva e Lima (2019), que realizaram um estudo no qual compararam-se os impactos da norma de responsabilidade social e empresarial e a discriminação das mulheres negras no setor industrial sergipano. Os autores encontram que os trabalhadores com as mesmas qualidades profissionais e a mesma escolaridade, mas de raça ou gênero diferentes, recebem salários diferentes, e isso se deve à discriminação de raça e gênero, ou seja, no sexismo e no racismo presentes no ambiente de trabalho.

Assim como o racismo, o classismo refere-se a atitudes, crenças e comportamentos negativos direcionados àqueles que possuem menos poder e que são socialmente desvalorizados (Lott, 2012). O classismo envolve a marginalização e discriminação de indivíduos ou grupos com base em sua posição socioeconômica, resultando em um tratamento desigual e em uma perpetuação das desigualdades sociais. Pessoas de baixa renda vivenciam o classismo através de uma variedade de formas, através de práticas cotidianas opressivas que podem incluir a exclusão social, a estigmatização e a falta de oportunidades. Isso pode se manifestar em ambientes educacionais, onde estudantes de famílias de baixa renda podem enfrentar preconceitos e baixas expectativas por parte dos educadores. No local de trabalho, essas pessoas podem ser vistas como menos competentes ou menos dignas de promoções e aumentos salariais (Lott, 2012; Freitas, 2014).

O classismo pode ser dividido em dois tipos principais: classismo institucional e classismo interpessoal. O classismo institucional é a manutenção e o reforço do status inferior das pessoas de

baixa renda por meio de barreiras criadas pelas instituições sociais, como escolas, empresas e governos, que dificultam o acesso a recursos e oportunidades. Por exemplo, uma escola em um bairro pobre pode ter menos recursos e professores menos qualificados, prejudicando a educação dos alunos. Já o classismo interpessoal se manifesta nas atitudes e nos comportamentos negativos que os indivíduos expressam em relação às pessoas de baixa renda. Isso inclui o preconceito, que são atitudes negativas direcionadas a essas pessoas devido a seus pertencimentos grupais; os estereótipos, que são crenças negativas amplamente compartilhadas associadas aos pertencimentos grupais das pessoas, como a ideia de que são preguiçosas ou incompetentes; e a discriminação, que envolve ações de cerceamento de direitos ao outro em função de seu pertencimento grupal, como exemplos, excluir ou desrespeitar pessoas, ignorá-las, tratá-las mal ou negar-lhes oportunidades (Smith, 2010; Lott, 2012).

Além do racismo e da classe social, o fato de “ser mulher” está intrinsecamente relacionado com a discriminação que as adolescentes sofrem em relação ao acesso a melhores oportunidades de emprego, moradia, escolaridade e autoestima. Esse fenômeno é denominado de sexismo, uma forma de preconceito que envolve avaliações negativas e atos discriminatórios direcionados às mulheres devido ao seu gênero. Esse preconceito, assim como o racismo e o classismo, pode se manifestar de diferentes maneiras, sendo as principais formas o sexismo institucional e o sexismo interpessoal. O sexismo institucional refere-se às práticas de exclusão promovidas por entidades, organizações e comunidades que impõem barreiras específicas às mulheres, impedindo-as de terem as mesmas oportunidades que os homens. Essas barreiras podem ser observadas em diversas áreas, como no mercado de trabalho, na política, na educação e em outros contextos sociais e econômicos. Por exemplo, políticas de contratação que favorecem homens em detrimento de mulheres ou a falta de apoio às mães trabalhadoras são formas de sexismo institucional. Por outro lado, o sexismo interpessoal é expresso nas atitudes e nos comportamentos individuais que desvalorizam e discriminam as mulheres. Isso inclui comentários depreciativos, assédio, piadas sexistas e a percepção de que as mulheres são menos competentes ou capazes do que os homens. Esses

comportamentos reforçam estereótipos negativos e perpetuam a desigualdade de gênero, afetando a autoestima e as oportunidades das mulheres (Ferreira, 2004).

Calixto e Wachelke (2020) afirmam que, em algumas sociedades, o sexo é fator determinante para a divisão do trabalho. Assim, as mulheres sempre estiveram associadas a papéis sociais ligados à reprodução e os homens ligados à força e ao vigor físico. Os atributos associados aos homens foram mais valorizados economicamente, resultando um status de mais poder para os homens. Contudo, nos últimos anos, dentro das culturas ocidentais, intensificou-se a entrada de mulheres no mercado de trabalho, devido ao aumento da escolaridade, no entanto, tal avanço não foi suficiente para estabelecer a igualdade de gênero, e isso pode ser atestado através da divisão sexual do trabalho doméstico. Segundo Simões e Matos (2010), as tarefas domésticas continuam sendo amplamente executadas por mulheres.

Segundo Giffin *et al.* (2007), quando a mulher é negra e pobre, ela sofre tríplice discriminação, que estão relacionadas com o fato delas serem mulheres, pobres e negras, e essas discriminações são mais fortes em mulheres jovens, inclusive, elas se tornam mais afetadas por causa da política macroeconômica neoliberal. Devido às discriminações, elas têm poucas chances de competir com os outros, e de inclusão no mercado de trabalho, assim, elas ficam aquém, e, na grande maioria das vezes, acabam fazendo serviços não remunerados e cuidando dos filhos e da família.

Tal fato foi verificado por Nascimento e colaboradores (2019), em um estudo exploratório que investigou a interseccionalidade de raça e gênero no contexto do mercado de trabalho no Brasil, usando dados secundários do IBGE. Os resultados demonstram que as mulheres negras enfrentam desigualdades estruturais, ocupando mais empregos informais e mal remunerados, com menor exigência de qualificação. Essas desigualdades refletem a persistência histórica de condições precárias relacionadas ao período colonial. As mulheres negras enfrentam discriminação salarial e ocupam menos posições de poder, mostrando a interseção do racismo estrutural com o sexismo, perpetuando a desvantagem social. As estruturas de poder, como judiciário e legislativo, são

dominadas por homens brancos, evidenciando a exclusão racial e de gênero. O racismo e o sexismo são fenômenos graves que exigem ação política para a superação das opressões e desigualdades raciais, de classe e de gênero.

É nesse contexto de luta do movimento feminista negro que se começa a discutir o atravessamento de opressões em termos de interseccionalidade. A interseccionalidade é um conceito e uma abordagem teórica que surgiu no contexto do movimento feminista, especialmente no movimento feminista negro, para compreender e analisar as interconexões complexas e interdependentes entre diversas formas de discriminação, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, etnia, idade e deficiência. O termo foi cunhado pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw em 1989, e desde então tem sido amplamente adotado nas ciências sociais, na academia e nos movimentos sociais (Hirata, 2014).

A interseccionalidade desafia abordagens simplistas que consideram apenas uma forma de opressão de cada vez. Em vez disso, busca entender como diferentes formas de discriminação se entrelaçam e se sobrepõem, criando experiências únicas e interligadas de marginalização para indivíduos e grupos sociais. Por exemplo, uma mulher negra enfrenta desafios que não são apenas a soma das dificuldades enfrentadas por mulheres em geral e por pessoas negras em geral. Ela enfrenta discriminação de gênero e discriminação racial simultaneamente, o que pode resultar em experiências únicas de opressão e desvantagem (Hirata, 2014).

Crenshaw (2002), no "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero", aborda a inadequada análise e abordagem das experiências de subordinação interseccional pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça. No texto destacam-se duas problemáticas: superinclusão e subinclusão. A superinclusão ocorre quando problemas específicos ou desproporcionais a um subgrupo de mulheres são definidos apenas como problemas de gênero, ignorando outros aspectos interseccionais, como raça. Isso limita a análise efetiva dos problemas que são produtos da subordinação de gênero e raça simultaneamente. A subinclusão ocorre quando um problema

enfrentado por mulheres subordinadas não é percebido como um problema de gênero, principalmente quando não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes. Um exemplo de subinclusão é a esterilização de mulheres marginalizadas sem seu consentimento, que muitas vezes não é reconhecida como uma questão racial, embora esteja ligada a fatores como raça e classe. O texto enfatiza a necessidade de uma análise abrangente que inclua todas as dimensões, especialmente as raciais, para informar as soluções e abordar efetivamente esses problemas de subordinação interseccional.

A fim de conceituar interseccionalidade, Crenshaw (2002) diz que a interseccionalidade é uma abordagem que visa capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, como raça, etnia, gênero e classe. Ela busca entender como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades fundamentais que moldam as posições sociais de mulheres, raças, etnias, classes e outros. Para tal, a autora usa de uma metáfora, em que esses vários eixos de poder constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos, e as dinâmicas de desempoderamento fluem por essas vias. Esses sistemas muitas vezes se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas em que dois, três ou quatro eixos se encontram. Mulheres racializadas frequentemente ocupam esses espaços onde racismo, classe e gênero se interseccionam, sendo impactadas por desvantagens resultantes dessa interação. Esses contextos são propícios para danos interseccionais, pois desvantagens interagem com vulnerabilidades pré-existentes, produzindo uma dimensão única de desempoderamento.

Embora algumas sociedades não tenham uma história marcada por classificações raciais explícitas, como o *aphathaid*, por exemplo, a subordinação persistente de povos indígenas e grupos marginalizados demonstra que características de grupo, como cor, casta, descendência, língua ou religião, muitas vezes desempenham um papel fundamental na estratificação social (Crenshaw, 2002). É importante reconhecer que numa sociedade como a brasileira, que tem uma história de estratificação racial complexa e persistente, enraizada no período colonial e aprofundada durante o

pós-escravização, existem desigualdades socioeconômicas e educacionais pautadas em raça e agravadas conforme as categorias sociais se cruzam (por exemplo, ser mulher negra/indígena). As mulheres pretas e pardas, especialmente as de baixa renda, enfrentam desafios adicionais relacionados ao racismo estrutural, que afeta oportunidades de emprego, acesso à educação de qualidade e representação política, entre outros.

A interseccionalidade visa, portanto, não apenas reconhecer a multiplicidade das opressões, mas também entender como elas interagem e se reforçam mutuamente na produção e reprodução das desigualdades sociais (Hirata, 2014). É uma ferramenta poderosa para analisar as complexas dinâmicas sociais e estruturais que afetam diferentes grupos de pessoas. A análise interseccional deve levar em consideração a interação entre racismo, sexismo e classismo, reconhecendo que a sociedade não é homogênea e que as diferenças de grupo desempenham um papel significativo na determinação das experiências e oportunidades das pessoas.

Assim, através dos conhecimentos apresentados, é possível inferir que as dificuldades que as adolescentes possuem para adquirirem um nível de escolarização mais alto uma ascensão econômica e oportunidades de melhores empregos vislumbrando por uma mobilidade social, que é afetada e até inalcançável devido à discriminação que elas sofrem pela sociedade por causa da sua condição de mulher negra e pobre. No entanto, existem mecanismos que podem auxiliá-las no processo de enfrentamento às discriminações, e acreditamos que uma das estratégias que poderia ser utilizada seria através do empoderamento dessas adolescentes. Dessa forma, tentaremos trazer um modelo de empoderamento que possa nortear e auxiliar as adolescentes no processo de enfrentamento e combate às discriminações sofridas por elas, devido a sua cor de pele, condição social e gênero.

#### **1.4 Empoderamento: definição e aquisição**

Julian Rappaport (1981,1984), psicólogo norte-americano que introduziu o conceito de empoderamento no serviço social e na psiquiatria social, foi o primeiro teórico a elaborar uma definição de empoderamento. Para o autor, empoderamento é a ligação entre um senso de

competência pessoal e a motivação e disposição para atuar na esfera pública. Perkins e Zimmerman (1995) apontam que a teoria, a pesquisa e a intervenção sobre empoderamento conectam o bem-estar individual ao contexto social e político mais amplo. Teoricamente, o conceito une a saúde mental ao apoio mútuo e à luta para criar uma comunidade responsiva, isto é, ser capaz de reagir de maneira rápida, eficiente e adequada às necessidades, preocupações e mudanças que afetam seus membros. O empoderamento envolve trabalhar com outros para alcançar objetivos, buscar acesso a recursos e entender criticamente o ambiente sociopolítico. No nível da comunidade, empoderamento significa ação coletiva para melhorar a qualidade de vida local e fortalecer as conexões entre organizações comunitárias.

Posteriormente, Rogers e seus colaboradores (1997), em seu estudo para criar uma medida de empoderamento, ofereceram uma estrutura clara para entender o conceito de empoderamento, sustentado por três pilares principais. O primeiro pilar é composto por autoestima, autoeficácia, otimismo e controle sobre o futuro. Este pilar representa a confiança no próprio valor e a crença na capacidade de controlar o próprio destino e os eventos da vida. Os resultados desse estudo demonstraram que a autoestima e a autoeficácia são componentes particularmente fortes e consistentes do empoderamento.

O segundo pilar do empoderamento é o poder real, que representa a capacidade concreta de exercer influência e controle sobre as circunstâncias e decisões importantes na vida. Já o terceiro pilar é composto por dois fatores: raiva justa e ativismo comunitário. Estes elementos refletem a habilidade e a disposição de transformar a raiva em ação, indicando um componente sociopolítico do empoderamento. A raiva justa é a indignação legítima frente a injustiças, enquanto o ativismo comunitário envolve a participação ativa em ações coletivas e movimentos sociais para promover mudanças. Juntos, estes fatores destacam a importância do engajamento sociopolítico no empoderamento (Rogers *et al.*, 1997).

Os autores consideram que uma pessoa empoderada possui um forte senso de autoestima, autoeficácia e poder. Essa pessoa reconhece o uso da raiva justa como uma força motivadora para promover mudanças sociais e é otimista quanto à sua capacidade de exercer controle sobre a própria vida. Além disso, a pessoa empoderada compreende a importância do grupo ou comunidade na efetivação de mudanças, mas também valoriza a autonomia individual. Em suma, para estes autores, o empoderamento envolve tanto a confiança nas próprias habilidades e o otimismo em relação ao futuro quanto a capacidade de agir coletivamente para alcançar transformações sociais, mantendo ao mesmo tempo a independência pessoal (Rogers *et al.*, 1997).

Para compreender o que é empoderamento, também é possível pensar em termos de sua relação direta com consciência crítica como proposta por Paulo Freire (1970), um conceito central em sua abordagem pedagógica e social. Freire é um renomado pedagogo e filósofo brasileiro, conhecido por suas contribuições à pedagogia crítica e à educação popular, sendo um dos principais defensores da conscientização e do empoderamento como instrumentos de transformação social. Para Freire (1970), a consciência crítica é um estado de percepção e compreensão profunda da realidade social, política e cultural na qual os indivíduos estão inseridos. Essa consciência vai além da simples consciência individual e inclui uma compreensão das estruturas sociais que geram desigualdades e injustiças. Nesta perspectiva, a consciência crítica envolve a percepção das condições sociais, isto é, reconhecer as condições sociais e políticas que moldam suas vidas e as vidas de outras pessoas ao seu redor; reflexão e análise, envolvendo analisar de forma crítica essas condições sociais para entender as relações de poder, as desigualdades e as injustiças que estão presentes; e a capacidade de ação e transformação, na qual o indivíduo possa capacitar-se para tomar decisões informadas e agir para transformar essas condições sociais, buscando a justiça social.

Freire entendia o empoderamento como um processo intrinsecamente ligado à consciência. Para ele, a conscientização é a base do empoderamento, pois quando as pessoas se tornam conscientes de sua realidade, das injustiças e dos desafios que enfrentam, elas estão mais bem

preparadas para agir e buscar mudanças. Para Freire e Shor (1986), o empoderamento vai além do nível individual e psicológico, pois também é visto como um ato social, assim, para Freire a libertação para as minorias que são oprimidas só existirá em um contexto de empoderamento de classe.

Portanto, sob esta perspectiva, a consciência crítica é vista como um primeiro passo crucial para o empoderamento. À medida que as pessoas se tornam conscientes das desigualdades e das formas de opressão que enfrentam, elas adquirem a capacidade de agir coletivamente, buscando transformações sociais que promovam a justiça e a igualdade. Nesse sentido, a conscientização alimenta o empoderamento e vice-versa, criando um ciclo de ação e reflexão contínuo na busca pela superação das injustiças sociais (Freire, 1970; Freire & Shor, 1986)

Existem ainda noções mais contemporâneas, como o empoderamento comunitário que surgiu nos Estados Unidos. Brinkerhoff e Azfar (2006) definem que o empoderamento comunitário estando atrelado à já citada participação social, ou seja, ele é feito quando os integrantes de uma comunidade se unem para resolver problemas e questões sociais com o propósito de melhorar as condições econômicas ou a qualidade de vida daquela comunidade. Nessa perspectiva, Carvalho (2004) pondera que as pessoas, além de produzirem informações e apresentarem determinados comportamentos para resolver problemas, precisam desenvolver um pensamento crítico sobre os problemas vivenciados pela sociedade, porque só assim poderão tomar decisões que irão contribuir com uma intervenção direta e eficaz na resolução de problemas reais.

Observa-se que o conceito de empoderamento possui uma compreensão individual e outra mais social, política, coletiva ou grupal. A individual está associada à autoestima e autoeficácia. E a compreensão política e grupal estaria relacionada aos efeitos da tomada de consciência sobre a identidade e possibilidade de mudança social, pelo caráter de transformação da existência através da confluência de identidades em ações coletivas (Bandura, 2000; Drury, Cocking, Beale, Hanson & Rapley, 2005; Roso & Romanini, 2014). O primeiro passo, conforme Roso e Romani (2014), é

partir da consciência individual, no seu sentido político de emancipação, associado ao termo conscientização e luta de classe.

O conceito de empoderamento também foi utilizado para expressar a luta por direitos civis de negros, mulheres e homossexuais, numa associação com a ideia de que no processo de luta por direitos civis há elementos de autoestima dos grupos sociais, referindo-se principalmente à dimensão individual. Os conceitos de conscientização, que não se limita à mera descoberta da realidade, mas à junção dinâmica e dialética com as ações de transformação da realidade social e o de empoderamento, ambos sendo pré-requisitos para a entrada em ações coletivas de mudança social, indicam que o indivíduo não sai sozinho de sua condição de existência, mesmo que seja conscientizado: “empowerment individual é um pequeno passo em direção à transformação social; somente via empowerment de classe às minorias oprimidas conseguirão dar um passo maior em direção à libertação” (Roso & Romani, 2014 p. 89).

Portanto, com base no exposto, acredita-se que emoções positivas (como a autoeficácia) funcionam como estímulo para desafiar as relações persistentes de poder desiguais entre grupos sociais. A ação no mundo gera sentimentos de empoderamento, isto porque essa ação expõe a definição coletiva de legitimidade em contraposição àquela das forças dominantes. Quando a ação de alguém contribui para transformar o mundo de maneira a refletir a própria identidade, isso resulta em um fenômeno de empoderamento, evidenciando que a pessoa é verdadeiramente ativa e detentora de poder por meio do contexto percebido que foi modificado. Nesse sentido, a implicação individual em ações coletivas, de acordo com Depre't e Fiske (1993), pressupõe que um indivíduo, um sujeito, é ativo, em vez de ser colocado na posição de objeto por meio da ação dos outros.

É interesse particular desta dissertação investigar as noções e possibilidades de empoderamento de adolescentes monoparentais em situação de vulnerabilidade, para tanto, é crucial que se coloque um olhar atento a essa condição de “mãe solo”. No tópico que se segue, será explorado o papel da maternidade nas experiências de vida dessas adolescentes e os impactos dessa maternidade precoce na situação de vulnerabilidade social que enfrentam.

## 1.5 Monoparentalidade na adolescência

A realidade enfrentada por mulheres em situação de vulnerabilidade social é marcada por contradições, refletindo sua complexidade ao longo da história brasileira. A maternidade e as relações parentais são aspectos cruciais de sua identidade feminina e do significado que atribuem à vida, impulsionando-as a assumir a responsabilidade pelo sustento da casa, enfrentando desafios diários e buscando superá-los. Entretanto, a posição de chefia, muitas vezes, as distancia de seus lares, e consome grande parte do tempo que poderiam dedicar aos filhos (Costa & Marra, 2013).

Arpini e Quintana (2003) dizem que em famílias em que apenas um dos pais está presente, geralmente é a mulher/mãe quem assume a responsabilidade pela manutenção da casa. Quando a mãe assume sozinha a responsabilidade pela sustentação da família, pode haver sobrecarga e menos tempo disponível para si mesma e para seus filhos. Isso acarreta mais preocupações e angústias, e, conseqüentemente, impacta sua relação com os filhos.

O papel da mulher como “chefe de família” na sociedade tem se transformado e intensificado significativamente, especialmente nas últimas décadas. O divórcio, como um momento de transformação, leva a uma reorganização familiar que pode resultar em famílias monoparentais ou recompostas. Além disso, as famílias monoparentais femininas podem surgir não só de divórcios ou separações, mas também de mulheres solteiras, viúvas ou que coabitam com parentes e outros agregados. Essas famílias frequentemente resultam de gravidez precoce e/ou não planejada, instabilidade familiar e abandono, e não necessariamente da adoção de modelos alternativos de relações familiares (Cúnico & Arpini, 2014). Nesse contexto de mudanças, cada vez mais mulheres estão assumindo a posição de chefes de suas famílias. Conforme demonstra a pesquisa PNAD (IBGE), no ano de 2022, as famílias monoparentais com filhos, chefiadas por mulheres, representavam cerca de 14,7% dos arranjos familiares, enquanto as chefiadas por homens eram muito menos comuns, representando apenas 2,3%.

Essas mudanças refletem uma queda do sistema patriarcal familiar e uma maior flexibilidade na designação da pessoa responsável pelo domicílio, com a introdução do conceito de

"pessoa de referência" no lugar de "chefe do domicílio". Nas periferias urbanas, muitas famílias são chefiadas por mulheres que desempenham papéis fundamentais na educação dos filhos, estruturação do cotidiano e manutenção da casa. Essas famílias, muitas vezes, enfrentam vulnerabilidade econômica, pois as mulheres, além de serem as provedoras, assumem funções domésticas e de cuidado com os filhos, o que as vincula a trabalhos mal remunerados e em tempo parcial ou intermitente (Cúnico & Arpini, 2014).

Oliveira (2020), em um estudo com mães solas em situação de vulnerabilidade social, revelou que, entre as mães entrevistadas, o nível educacional mais alto atingido foi a conclusão do ensino médio, sendo que uma delas também obteve formação técnica na área de saúde. Apesar de considerarem essa realização insuficiente, é um avanço significativo em comparação ao nível de instrução de seus próprios pais. A busca por mais educação estava nos planos da maioria das mães do estudo, o que, para a autora, evidencia um desejo de progredir. No entanto, investir na educação de seus filhos era uma prioridade, pois, para esse grupo, a escola representava a principal ferramenta para a ascensão social.

Os resultados desse estudo também apresentaram a existência de uma limitação da vida social das mães, predominantemente centrada principalmente nas responsabilidades de trabalho, na gestão das tarefas domésticas e na orientação da educação e socialização dos filhos, fator apontado como gerador de insatisfação em sua esfera pessoal. Outro dado indicou que, ao mencionarem os obstáculos para alcançar seus sonhos, todas as entrevistas destacaram a condição de serem mães solas, evidenciada pela grande responsabilidade na sustentação da família e na orientação educacional dos filhos, como a principal barreira enfrentada (Oliveira, 2020).

A gravidez na adolescência é de relevância para diversos setores da sociedade, pois suas ramificações afetam profundamente os indivíduos envolvidos e têm um impacto considerável, além de ser um problema social marcado por desigualdades sociais, raciais, de gênero e sexuais. A monoparentalidade, quando associada à raça e ao gênero, cria um ciclo de desvantagens econômicas e sociais para as mulheres, que são as únicas chefes de família. Isso abrange desde a baixa

escolaridade, que, por sua vez, leva a empregos informais com remunerações extremamente baixas, a insegurança alimentar e a moradia precária (Oliveira, 2020; Kobelinsk; 2020).

Quando as mulheres são as únicas provedoras de suas famílias, a situação de vulnerabilidade se torna mais aguda, aumentando os desafios sociais. A maternidade e a necessidade de entrar no mercado de trabalho são elementos que contribuem para a alta incidência de pobreza entre as mulheres que são chefes de família. Diante das dificuldades evidentes das mães que trabalham e são economicamente desfavorecidas em iniciar ou retornar aos estudos, o cuidado com os filhos se apresentará como o principal obstáculo apontado como impeditivo de sair dessa situação. Além das responsabilidades de cuidar das crianças e das tarefas domésticas, o emprego também se mostra como um fator dificultador do acesso das mulheres à educação devido aos horários e turnos incompatíveis (Kobelins, 2020).

Um estudo com objetivo de examinar a gravidez precoce e seus efeitos na vida das adolescentes, através de uma análise interseccional que levou em consideração fatores como classe social, raça, gênero e sexualidade, descobriu que as mulheres negras enfrentam desafios como menor nível educacional, condições de moradia precárias e uma tendência a utilizar menos métodos contraceptivos. Além disso, têm uma média de filhos maior e frequentemente vivem sem um parceiro. Essas informações sugerem que, embora a sociedade brasileira não tenha segregação racial legal, os estereótipos negativos associados a certas características físicas resultam em desigualdades significativas e atuam como uma grande barreira para a mobilidade social da população negra, especialmente as jovens mulheres negras (Taquette, 2010).

Semelhante a essa ideia, Menezes e colaboradores (2012) afirmam que a gravidez e a maternidade na adolescência, especialmente quando ocorre em um contexto de apoio insuficiente ou instável, podem resultar em desafios significativos para essas jovens, como a dificuldade de equilibrar a nova realidade com o processo educativo. Nesse período, a prioridade passa a ser a criança, e outras responsabilidades tornam-se secundárias. As adolescentes, ainda em processo de desenvolvimento pessoal, muitas vezes experienciam um sentimento de insegurança e temor em

relação ao futuro. A pesquisa desenvolvida pelas autoras indica que as jovens provenientes de classes sociais mais baixas frequentemente percebem que suas oportunidades de ascensão social foram interrompidas, seja temporariamente ou até de forma permanente. Por outro lado, as adolescentes de classes médias tendem a buscar maneiras de combinar a gravidez e a maternidade com a continuidade dos estudos, tentando manter o equilíbrio entre seus papéis de mãe e estudante para garantir uma trajetória de ascensão social.

O estudo de Oliveira (2020) verificou que não há impacto específico da monoparentalidade feminina nos processos de socialização dos filhos em contextos de vulnerabilidade social. A socialização observada nesse grupo guarda semelhanças com aquelas desenvolvidas por outros arranjos familiares. Ocorre, no entanto, que, apesar da socialização dos filhos ter sido garantida por meio de um processo educacional orientado por valores e regramentos familiares claros e definidos pelas progenitoras, talvez não se possa dizer o mesmo sobre a qualidade de vida dessas mães adolescentes.

Todo o seu esforço e o resultado positivo advindo delas representa abdicação da vida pessoal e uma excessiva carga de responsabilidades dessas mães. Essas adolescentes enfrentam uma grande limitação em sua liberdade para manter uma vida social ativa, uma vez que não podiam mais se dedicar a atividades típicas da sua faixa etária, como estudar, sair para passeios, encontrar os amigos e trabalhar. A gravidez traz mudanças significativas e uma carga de responsabilidades para jovens que ainda dependiam economicamente de suas famílias (Abramovay et. al, 2004; Menezes *et al.*, 2012), mas que agora, pelo menos para as mais pobres, será necessário se reorganizar no sentido de garantir a sua subsistência e do seu filho, consolidando-se assim no precoce papel de “chefe de família”.

## **1.6 Conclusões**

No capítulo 1, explorou-se os conceitos que embasam o estudo empírico que será realizado, como identidade social, intersecção e empoderamento. Com base nos conhecimentos na literatura apresentada, foi possível compreender que, de acordo com a Teoria da Identidade Social, a

identidade é formada por um significado consciente e emocional de pertencimento a um grupo social. A motivação para construir uma autoimagem e identidade social positivas, decorrente do pertencimento a grupos valorizados, leva a comparações sociais que diferenciam seu grupo dos outros. Quanto mais forte o sentimento de pertença ao grupo, maior a tendência de valorizar o próprio grupo e desvalorizar os outros.

Ao mesmo tempo, observa-se que as dificuldades enfrentadas por adolescentes negras, pobres e do sexo feminino para adquirirem um nível de escolarização mais alto, ascensão econômica e oportunidades de melhores empregos, vislumbrando uma mobilidade social, isto é, a saída da situação de vulnerabilidade social, são profundamente afetadas e muitas vezes se tornam inalcançáveis devido à discriminação (à nível estrutural e individual) que sofrem na sociedade. A identidade social negativa, que vai se formando por esses grupos minoritários, é resultado direto das relações de poder desiguais. Sendo assim, uma compreensão da interseccionalidade desempenha um papel crucial, pois as adolescentes negras enfrentam desafios que não são apenas a soma das dificuldades enfrentadas por mulheres em geral e por pessoas negras em geral, mas sim uma interseção de discriminações resultantes de experiências únicas de opressão e desvantagem. Concluímos, portanto, que mulheres negras e pobres enfrentam uma tripla discriminação devido à sua condição de gênero, situação econômica e raça. Essas formas de discriminação são especialmente intensas entre mulheres jovens e agravadas se elas são chefes de famílias monoparentais. Como resultado, enfrentam obstáculos significativos para competir e se integrar ao mercado de trabalho, muitas vezes sendo relegadas a trabalhos não remunerados e a responsabilidades familiares.

Compreendemos também, a partir das concepções de empoderamento apresentadas, que para atingir o empoderamento, as adolescentes mães solo necessitam atingir o nível de ação coletiva, que muitas vezes vão ser apresentadas a essas mulheres através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), uma vez que o empoderamento faz parte dos princípios e objetivos da PNAS e

essas mulheres estão inseridas na política. Portanto, a seguir vamos analisar como a PNAS tem trabalhado no sentido de cumprir esses objetivos.

## CAPÍTULO II

### **Construindo Caminhos: SUAS, o trabalho sobre Classe, Raça e Gênero na Política Nacional de Assistência Social**

As desigualdades sociais históricas e persistentes no Brasil afetam principalmente as mulheres e a população negra em diversas esferas da sociedade. Ambos os grupos enfrentam obstáculos sociais que demandam uma abordagem específica e sensível por parte das políticas públicas. A escassez de investigações relacionadas à intersecção entre os eixos gênero e raça na política de assistência social destaca a necessidade urgente de ampliar a produção de dados nessa área (Andrade & Pereira, 2019).

Como observamos no Capítulo 1, mulheres e, mais especificamente mulheres negras, são frequentemente confrontadas com desvantagens sociais que impactam diretamente seu acesso a serviços, a situação de pobreza e miserabilidade, oriundas das desigualdades históricas, colocando-as em situação de vulnerabilidade social, e conseqüentemente entram para o público prioritariamente atendido pela política de assistência social. Essas desigualdades podem se manifestar em áreas como emprego, moradia, educação, saúde e condições de vida, exigindo uma compreensão mais aprofundada das interações entre as dimensões de gênero e raça.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2015), em relação à demografia dos beneficiários do Programa Bolsa Família, indica-se uma forte presença de pessoas negras, especialmente mulheres, entre os beneficiários. A estatística informa que 73,88% dos titulares do Programa Bolsa Família entre homens e mulheres são negros, enquanto 93% dos beneficiários titulares do Programa Bolsa Família são mulheres, concluindo que as mulheres negras constituem a maioria atendida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A presença significativa de mulheres negras nos serviços socioassistenciais, como SUAS, é resultado de uma complexa intersecção de fatores históricos, sociais e econômicos (Costa, 2017). Vários elementos contribuem para essa realidade, refletindo desigualdades estruturais profundas

que permeiam a sociedade, entre eles, o legado da escravidão e da colonização, o qual deixou marcas profundas na sociedade, afetando especialmente as mulheres negras. A exploração, a desumanização e a marginalização durante esse período criaram condições que persistem até hoje, contribuindo para a presença dessas mulheres em serviços socioassistenciais.

Mecanismos contemporâneos, como racismo estrutural, sexismo e classismo, perpetuam e reproduzem as desigualdades históricas. O acesso limitado a oportunidades educacionais e econômicas cria um ciclo de vulnerabilidade que muitas vezes leva as mulheres negras a acessarem os serviços socioassistenciais. Mas será que a temática é pensada, elaborada e trabalhada adequadamente dentro do Sistema Único de Assistência Social? Profissionais e operadores da Política reconhecem os fatores que agravam as vulnerabilidades sociais? Os documentos normativos e as diretrizes levam em conta tais indicadores nas normas de atuação dos profissionais?

Ao ampliar a produção de dados nessa temática, busca-se não apenas dar visibilidade às questões específicas enfrentadas por mulheres e pela população negra, mas também problematizar o papel da política de assistência social na redução das desigualdades de gênero e raça, uma vez que o não reconhecimento dessas dimensões pode resultar na reprodução das disparidades existentes, consolidando o status quo em vez de promover mudanças significativas (Andrade & Pereira, 2019). Nesse contexto, é crucial compreender o papel específico da política de assistência social no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça.

No âmbito de realização desta dissertação, faz-se importante compreender o contexto das políticas de assistência social no Brasil, os conceitos associados, a exemplo da vulnerabilidade social e as diretrizes de atuação dos profissionais de Psicologia. Para tanto, neste capítulo, buscamos entender de que maneira o CRAS/PAIF são fundamentais para a construção de abordagens eficazes e sensíveis às questões de Identidades de Raça e Etnia na execução da Política Nacional de Assistência Social.

O Objetivo deste capítulo é analisar a base teórica e conceitual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para compreender sua estrutura, influência e implementação, enquanto

Política Nacional de Assistência Social, e identificar as abordagens atualmente adotadas no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) relacionadas à Raça e ao Gênero no âmbito da Política Nacional de Assistência Social.

No tópico a seguir, começamos explorando os elementos-chave da Lei Orgânica da Assistência Social, destacando seus objetivos, seus princípios fundamentais e a importância dessa legislação no contexto do sistema de proteção social brasileiro. Também são apresentados os dispositivos contidos na LOAS, o que proporcionará uma compreensão abrangente do papel dos profissionais envolvidos na execução da Política. Posteriormente serão abordados conceitos relevantes, como o de vulnerabilidade social, bem como o enfrentamento a esta, além de uma discussão sobre como a política, seus serviços e programas têm invisibilizado as temáticas de raça e gênero.

## **2.1 Política nacional de assistência social: LOAS, PNAS e SUAS**

É na década de 1930 que se começa a pensar num sistema nacional de políticas sociais, pois este período foi marcado pela ampliação da atuação estatal, diversificação de benefícios e criação de órgãos gestores. O Estado assumiu o papel de regulador, garantindo a instituição e a permanência do sistema. No entanto, até meados dos anos 1960, o sistema permaneceu seletivo, heterogêneo e fragmentado. A seletividade referia-se ao número limitado de beneficiários, com exclusão de trabalhadores autônomos, domésticos e rurais. A heterogeneidade envolvia discrepâncias nos benefícios entre diferentes categorias profissionais, e a fragmentação dizia respeito à multiplicidade de instituições com bases financeiras distintas (Castro & Ribeiro, s/d).

O início dos anos 1960 trouxe a crise do populismo e, em 1964, o regime militar. As mudanças econômicas e políticas nesse período levaram a transformações no sistema de proteção social, expandindo-o e centralizando-o. Contudo, as características excludentes persistiram, mantendo a proteção social baseada na contribuição dos trabalhadores. Com a crise econômica no final dos anos 1970, a gestão financeira da previdência foi desafiada. O crescimento pró-cíclico do

sistema entrou em colapso, pois, com a queda do emprego e da massa salarial, as fontes de financiamento diminuíram, gerando um estrangulamento rápido (Castro & Ribeiro, s/d).

O início dos anos 1980 revelou o esgotamento do modelo meritocrático de políticas sociais. A redemocratização e a crise econômica evidenciaram a insuficiência do sistema para atender às necessidades sociais. A abertura política e a reorganização da sociedade civil levaram à necessidade de reformulação do sistema nacional de políticas sociais, culminando na promulgação da Constituição de 1988. Anterior a LOAS, a base jurídica para a assistência social no Brasil foi estabelecida na Constituição Federal de 1988, que reconheceu a assistência social como parte integrante das políticas de seguridade social, juntamente com a previdência social e a saúde. No entanto, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi instituída para detalhar de maneira mais específica as normas constitucionais referentes à Assistência Social (Bicca, 2021).

A criação da LOAS foi fortemente influenciada por esse contexto histórico de transição política no Brasil, marcado pela redemocratização após o fim do regime militar. A necessidade de desenvolver políticas sociais inclusivas e promover o bem-estar da população mais vulnerável foi um aspecto central nesse período. A redemocratização e a crise econômica evidenciaram a insuficiência do sistema para atender às necessidades sociais. A abertura política e a reorganização da sociedade civil levaram à necessidade de reformulação do sistema nacional de políticas sociais, culminando na promulgação da Constituição de 1988 (Brasil, 2013). Portanto, a LOAS surge como uma resposta normativa para sistematizar e aprimorar as ações de assistência social, estabelecendo diretrizes, princípios e critérios para a organização e execução dessas políticas (Bichir, 2019). A legislação visava garantir o acesso a benefícios e serviços socioassistenciais de forma universal, descentralizada e participativa, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da cidadania e a redução das desigualdades sociais.

Assim, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, representa um marco fundamental na estruturação das políticas sociais no Brasil. A LOAS é um instrumento normativo essencial que visa assegurar o atendimento às

necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade e risco social. Por meio dessa legislação, são estabelecidos os fundamentos da Assistência Social como política pública, reconhecendo-a como direito do cidadão e dever do Estado. A ênfase na universalidade, equidade, descentralização, participação social e integração entre os entes federativos são princípios que permeiam a LOAS, consolidando uma abordagem inclusiva e comprometida com a justiça social (Brasil, 1993).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, estabelece os princípios e as diretrizes da assistência social no Brasil. Por meio da LOAS, são garantidos diversos serviços, benefícios e programas socioassistenciais, visando promover o bem-estar, a proteção social e a inclusão de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social (Brasil, 1993).

Alguns dos principais serviços e programas assegurados pela LOAS incluem:

a) Benefícios Eventuais: São prestações não continuadas concedidas a famílias em situação de vulnerabilidade temporária, como auxílio natalidade, auxílio funeral e auxílio alimentação;

b) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): O PAIF é um serviço que visa fortalecer a convivência familiar e comunitária, prevenindo a ruptura dos vínculos familiares e comunitários. Envolve a oferta de ações socioeducativas e apoio às famílias;

c) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): Destina-se a famílias e pessoas que estão em situação de ameaça ou violação de direitos. Oferece acompanhamento psicossocial e orientação para superação das dificuldades;

d) Benefício de Prestação Continuada (BPC): É um benefício assistencial garantido pela LOAS, destinado a idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de garantir o próprio sustento nem tê-lo provido pela família;

e) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): É uma unidade pública que oferece serviços socioassistenciais de proteção básica. O CRAS atua como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e realiza o acolhimento, a escuta e o acompanhamento de famílias;

f) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): Oferece serviços especializados para famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, como vítimas de violência, exploração sexual, abandono, entre outros;

g) Serviço de Acolhimento: Inclui abrigos, casas de passagem, repúblicas, entre outros, destinados a acolher pessoas em situação de rua, em vulnerabilidade ou risco social, como crianças e adolescentes em situação de abandono;

h) Programa Bolsa Família: Embora o Programa Bolsa Família seja regido por legislação específica, ele está alinhado com os princípios da LOAS. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda direcionado a famílias em situação de extrema pobreza.

Assim, a LOAS trouxe mudanças significativas ao estabelecer a assistência social como um direito do cidadão, fundamentando uma abordagem mais integral, inclusiva e participativa. Essas mudanças repercutiram na construção de políticas sociais mais efetivas, alinhadas com os princípios de igualdade e justiça, e contribuíram para a consolidação de uma visão mais abrangente do papel do Estado na promoção do bem-estar e da cidadania (Boscari & Silva, 2015).

Como caráter evolutivo da LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e representou um passo crucial na consolidação da assistência social como pilar fundamental da seguridade social. A deliberação para sua aprovação ocorreu durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, quando os participantes reconheceram a necessidade de estabelecer uma política que pudesse redefinir e fortalecer a assistência social no país (Boscari & Silva, 2015).

Um aspecto destacado na PNAS é a revisão da política preexistente. Esse ponto sugere que não se tratou apenas de uma continuidade das práticas anteriores, mas sim de uma reestruturação da assistência social, especialmente com foco na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS, estabelecido como requisito fundamental pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), foi concebido como um meio de conferir eficácia à assistência social enquanto política pública (Boscari & Silva, 2015; Yazbek, 2006).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa uma abordagem fundamental para a organização e gestão das ações na área de assistência social no Brasil. A LOAS estabelece que a gestão dessas ações será organizada sob a forma de um sistema descentralizado e participativo, conferindo uma visão integrada e colaborativa às políticas sociais, o SUAS. Criado em 2005, a materialização desse modelo de gestão foi sendo formulada após debates e deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social. Ele é concebido como um sistema que articula os esforços e recursos dos três entes federados (União, Estados e Municípios) de maneira descentralizada, reconhecendo as especificidades e demandas locais (Araújo et. al., 2022).

Os marcos legais representados pela LOAS, PNAS e pelo SUAS não apenas conferiram maior legitimidade e estrutura à assistência social, mas também estabeleceram um novo paradigma em que as políticas sociais são entendidas como direitos básicos a serem garantidos a todos os cidadãos. Essa abordagem contribuiu para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária, reconhecendo a importância da assistência social como instrumento fundamental na promoção da equidade e na mitigação das desigualdades sociais no Brasil (Araújo *et al.*, 2022).

Portanto, a Política de Assistência Social assume um papel crucial no apoio aos indivíduos e às famílias mais vulneráveis, sendo considerada como o primeiro passo para impulsionar o indivíduo em direção a uma vida emancipada. Essa abordagem permitirá que tais indivíduos sejam incorporados por outras políticas públicas, como de saúde e educação, culminando na sua inserção efetiva na inserção social.

No tópico que se segue, apresentaremos um conceito que é reconhecido dentro da PNAS e será amplamente utilizado ao longo do capítulo e da dissertação, o conceito de vulnerabilidade social.

## **2.2 Vulnerabilidade Social: contextualização conceitual**

O termo "vulnerabilidade" teve sua origem nos anos 1980, como uma resposta à propagação do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Ele era utilizado para descrever aqueles que apresentavam uma variedade maior

de fatores associados à ação patogênica do vírus. Dessa forma, percebe-se que esse conceito estava inicialmente vinculado à esfera da saúde, surgindo como resultado das interações entre o ativismo despertado pela epidemia do HIV/AIDS e os movimentos pelos direitos humanos (Scott, 2018), com o termo vulnerabilidade, passa-se a entender a epidemia como parte do social.

Desde então, o termo vulnerabilidade tem adotado diversas interpretações, incluindo a referência a grupos ou indivíduos que se encontram em situação de fragilidade, seja do ponto de vista jurídico ou político, demandando assistência e resguardo para assegurar seus direitos como membros da sociedade. O vulnerável, nesse contexto, carrega a conotação de ser menos favorecido, isto é, aquele que está em desvantagem nos critérios de distribuição, como renda, serviços, qualidade de vida, educação e saúde, sendo alvo de iniciativas específicas de políticas públicas voltadas para assistência e garantia de direitos (Ayres *et al.*, 2009).

Em revisão sistemática da literatura, Scott *et al.* (2018) encontraram três categorias temáticas de uso do termo “vulnerabilidade social”. Primeiro, a vulnerabilidade social como exposição a riscos, estando conectada à capacidade de pessoas, famílias ou grupos em gerenciarem as forças que impactam negativamente seu bem-estar. Em outras palavras, refere-se à posse de recursos que possibilitam enfrentar desafios, manter o equilíbrio e lidar eficientemente com adversidades. As vulnerabilidades podem estar ligadas à saúde, ao uso e abuso de drogas, ao risco de contaminação, entre outros.

A segunda categoria temática apontada na revisão foi a vulnerabilidade social baseada em socioeconômicos, na qual a definição de vulnerabilidade social se dá em aspectos demográficos e socioeconômicos e as condições de acesso a direitos. De acordo com os trabalhos desenvolvidos nessa perspectiva, existe uma insuficiência de oportunidades geradas pelo Estado no contexto sociodemográfico do indivíduo que está inserido, e isso vai interferir negativamente em seu desenvolvimento (Scott *et al.*, 2018).

Já a terceira categoria nomeia a vulnerabilidade social a partir de uma noção multidimensional, sendo assim, o conceito é entendido como uma condição que abrange diversos

aspectos e vai além da falta de recursos financeiros. Envolve uma combinação de fatores que podem impactar o bem-estar de pessoas, famílias ou comunidades, aumentando sua exposição a riscos. Nessa compreensão, diferentes fatores contribuem para a vulnerabilidade social, como baixa escolarização, relações familiares problemáticas, insuficiência de recursos financeiros, acesso limitado a serviços de saúde e perspectivas profissionais e de futuro restritas. Além disso, há uma dimensão adicional chamada de vulnerabilidade psíquica, que se relaciona com fatores culturais, históricos e sociais, juntamente com experiências de vida singulares, contribuindo para condições propulsoras ao sofrimento ou adoecimento psíquico (Scott *et al.*, 2018). É esse entendimento de vulnerabilidade social, como multifacetada, que se aplica à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e será o entendimento utilizado nesta dissertação.

Na PNAS, compreende-se, portanto, que a vulnerabilidade social é um conceito dinâmico e interdisciplinar que abrange diversas dimensões da vida humana, relacionando-se não apenas à pobreza econômica, mas também a aspectos sociais, culturais e de relacionamento. Sua compreensão exige uma abordagem múltipla que considere tanto os determinantes socioeconômicos quanto a disponibilidade de recursos para prover a proteção social (Semzezem & Alves, 2013).

O enfrentamento eficaz das vulnerabilidades sociais demanda uma abordagem múltipla, que vá além da simples mitigação da pobreza material. Envolve não apenas a provisão de recursos financeiros, mas também a implementação de estratégias que abordem os desafios interpessoais e culturais enfrentados pelos indivíduos e suas comunidades. Nesse contexto, os territórios tornam-se arenas-chave para a implementação de políticas públicas, pois neles que se manifestam as expressões da questão social e se encontram as oportunidades e os desafios para enfrentá-la (Semzezem & Alves, 2013).

O conceito de território na PNAS refere-se a um espaço multidimensional que engloba aspectos físicos, sociais, culturais e econômicos. Ele representa o palco onde se desenrolam as dinâmicas sociais, sendo essencial para compreender e intervir nas situações de vulnerabilidade e riscos sociais enfrentados pela população atendida pela assistência social no Brasil. A

territorialização, como concebida na PNAS, implica o reconhecimento das especificidades locais, a identificação das demandas e potencialidades de determinada região e a implementação de ações e serviços socioassistenciais contextualizados (Brasil, 2004).

O reconhecimento da complexidade das vulnerabilidades sociais e a implementação de políticas sensíveis ao território são essenciais para garantir que os programas de assistência social atendam efetivamente às necessidades daqueles que enfrentam desafios ao longo de suas vidas. Ao adotar uma abordagem integrada e territorial, é possível criar condições mais favoráveis para o enfrentamento efetivo das vulnerabilidades sociais (Semzezem & Alves, 2013).

### **2.3 Enfrentamento à vulnerabilidade: papel do CRAS**

A já apresentada evolução da assistência social como parte integrante das políticas públicas de seguridade social tem desempenhado um papel crucial no enfrentamento à pobreza e à miserabilidade no Brasil. Ao longo dos anos, essa trajetória tem representado uma mudança significativa na abordagem do tema, rompendo com perspectivas assistencialistas e buscando uma visão mais abrangente e integradora.

Historicamente, a pobreza no Brasil era percebida como um elemento permanente e quase imutável, dissociado dos princípios de justiça e reciprocidade que regem as relações sociais. No entanto, a introdução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na última década, marcou uma transição importante, superando o paradigma assistencialista e colocando a pobreza como objeto de atenção e ação no âmbito da proteção social (Brasil, 2013).

A abordagem protetiva da assistência social não se restringe exclusivamente ao combate à pobreza, embora essa seja uma de suas dimensões cruciais. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconhece a pobreza como uma das vulnerabilidades enfrentadas pela população, e os benefícios monetários não contributivos, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), desempenham um papel essencial na redução das condições de pobreza (Semzezem & Alves, 2013; Brasil, 2013).

Além disso, a assistência social opera em diversas frentes, abordando situações de vulnerabilidade social e riscos pessoais e sociais que podem afetar qualquer cidadão. Essas situações incluem violações de direitos, abandono, violência, reconstrução de redes de convivência e sociabilidade, entre outros. A oferta de serviços socioassistenciais, por meio de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), não se limita apenas à esfera da pobreza, mas visa atender às necessidades diversas de grupos vulneráveis (Brasil, 2013).

Especialmente o CRAS nos interessa, visto que é o lugar onde se ambienta esta pesquisa. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desempenha um papel crucial na Política Nacional de Assistência Social, sendo um componente fundamental do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CRAS, como parte integrante desse sistema, tem a responsabilidade de articular a rede de proteção social básica, proporcionando atendimento às demandas da população local. Sua implementação em todo o território brasileiro é uma previsão do SUAS, destacando a importância de sua presença em diversas localidades para garantir o acesso da população aos serviços socioassistenciais (Ferreira, 2021).

Ferreira (2021) destaca que o CRAS serve como ponto de acesso aos demais serviços disponibilizados pela política de assistência social. Na instância em que uma pessoa em condição de vulnerabilidade social não consegue acessar o serviço necessário, receberá orientações sobre onde poderá ter sua demanda atendida. O grupo de usuários do CRAS abrange indivíduos em situação de vulnerabilidade social ou relacional, seja devido à carência econômica, ao acesso limitado aos serviços públicos, a alguma forma de deficiência, ou mesmo à fragilidade nos vínculos interpessoais. Aqueles que recebem benefícios assistenciais ou que preenchem os critérios para tal, mas, por algum motivo, ainda não os recebem, também fazem parte desse público-alvo.

Isso significa que as intervenções devem levar em consideração as características e particularidades do território, promovendo uma abordagem mais efetiva e adaptada à realidade local (Brasil, 2004). Portanto, é nesse contexto que o CRAS possui algumas atribuições e funções que são

fundamentais para a implementação da PNAS nos territórios. Primeiro, é o CRAS a instância responsável pela identificação e pelo cadastro de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, visando conhecer suas necessidades e direcionar os serviços adequados. O CRAS também oferta serviços e programas socioassistenciais, pois o centro disponibiliza uma gama de serviços e programas que visam fortalecer vínculos familiares e comunitários, promover o desenvolvimento pessoal e social, e prevenir situações de vulnerabilidade e risco (Brasil, 2012).

Outra importante função trata-se da articulação da rede socioassistencial de proteção social básica, referenciada ao próprio CRAS. Essa articulação é essencial para garantir que a população local tenha acesso efetivo aos serviços, benefícios e projetos de assistência social. Além disso, o CRAS promove a articulação intersetorial, estabelecendo conexões entre diferentes setores da administração pública e da sociedade civil. Essa abordagem visa abranger as demandas de forma integrada, reconhecendo que os desafios enfrentados pela população em situação de vulnerabilidade muitas vezes demandam ações conjuntas de diferentes áreas (Neri & Laurindo, 2018).

A busca ativa realizada pelo CRAS no território também é destacada como uma função relevante. Essa prática envolve a identificação proativa das famílias em situação de vulnerabilidade, permitindo uma abordagem preventiva e o direcionamento adequado dos serviços. Desse modo, o CRAS não apenas se configura como a porta de entrada para os usuários, mas também se torna a unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas em seu território de abrangência (Neri & Laurindo, 2018; Ferreira, 2021).

Assim, ao desempenhar essas funções de maneira articulada, o CRAS se consolida como um agente estratégico na implementação da PNAS e no fortalecimento do SUAS, contribuindo significativamente para a construção de uma rede socioassistencial mais eficaz, humanizada e capaz de atender às necessidades específicas das famílias em busca de apoio e proteção.

Entre os programas e serviços socioassistenciais ofertados no CRAS está o PAIF – serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias. É especialmente no PAIF que o trabalho da (o)

psicóloga (o) vai se configurar, por isso, a seguir destrinchamos as características do serviço e do papel da psicologia neste âmbito.

## **2.4 PAIF e o Papel da Psicologia na Proteção Básica**

O PAIF, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, desempenha uma função essencial no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mais especificamente na Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seu objetivo central é fortalecer a função protetiva da família, promovendo o acesso e usufruto de direitos humanos e sociais, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias (Afonso & Fadul, 2015; Ferreira, 2021).

No contexto do PAIF, o termo "trabalho social com famílias" adquire uma relevância fundamental, pois orienta as ações e intervenções voltadas para a promoção do bem-estar, o fortalecimento dos vínculos familiares e a prevenção de situações de vulnerabilidade (Afonso & Fadul, 2015). Embora seja um termo amplamente utilizado, sua definição no âmbito da política de assistência social muitas vezes carece de clareza e precisão. A construção de um entendimento do trabalho social com famílias no contexto do PAIF é crucial para estabelecer um significado comum entre técnicos e gestores dos serviços de assistência social. Isso possibilita uma compreensão compartilhada do propósito do PAIF, bem como a execução de suas ações de acordo com as diretrizes e os objetivos preestabelecidos, visando alcançar os resultados desejados (Brasil, 2012).

O trabalho social com famílias no PAIF pode ser compreendido como um conjunto de práticas e estratégias direcionadas para a promoção do fortalecimento das famílias, considerando suas potencialidades e os desafios específicos. Este trabalho possui algumas características essenciais. A primeira delas diz respeito à visão ampliada de família, que reconhece não apenas os laços consanguíneos, mas também os vínculos de solidariedade e afetividade. Essa abordagem leva em consideração a diversidade de arranjos familiares e suas dinâmicas, entendendo a família como uma instituição social em constante transformação (Brasil, 2012).

A segunda característica trata do foco na proteção e no Fortalecimento de Vínculos, visando fortalecer os vínculos familiares, promovendo um ambiente saudável e protetor para seus membros. Isso inclui ações que visam prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social. O trabalho social com famílias no PAIF também busca assegurar que as famílias tenham acesso e usufruam de seus direitos humanos e sociais. Isso implica a promoção de ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das famílias, considerando suas necessidades específicas (Brasil, 2012).

Outra característica do trabalho social com famílias é o esforço para potencializar o protagonismo e a autonomia das famílias, possibilitando que elas exerçam um papel ativo na construção do seu bem-estar e na busca por soluções para seus desafios. Por fim, todo esse trabalho é realizado de forma territorializada, considerando as características e demandas específicas de cada comunidade. A presença do CRAS no território facilita a proximidade e a compreensão das particularidades das famílias locais (Mioto, 2010; Brasil, 2012).

É importante destacar que o trabalho interventivo no âmbito do PAIF é interdisciplinar, assim, a atuação dos múltiplos profissionais desempenha um papel no desenvolvimento de um trabalho social com famílias que deve ser sistemático, metódico, reflexivo e embasado em conhecimento científico. De acordo com Ferreira (2021), os profissionais do PAIF/CRAS oferecem uma variedade de serviços além dos básicos, como programas de inclusão produtiva, enfrentamento à pobreza, fortalecimento de vínculos para crianças pequenas e incentivo ao protagonismo juvenil. Eles estão focados em antecipar e lidar com situações de vulnerabilidade e risco social, adaptando seus serviços às necessidades das famílias atendidas. É essencial que a equipe conheça bem o território e as particularidades dos usuários para um funcionamento eficiente do CRAS, além do mais, faz-se urgente que os profissionais estejam atentos para as desigualdades estruturais que estão no cerne da questão da vulnerabilidade.

Por exemplo, observar que a literatura aponta que a desigualdade racial persistente no Brasil é um fator significativo que coloca as mulheres negras em uma posição mais vulnerável em

termos de acesso a recursos, oportunidades educacionais e empregos dignos, que as levam a necessitar ainda mais de Políticas Socioassistenciais. A superação dessa vulnerabilidade exige uma abordagem multidisciplinar, que reconheça, tire da invisibilidade e enfrente as diversas camadas de discriminação e marginalização que essas mulheres enfrentam. É por isso que no tópico a seguir serão abordadas possibilidades de atuação, principalmente na Psicologia a fim de contribuir para a redução das desigualdades.

No contexto dos CRAS, o (a) psicólogo (a) e o (a) assistente social compõem a equipe mínima de nível superior. Essa equipe é responsável de maneira multiprofissional pelos serviços socioassistenciais e coletivos no território em que o CRAS está inserido. Nesta análise, especialmente a atuação do psicólogo nos interessa, mas serão considerados estudos que tragam conjuntamente outros atores, como assistentes sociais, por exemplo. A presença do (a) psicólogo (a) nesse ambiente visa contribuir para a construção de práticas mais eficazes e condizentes com os princípios da Política de Assistência Social, pois dentro dos CRAS é operacionalizado o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) (Solon, 2018).

O papel do (a) psicólogo (a) e da psicóloga no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é fundamental para o desenvolvimento de ações preventivas e de promoção do bem-estar psicossocial das famílias em situação de vulnerabilidade. De acordo com a Nota Técnica de Parâmetros para Atuação dos e das Profissionais de Psicologia no SUAS, do Conselho Federal de Psicologia (2016), o psicólogo (a) é convocado a atuar preventivamente na Proteção Social Básica, antecipando situações de agravamento de vulnerabilidades e violações de direitos. A atuação do psicólogo no PAIF não se restringe ao equipamento (CRAS) e pode envolver a oferta de grupos, oficinas e ações comunitárias em diversos espaços comunitários. A atuação do psicólogo enfatiza o trabalho interdisciplinar e intersetorial, colaborando na coletivização de demandas e na promoção de ações políticas participativas (CFP, 2016).

Neste cenário, a atuação profissional da psicologia na esfera da Política de Assistência Social requer a consideração dos diversos elementos que impactam indivíduos e territórios, como o

racismo, o sexismo, a disparidade de classes e as dinâmicas de poder. Isso é essencial para efetivamente contribuir para a edificação de cidadania e autonomia. Afinal, as opressões afetam as pessoas de maneiras distintas, portanto, é imperativo integrar os conhecimentos de cada domínio acadêmico, dando especial atenção aqueles que mais necessitam, as mulheres negras (Alves, 2022).

Os profissionais, especialmente assistentes sociais e psicólogos, devem possuir consciência crítica e um espírito pesquisador. Isso implica uma postura reflexiva diante das questões sociais, a capacidade de questionar e superar preconceitos e crenças arraigadas. A atuação interdisciplinar requer a adoção de abordagens e procedimentos metodológicos adequados para cumprir os objetivos do Serviço. Isso implica escolher métodos que considerem a complexidade das questões sociais e familiares, promovendo intervenções eficazes e alinhadas aos propósitos do PAIF (Brasil, 2012).

## **2.5 Raça e gênero no SUAS: o que dizem nas normativas**

Para pensar raça e etnia no SUAS, vamos percorrer um caminho que passa pela invisibilização do tema nas normativas que regem o sistema. Essa invisibilidade é tratada por Fonseca *et al.* (2022), pois os autores debatem que a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) não abordam explicitamente as relações étnico-raciais, enquanto a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define seu público-alvo em termos de identidades estigmatizadas, sem uma menção específica à raça. A análise das Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) destaca o "combate às discriminações etárias, étnicas, de classe social, de gênero, por orientação sexual ou por deficiência", mas não menciona explicitamente a discriminação racial.

Outro ponto exposto pelo autores que ilustra a invisibilização diz respeito à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, a qual é identificada como uma das normativas que mais cita as palavras etnia, raça, famílias indígenas e quilombolas, mas de maneira superficial, sem aprofundar criticamente o debate étnico-racial no SUAS. Mesmo nos serviços específicos

como PAIF, PAEFI e Serviço de Acolhimento Institucional, há menções superficiais sobre etnia e raça, com destaque para as famílias indígenas e quilombolas, mas sem uma abordagem abrangente da população negra em geral (Fonseca *et al.*, 2022).

No seu estudo, Fonseca *et al.* (2022) também apontam a ausência de considerações étnico-raciais em documentos importantes, como as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que, embora relevantes, não abordam explicitamente a coleta de dados relacionados à cor/raça da população atendida. As Orientações Técnicas sobre o PAIF retomam alguns pontos sobre atendimento prioritário a populações indígenas e quilombolas, mas não propõem um debate contínuo sobre a temática étnico-racial

Por fim, os autores destacam que é imperativo estimular e ampliar o diálogo sobre as questões étnico-raciais dentro das práticas do PAIF nos CRAS e nos serviços socioassistenciais a ele vinculados. Esse esforço visa não apenas trazer visibilidade para a problemática, mas também contribuir para uma reflexão mais profunda sobre as possibilidades e o papel da Política Pública de Assistência Social no combate às situações de vulnerabilidades e de riscos sociais relacionados aos racismos que impactam a população desses serviços (Fonseca *et. al.*, 2022).

Andrade e Pereira (2019) vão além incorporando a categoria de gênero, pensando num viés interseccional, ao analisar as normativas técnicas da política. As autoras destacam a presença de referências a questões de gênero e raça nas normativas e políticas sociais, mas evidenciando, no entanto, uma limitação na forma como esses temas são abordados. As políticas públicas, especialmente as relacionadas ao enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais, são reconhecidas por mencionar essas dimensões, mas as autoras sugerem que muitas vezes são tratadas de maneira genérica, sem uma problematização mais aprofundada ou uma efetiva interseccionalidade na sua implementação.

De acordo com as autoras, no contexto da política de assistência social, há referências específicas à situação das mulheres, como o reconhecimento da chefia feminina nos lares como um indicador de vulnerabilidade. Além disso, há a identificação das "identidades estigmatizadas em

termos étnico, cultural e sexual" como público da assistência social. Essa inclusão destaca a compreensão da diversidade de situações de vulnerabilidade que envolvem não apenas questões de gênero, mas também de raça e etnia. Elas destacam também que uma análise das Normas Operacionais (NOB-SUAS) de 2005 e 2012 revela uma continuidade no reconhecimento da importância de abordar as questões de gênero e raça na implementação da política de assistência social (Andrade & Pereira, 2019).

No entanto, é imprescindível que haja uma articulação interinstitucional para a defesa dos direitos humanos de mulheres, negros e outras minorias. Além disso, a NOB-SUAS de 2012 explicita a importância de respeitar as diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais, e lista o combate às discriminações, incluindo as de gênero, como princípio ético para a oferta da proteção socioassistencial. As autoras trazem uma reflexão sobre a urgência de uma análise mais aprofundada sobre como o Estado tem contemplado os eixos de gênero e raça ao implementar os programas sociais. Isso é crucial para mapear e discutir de que maneira as demandas específicas das mulheres e da população negra têm sido consideradas. O desafio é reconhecer as diferenças de acesso às políticas públicas por esses grupos historicamente discriminados, que, muitas vezes, são os que mais demandam benefícios e serviços de assistência social (Andrade & Pereira, 2019).

Costa (2017) destaca uma preocupação com a falta de consideração adequada às dimensões de raça, gênero e classe no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), particularmente nos documentos orientadores do SUAS e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). A crítica da autora aponta para a abordagem "rasa" e não central das referidas dimensões, denotando uma lacuna na compreensão das relações sociais e a transversalidade desses aspectos. A transversalidade refere-se à incorporação dessas dimensões em todas as políticas e práticas, reconhecendo que elas estão interligadas e não podem ser tratadas de forma isolada.

Essa abordagem reconhece que as relações sociais não podem ser compreendidas de forma isolada, sendo necessário considerar o entrelaçamento dessas dimensões no cotidiano, em espaços como escolas, delegacias, CRAS e serviços de saúde. A ausência de uma abordagem transversal e a falta de consideração adequada dessas dimensões podem contribuir para a reprodução de desigualdades e a não efetividade das ações voltadas para a assistência social. Portanto, o texto ressalta a necessidade de uma abordagem mais aprofundada e integrada, que reconheça e combata as disparidades de gênero, raça e classe no âmbito do SUAS (Costa, 2017).

Pinto (2020) em sua pesquisa, com o objetivo de analisar a vulnerabilidade de mulheres negras e em situação de pobreza no contexto dos programas de transferência de renda atendidas pelo serviço de Paif, entrevistou mulheres usuárias dos programas, verificando que essas mulheres, em sua maioria, estão em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo impactadas por diversos fatores, incluindo o desemprego, a falta de acesso a empregos formais e as mudanças na estrutura produtiva decorrentes do neoliberalismo.

A autora destaca também a dependência dos programas sociais, como o Bolsa Família e o Cheque Cidadão, e pontua a necessidade dessas mulheres em receber auxílio financeiro para garantir a subsistência de suas famílias, sendo a condição de desemprego das entrevistadas agravada pela dificuldade em encontrar empregos formais, com a maioria se envolvendo em trabalhos esporádicos, como faxinas, vendas de alimentos e cosméticos. Esses impactos também são percebidos pela autora como consequência das relações desiguais de gênero e raça, embora, fique claro que essas duas instâncias não são trabalhadas dentro do SUAS, o que sugere uma lacuna na abordagem das políticas sociais em relação à dimensão racial, o que pode contribuir para a reprodução de desigualdades e a invisibilidade de questões específicas enfrentadas pela mulher negra (Pinto, 2020).

Também sobre transversalidade, mas mais especificamente tratando de gênero, Prisco (2019), em seu estudo, discute que a transversalidade de gênero tem sido abordada como uma ferramenta redutora da desigualdade entre homens e mulheres, visando empoderar as mulheres por

meio do acesso e usufruto de seus direitos. No entanto, a análise da amostra coletada indica que, no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) de Belo Horizonte, a implementação da transversalidade de gênero ainda é incipiente. Para o autor, apesar dos esforços indicados pelos profissionais da assistência entrevistados, a fim de promover a transversalidade de gênero, há obstáculos significativos. Entre esses obstáculos, destaca-se a precária formação específica para essa finalidade e a limitação de recursos, o que está diretamente relacionado à falta de capacitações e processos formativos promovidos pelo órgão gestor ou por parcerias efetivas com instituições capacitadas.

Um aspecto relevante apontado pela pesquisa é a necessidade de motivação e capacitação dos/as profissionais para a promoção da transversalidade de gênero. A falta de formação específica pode impactar negativamente na implementação efetiva dessa abordagem, comprometendo os resultados almejados (Prisco, 2019).

Matos e Cavalcanti (2023) trazem uma importante reflexão ao destacar a predominância de mulheres negras entre os beneficiários do Bolsa Família, o que seria um indicativo de uma clara associação entre raça e condição de vulnerabilidade social. A alta representação de mulheres negras em programas de assistência social como o Bolsa Família sugere que muitas delas enfrentam condições de vida precárias, com dificuldades para atender às necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde, e essas vulnerabilidades são agravadas quando essas mulheres são chefes de família, pois a carga de responsabilidades é maior, e as oportunidades de emprego e renda muitas vezes são limitadas. Neste sentido, a falta de políticas públicas transversais que abordem as interseccionalidades de gênero e raça contribui para a manutenção da vulnerabilidade das mulheres negras.

A falta ou ausência é colocada por Alves (2022), ao debater que uma análise do “Caderno de Orientações para o Serviço de Proteção Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: articulação necessária na Proteção Social Básica” revela um apagamento significativo em relação aos termos "mulher" e "negra", levantando questões

importantes sobre a forma como gênero, raça e classe são abordados nas políticas públicas, em particular na Proteção Social Básica (PSB). A autora revela que, ao percorrer as 36 páginas, evidenciou-se a ausência desses termos, o que obviamente contribui para uma certa invisibilidade das vulnerabilidades específicas enfrentadas pelas mulheres negras, que constituem uma parte considerável da população beneficiária desses serviços.

Em sua pesquisa de dissertação, Alves (2023) entrevistou 3 mulheres negras que participam dos Serviços ofertados no CRAS em que atua como Psicóloga. Ao conhecer as histórias dessas mulheres, negras e chefes das suas famílias, a autora abordou a forma como a maternidade na vida das mulheres negras é influenciada pela construção histórica e social do papel materno, impulsionada pela necessidade do capitalismo de mão de obra. A maternidade negra é complexa, com algumas mulheres a encarando como crescimento pessoal e catalisador para o ativismo social, enquanto para outras é um fardo que limita sua criatividade e as explora. A coletividade na criação de crianças é uma tradição nas comunidades africanas e afro-brasileiras, compartilhada devido às condições econômicas e sociais. A falta de suporte, como creches precárias, educação de baixa qualidade e problemas de saúde pública, juntamente com desafios como o genocídio de jovens negros e o envolvimento com álcool e drogas, contribuem para a heterogeneidade nas experiências de maternidade negra.

As mulheres participantes dessa pesquisa vivenciam uma ruptura com o ideal tradicional de família, uma vez que todas elas buscam apoio em redes compostas por parentes ou vizinhas, enfrentam dificuldades financeiras e não contam com a presença de companheiros. Para a autora, as famílias negras e pobres no Brasil enfrentam uma série de desafios que têm suas raízes no período escravocrata. A abolição inconclusa resultou na marginalização persistente de negras e negros no mercado de trabalho, juntamente com diversos obstáculos que impediram o acesso a recursos comuns e a busca por igualdade. A vida dessas famílias participantes da pesquisa foi marcada por violência, falta de proteção e exposição a problemas como o consumo de álcool, frutos das

condições desfavoráveis que acompanham a história de marginalização. Essas realidades tornaram as vidas das famílias negras vulneráveis às dinâmicas de poder estabelecidas (Alves, 2022)

A autora ainda descreve a experiência de sucesso que essas mulheres tiveram ao participar dos grupos de mulheres ofertados no CRAS pelos serviços socioassistenciais. De acordo com as entrevistas, a participação nesses serviços foi essencial para compreender seu papel social, proporcionando um espaço de encontro, reflexões e ações entre mulheres negras. O grupo formado por essas mulheres se tornou um ambiente de apoio mútuo, onde compartilham experiências, aprendizados e se fortalecem. Assim, o grupo de mulheres no CRAS é percebido como um “quilombo”, no sentido de ser um lugar de resistência, solidariedade e troca de experiências, contribuindo para a formação de laços afetivos e redes de apoio social. Dessa forma, a participação nesses serviços não apenas atende às necessidades práticas, mas também desempenha um papel crucial na promoção da ressignificação das existências, possibilitando a resistência contra as opressões do racismo, machismo e discriminação (Alves, 2022).

A autora ainda traz uma reflexão sobre o compromisso social da psicologia, destacando a necessidade de repensar o caráter historicamente elitista da profissão, que inicialmente se desenvolveu com uma abordagem mais individual e clínica, muitas vezes inacessível para a maioria da população (Alves, 2022).

Neste caminho de reflexões sobre a atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/PAIF, Siqueira (2019) destaca que análises do contexto étnico-racial são de extrema importância quando consideramos que o Brasil é marcado por desigualdades de raça e que seria ingênuo acreditar que as relações raciais não se refletem no campo. Para a autora, é imprescindível questionar e quebrar o silêncio existente sobre raça no SUAS. A pesquisa com as profissionais de psicologia que atuam nos CRAS, em conformidade com outras apresentadas, também revelou que as mulheres negras mães solas em situação de pobreza são as mais atendidas nos serviços. Outro ponto destacado no estudo é a violência de gênero muito presente nos territórios e que acaba se reverberando nas unidades do CRAS e nas profissionais que ali atuam.

Siqueira (2019) aponta que a forma como se estabelece o enfrentamento à pobreza e à desigualdade no SUAS demonstra certa tentativa de desassociar a condição de vulnerabilidade da cor de pele. Tal dado ficou evidente nos resultados das entrevistas com os profissionais, uma vez que eles acreditam que a raça não se sobressai no contexto das políticas de assistência porque todos ali são pobres. Para a autora, tais crenças se configuram numa naturalização da situação de vulnerabilidade, que inviabiliza que a temática da raça e etnia seja enfrentada pelos profissionais de psicologia.

Na concepção da autora, a psicologia pode desempenhar um papel fundamental na sensibilização das equipes do SUAS sobre questões raciais, promovendo uma compreensão mais profunda dos impactos do racismo. Para tal, é essencial que o profissional de psicologia permaneça atento ao ambiente e contexto em que atua, bem como à sua prática e à dinâmica de sua equipe, a fim de realizar uma análise crítica sobre a eficácia de suas intervenções em favor da igualdade racial. A psicologia tem a responsabilidade de buscar constantemente o aprimoramento de seus conhecimentos. Assim, mesmo diante da falta de recursos ou informações alinhadas às demandas identificadas no campo, em virtude do compromisso ético com a profissão, o psicólogo deve procurar meios que o capacitem e o ajudem a conceber estratégias eficazes (Siqueira, 2019).

No entanto, na realidade, alguns profissionais de psicologia entrevistados sentiram-se inseguros quanto a perguntar a cor aos usuários, como se fosse soar ofensivo, o que a autora atribui ao tabu social relacionado ao racismo. Destaca-se a importância de incluir o critério/categorização de cor em todos os formulários a fim de obter dados que desvelam as desigualdades pautadas em raça e possam apontar possíveis caminhos interventivos (Siqueira, 2019).

Costa (2017) estudou a percepção dos profissionais dos serviços ofertados no CRAS sobre a intersecção raça e gênero e encontrou que, ao abordar os "desafios contemporâneos" enfrentados pelas mulheres assistidas nos Serviços de Assistência Social (SUAS), os profissionais muitas vezes as enxergam sob a perspectiva da conciliação da dupla jornada de atividades. Esta dupla jornada envolve, por um lado, a manutenção das responsabilidades domésticas e maternas e, por outro, a

inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. A autora indica que há uma projeção dos desafios enfrentados pelas mulheres em relação ao cumprimento de tarefas múltiplas. Isso envolve a expectativa social de que as mulheres desempenhem papéis tradicionais, sendo "do lar-mãe-esposa" simultaneamente. Essa projeção parece refletir estereótipos de gênero e uma visão que, mesmo considerando a independência feminina, ainda pressiona as mulheres a cumprir múltiplos papéis.

Outro ponto de destaque é a ideia de empoderamento feminino dos profissionais da assistência, especificamente psicólogos e assistentes sociais, que muitas vezes é associada a um chamamento para que as mulheres ocupem um papel de "protagonistas" em suas próprias vidas. No entanto, há uma possibilidade de que essa concepção sobre empoderamento feminino possa ser equivocada e seja problemática, em alguns casos, podendo levar a uma individualização excessiva do conceito de empoderamento (Costa, 2017). Essa reflexão corrobora a ideia do empoderamento como um construto sócio-político e voltado a um movimento social (VER CAPÍTULO 1). Essa postura pode ignorar os fatores sistêmicos e estruturais que contribuem para a opressão das mulheres, como desigualdades de gênero, discriminação no trabalho e falta de acesso a recursos. Uma ênfase excessiva na autonomia individual pode correr o risco de responsabilizar as mulheres por suas próprias dificuldades, desconsiderando as injustiças e desigualdades estruturais que elas enfrentam.

Apesar de os profissionais de psicologia e assistência social entrevistados se silenciaram sobre as nuances do debate étnico-racial, as questões emergiram espontaneamente durante as atividades em grupo do PAIF, revelando iniciativas dos usuários. Em uma ocasião, um usuário criticou a lei no Brasil, destacando sua percepção de que ela historicamente impacta negativamente pobres, negros e mulheres. Em outro contexto, foi discutida a transição capilar de uma criança, indicando reflexões sobre padrões estéticos e preconceitos. A autora aponta que os profissionais não exploraram esses comentários para problematizar questões étnico-raciais, de gênero e classe,

preferindo voltar-se aos temas centrais das atividades em grupo propostas, deixando tais abordagens desconsideradas ou ignoradas (Costa, 2017).

No contexto abordado, os profissionais têm duas opções: podem ignorar as contribuições dos próprios usuários, respondendo de forma superficial e reproduzindo concepções preconceituosas, ou têm a oportunidade de estimular um diálogo étnico-racial contínuo, favorecendo a produção de conhecimento crítico. Uma abordagem socioeducativa pode promover alternativas que valorizem a comunidade negra, combatam percepções estereotipadas e previnam a discriminação racial. No entanto, a ausência da categoria "família negra" no Prontuário SUAS e a resistência de alguns profissionais em abordar questões étnico-raciais revelam desafios na implementação efetiva de políticas antidiscriminatórias (Costa, 2017).

Por fim, a autora coloca que uma dupla (in)visibilidade se manifesta de maneira notável, especialmente para o grupo dos negros e das mulheres negras, tanto na assistência social quanto na sociedade em geral. Frequentemente, são percebidos de forma estereotipada e negativa. Ao mesmo tempo, há uma recusa em reconhecer as condições históricas que contribuem para essa percepção, baseada na suposição de que vivemos em uma sociedade igualitária. No contexto brasileiro, no qual a questão racial foi historicamente negada e associada ao atraso, essa realidade torna-se ainda mais invisibilizada. Enquanto o gênero é considerado um fator legítimo de distinção e busca por equidade, pelo menos no ambiente de trabalho, as concepções naturalizadas sobre o gênero persistem nas falas dos profissionais entrevistados. A raça, quando mencionada, muitas vezes é relegada a uma explicação biológica (Costa, 2017).

Andrade e Pereira (2019) conduziram uma pesquisa considerando a interseccionalidade de raça e gênero na situação de vulnerabilidade, entrevistando profissionais (assistentes sociais e psicólogos) e usuárias do CRAS. Os resultados destacam que a maioria das declarações indica uma falta de percepção da questão racial ou a ausência de distinções de raça entre as usuárias. No entanto, algumas reconhecem a diversidade de cores na instituição, enquanto outras observam a

predominância de mulheres negras. Esses dados ressaltam a importância dos eixos de gênero e raça na política de assistência social.

No contexto de gênero, as falas refletem o desafio de alcançar o público masculino e revelam uma visão conservadora que reforça a atribuição das responsabilidades domésticas às mulheres. Isso também é evidente nas perspectivas das usuárias, que consideram normal que os homens sustentem a família, enquanto as mulheres são responsáveis pelo cuidado do lar, de crianças, idosos e pessoas com deficiência, enfrentando uma sobrecarga que muitas vezes impossibilita sua participação nas atividades do CRAS (Andrade & Pereira, 2019).

No que diz respeito à raça, os resultados do estudo evidenciam uma diferença de quando se aborda a questão de gênero em comparação com o perfil cor/raça nas entrevistas. Embora seja reconhecido que as mulheres majoritariamente frequentam o CRAS, tanto profissionais quanto usuárias autodeclaradas negras têm dificuldade em perceber que se trata principalmente de mulheres negras. Nesta pesquisa, a cor aparece mais invisibilizada que as questões de gênero. As autoras destacam que essa tendência reflete a propensão da sociedade brasileira de invisibilizar as desigualdades interseccionais que afetam diversos grupos sociais. Outro dado aponta que 89% das entrevistadas nunca participaram de iniciativas de combate às desigualdades raciais no âmbito do PAIF, revelando a persistente dificuldade em lidar com a questão étnico-racial e reconhecendo seu papel no cenário de desigualdades sociais (Andrade & Pereira, 2019).

Ao questionadas sobre a influência da cor da pele no emprego, as usuárias admitiram a existência de diferenças na inserção no mercado de trabalho, outras relataram experiências de discriminação racial em outros âmbitos, reconhecendo os potenciais prejuízos do racismo (Andrade & Pereira, 2019).

Ferreira (2021) investigou o papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na construção de identidades étnico-raciais de crianças e adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ela destaca que o SCFV é fundamental para a eficácia e longevidade da intervenção do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF),

expandindo essa intervenção para o âmbito comunitário. A autora realizou um estudo com 89 profissionais do SCFV, dos quais 12,4% eram psicólogos(as). Os resultados revelam que os profissionais reconhecem o racismo como um problema social evidente, destacando a persistente assimetria no status social e nas relações de poder entre brancos e negros. No entanto, alguns profissionais negam a existência de privilégios associados à branquitude e seu impacto desigual no acesso aos recursos mencionados.

No estudo, foi investigado se os profissionais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) conversavam com os usuários (crianças e adolescentes) sobre raça e etnia. Os resultados mostram que os profissionais reconhecem a importância de comunicar mensagens para fortalecer a identidade étnico-racial, variando na extensão dessa comunicação. Eles utilizam estratégias de diálogo para promover uma mudança positiva na maneira como a sociedade encara as diferenças étnico-raciais e combatem o racismo entre as crianças, enfatizando que a cor da pele não deve ser usada para julgar ou agir em relação a diferentes grupos étnico-raciais (Ferreira, 2021).

Outro ponto da investigação foi verificar a frequência, importância e influência da identidade racial dos profissionais na transmissão de mensagens para o fortalecimento da identidade das crianças. Observou-se que os participantes de origem branca têm uma tendência mais acentuada para transmitir mensagens de fortalecimento étnico-racial em comparação com os participantes de origem preta e parda. A autora destaca que esse achado é notável, pois difere do que geralmente é encontrado em estudos sobre identidade étnica, mas pondera a possibilidade de que a composição da amostra possa explicar esses resultados, uma vez que os profissionais lidam diretamente com crianças em situação de vulnerabilidade social, uma condição frequentemente associada à cor da pele. Isso pode levar esses participantes a reconhecerem a importância de abordar essas mensagens dentro do contexto de suas práticas educativas e sociais. Essa consciência pode ter surgido por meio de empatia ou de um desejo de ajudar, de paternalismo, ou ainda pode ter sido motivada pela necessidade de aderir às normas do politicamente correto, caracterizando-se como uma das formas de racismo aversivo (Ferreira, 2021).

Em conclusão, a autora faz uma reflexão sobre a importância dos profissionais atentos às identidades étnicas e raciais nos Serviços e Programas Socioassistenciais. Ela propõe que esses profissionais desempenhem funções que vão além dos serviços de assistência social oferecidos pelo CRAS, servindo como um mecanismo de proteção para a identidade étnico-racial. Além disso, pondera que é possível considerar as práticas desses profissionais como colaborativas e contra o racismo em relação à identidade dos usuários com as quais trabalham, pois buscam fortalecer suas identidades enquanto desafiam as práticas racistas na sociedade em que vivem (Ferreira, 2021).

Já Dos Santos e colaboradores (2022) desenvolveram um estudo que teve como objetivo verificar o impacto de fatores raciais, sociais e de gênero na produção do adoecimento psíquico de mulheres negras em um CRAS. Para tal, as autoras analisaram relatórios de execução de atividades de três anos consecutivos. O primeiro resultado apresentado diz respeito à já referida ausência do item de raça/cor nos prontuários, que são importantes instrumento de registro do trabalho desenvolvido com as usuárias. Esta ausência é apontada como problemática quando se considera que o critério raça/cor permite caracterizar e identificar as demandas específicas daquela população, e assim poderá ser ofertado um serviço que faça sentido para o beneficiário da política/serviço/programa. A autora pondera que, sem a informação sobre raça/cor no principal documento de acompanhamento do usuário, não é possível garantir direitos, tornando-os invisibilizados.

Quanto ao gênero, a pesquisa no CRAS localizado no Recôncavo Baiano indicou que mulheres são as que mais frequentam (cerca de 92% em 2020) e solicitam os benefícios assistenciais, demonstrando que as mulheres ocupam majoritariamente esse espaço, dentro desse território, e mais especificamente são mulheres negras, pois são a maioria no território. No que diz respeito à saúde mental, o cruzamento de dados revelou um aumento no número de encaminhamentos e acompanhamentos na rede de saúde mental, o que para as autoras evidencia o adoecimento mental como atravessamento das condições de raça, gênero e classe. Assim, postula-se que a precariedade de renda, a constante exposição a riscos sociais e a situação de vulnerabilidade

afetam a condição de saúde mental das mulheres atendidas no equipamento (Dos Santos *et al.*, 2022).

Ainda sobre o trabalho com viés interseccional, uma revisão da literatura sobre mulheres negras na PNAS, realizada por Alves, Murta e Moreira (2021), destaca a escassez de estudos que abordam a inserção de mulheres negras na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a partir de uma perspectiva interseccional ou racial. Essa constatação ressalta a necessidade urgente de realizar pesquisas mais aprofundadas e abrangentes nessa área. As autoras discutem que quando comparada a outras políticas públicas, como de Saúde e Educação, a PNAS ainda não alcançou o debate racial nos documentos oficiais e de desenvolvimento em termos de estudos científicos sobre a temática.

Siqueira (2019) sublinha a imprescindibilidade de desenvolver pesquisas em psicologia comprometidas com a desconstrução dos resquícios históricos que legitimam a reprodução do racismo na ciência e na profissão psicológica. Destaca-se que a psicologia tem a responsabilidade crucial de combater o racismo em todas as suas formas e nuances, tanto em nível individual quanto nas esferas coletivas onde suas ações podem exercer influência, conforme expresso no seu código de ética. Nesse contexto, as investigações são consideradas essenciais para confrontar o silêncio sobre racismo nos espaços de atendimento, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A pesquisa possibilita uma compreensão aprofundada das dinâmicas locais nos CRAS, identificando como o racismo se manifesta nesses espaços e afeta as pessoas em situação de vulnerabilidade.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão desempenha um papel crucial no enfrentamento das desigualdades de raça e gênero na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Por meio de investigações, é possível identificar as barreiras e desigualdades raciais que podem impactar o acesso e a eficácia dos serviços oferecidos no CRAS, contribuindo para a formulação de estratégias mais assertivas, além de permitir o desenvolvimento de intervenções psicológicas sensíveis às questões raciais, adaptadas às necessidades específicas das pessoas atendidas no CRAS. Os

resultados das pesquisas podem ser utilizados como base para advogar por políticas públicas antirracistas e práticas mais inclusivas nos CRAS, contribuindo para tirar o tema da invisibilidade e assim influenciar positivamente as políticas de assistência social.

## **2.6 Conclusões**

Este capítulo pretendeu responder de que maneira o CRAS/PAIF atuam para a construção de abordagens eficazes e sensíveis às questões da Raça e Gênero na execução da Política Nacional de Assistência Social. Para tal, consultou-se a base normativa, teórica e conceitual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a fim de para compreender como sua estrutura influencia a implementação da Política Nacional de Assistência Social, ao passo que foram identificadas as abordagens atualmente adotadas pelos profissionais de psicologia no CRAS, e mais especificamente no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), relacionadas à Raça e ao Gênero no âmbito da PNAS.

Observou-se que a promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou uma mudança significativa no reconhecimento e na abordagem do campo da Assistência Social no âmbito do Estado brasileiro. Com a Constituição, a assistência social ascendeu ao status de política pública de Estado, destinada a atender aqueles que dela necessitam. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993, representou um passo adicional ao regulamentar os artigos constitucionais relacionados à assistência social. Contudo, foi nos anos 2000, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a partir de 2003, que ocorreram mudanças mais substanciais.

A instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, representou um avanço notável na proteção oferecida pelo Estado às famílias e aos indivíduos brasileiros em situação de vulnerabilidade e pobreza. A consagração enquanto política de Estado, a PNAS marcou um importante passo ao reconhecer os usuários como detentores de direitos, contrastando com a abordagem filantrópica e caritativa que historicamente orientou a assistência social no Brasil. Antes dessa mudança, a assistência social era muitas vezes caracterizada por ações esporádicas e

predominantemente assistencialistas, sem uma base sólida de garantia de direitos para os beneficiários. A implementação da PNAS trouxe uma abordagem mais estruturada, transformando a concepção e a execução das políticas sociais no país (Alves, Murta & Moreira, 2021).

A organização da assistência social sob a forma de Sistema Único (SUAS), implementada em 2005, buscou coordenar e integrar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, proporcionando uma abordagem mais sistêmica e eficiente no atendimento às demandas sociais. O SUAS garante o acesso a equipamentos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que atua como uma porta de entrada para os serviços socioassistenciais. O CRAS realiza o diagnóstico do território, identificando as demandas e potencialidades daquela comunidade. Um exemplo de serviço ofertado é o PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família) ao qual se conecta o trabalho dos profissionais de psicologia.

Esses avanços indicam uma trajetória de aprimoramento e reconhecimento da importância da assistência social como instrumento de promoção da igualdade e enfrentamento das vulnerabilidades sociais no Brasil. Neste ponto, discute-se que a assistência social não se destina apenas a indivíduos ou famílias caracterizados pela insuficiência de renda. Sua abrangência inclui a universalidade de direitos e o enfrentamento de diversas situações de vulnerabilidade social.

A política de assistência social desempenha um papel estratégico no tratamento equitativo de todos os cidadãos diante das demandas de proteção social, reconhecendo as complexas interações entre desigualdade, pobreza e danos sociais. Ao tensionar a oferta de serviços a partir do compromisso pela equidade, a assistência social assume uma posição estratégica no campo das políticas sociais brasileiras, integrando outras políticas, como saúde e educação, a fim de cuidar dos indivíduos e famílias compreendendo a totalidade de suas demandas.

É fundamental ressaltar que a assistência social não se destina apenas a suprimir a insuficiência de renda. A política se propõe a enfrentar as diversas situações de vulnerabilidade social, desempenhando um papel estratégico em busca da superação das desigualdades históricas (de raça e gênero), reconhecendo que tais desigualdades causam pobreza e danos sociais.

Foi verificado que existe um trabalho voltado para as questões de gênero dentro dos serviços e programas socioassistenciais, que varia quanto ao tipo e à finalidade, mas que é consolidado. Percebe-se que são inseridas discussões sobre combate à violência doméstica, prevenção de doenças específicas para mulheres, sexualidade e cuidados, mas há uma crítica à exclusão dos homens de discussões que os envolve diretamente.

O conceito de empoderamento feminino (VER CAPÍTULO 1) também se destaca entre atividades, sendo apresentado como um chamamento para que as mulheres se tornem "protagonistas" em suas próprias vidas. Este conceito permeia documentos institucionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e orientações específicas para CRAS e PAIF. No entanto, essas abordagens muitas vezes podem caminhar por um viés de responsabilização das usuárias pela própria situação de vulnerabilidade, indicando a necessidade de abordagens equilibradas e realistas ao trabalhar com as questões de gênero nesse contexto (Costa, 2017). A literatura destaca o uso dos “grupos de mulheres”, o que por vezes confere uma visão que individualiza fenômenos que são sociais. Seria mais consistente um investimento em atuação coletiva/grupal, conforme apontado por Costa (2017) conferindo um sentido mais político ao empoderamento, pois este é um processo grupal.

No entanto, no que tange ao trabalho sobre raça, foi possível observar que, ao se materializar o conteúdo das legislações e normativas, evidencia-se que as ações examinadas do SUAS, especialmente no âmbito do PAIF, refletem uma falta de enfoque no debate étnico-racial no âmbito da Assistência Social. Primeiro, dentro das normativas e diretrizes, não há especificações quanto à atuação para superar as desigualdades de raça/cor, e quando citada a problemática não é aprofundada pelos documentos que regem a política (Alves, 2022; Costa, 2017; Andrade & Pereira, 2019).

Um segundo ponto de crítica dos estudos diz respeito à ausência do critério de raça/cor num dos instrumentos mais importantes de acompanhamento das intervenções, o Prontuário SUAS. Mesmo sendo um documento recente (2013), elaborado por um importante órgão governamental, o

documento não registra a cor/raça dos usuários, apontando para uma invisibilização da temática dentro do sistema. A omissão em identificar e reconhecer os impactos do racismo nas demandas da população atendida impede uma compreensão aprofundada do papel e da responsabilidade dessas ações na eliminação das desigualdades étnico-raciais, assim como na formulação de estratégias para enfrentar tais relações (Costa, 2017; Dos Santos et. al., 2022).

No contexto brasileiro, a desigualdade social está profundamente interligada às questões de raça e gênero, isso é o que os indicadores da PNAS demonstram. Mulheres negras enfrentam uma carga significativa de discriminação e desvantagens sociais, resultando em um cenário no qual a pobreza muitas vezes se manifesta de forma mais intensa entre essa parcela da população. Apesar da clareza dos dados a respeito, a interseccionalidade ainda não é pensada como abordagem de atuação dentro dos serviços. Há uma enorme lacuna tanto nas diretrizes de atuação para os profissionais, documentos elaborados por órgão governamentais, quanto de pesquisas empíricas que relatem a efetivação de um trabalho pensado com um viés interseccional.

A literatura sugere que os profissionais da assistência social podem, inadvertidamente, homogeneizar os usuários com base em uma única dimensão, a condição de classe, especialmente a pobreza. Isso implica que, em vez de reconhecer e lidar com as diversas identidades e experiências dos usuários, os profissionais tendem a simplificar a complexidade das vidas das pessoas atendidas, concentrando-se exclusivamente em sua situação econômica. Ao adotar uma abordagem uniforme, os profissionais podem estar ignorando ou invisibilizando as dimensões de raça e classe como parte das identidades dos usuários, negligenciando assim as circunstâncias da vida dos usuários forjados pela sua origem étnico-racial (Costa, 2017).

A abordagem mais eficaz seria adotar uma perspectiva interseccional, que leve em consideração as interações complexas entre raça, classe e outras dimensões identitárias, garantindo assim uma política de assistência social mais abrangente às diversidades da população atendida. Reconhecer as especificidades dos usuários e do território no âmbito do SUAS é crucial para

aprimorar a eficácia da política social, pois esse reconhecimento possibilita uma adequação mais precisa da capacidade de atendimento às demandas do público-alvo (Alves; Murta; Moreira, 2021).

Quanto à atuação específica dos profissionais de psicologia, interesse particular desta revisão, os estudos apresentados ressaltam uma resistência por parte dos profissionais de psicologia em abordar a questão da raça e cor em sua atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A revisão dos estudos destaca que muitas vezes esses profissionais evitam abordar a pergunta sobre raça e cor, considerando-a ofensiva ou discriminatória. Além disso, mesmo quando a demanda por intervenção surge durante as atividades, os profissionais podem silenciar sobre as nuances do debate étnico-racial (Costa, 2017; Siqueira, 2019).

A resistência em discutir a questão étnico-racial na prática psicológica pode ter impactos negativos na efetivação da política e na qualidade do atendimento, especialmente considerando a importância da interseccionalidade na compreensão das desigualdades sociais e da situação de vulnerabilidade. Em suma, os estudos vão destacar a importância de uma abordagem mais crítica e efetiva no tratamento das questões de gênero e raça na política de assistência social, para garantir uma resposta mais justa e equitativa às necessidades desses grupos.

A Psicologia, ao abordar as desigualdades de raça e gênero na PNAS, pode contribuir significativamente para a promoção da justiça social, inclusão e equidade. Integrar abordagens sensíveis à diversidade nas práticas profissionais, na pesquisa e na formação é fundamental para criar intervenções eficazes e garantir que a assistência social atenda verdadeiramente às necessidades de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero e raça. Portanto, a contribuição da psicologia no SUAS para a redução do racismo no trabalho vai além da assistência individual, envolvendo ações educativas, preventivas e de sensibilização que buscam transformar estruturas e promover ambientes mais inclusivos e igualitários.

Por fim, outra forma de contribuição da psicologia se dá através da realização de pesquisas no âmbito dos serviços e programas. As pesquisas que interseccionam raça e gênero no contexto da política de assistência ainda aparecem em número reduzido, de forma que desenvolver

estudos sobre a temática é fundamental para desvelar os fenômenos outrora invisibilizados, lançando luz sobre a problemática (Siqueira, 2019). A pesquisa se torna uma ferramenta poderosa para a implementação de práticas, além de permitir a identificação de lacunas e servir de base para o aperfeiçoamento da política de assistência.

Considerando a diversidade de experiências vivenciadas por diferentes grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, a pesquisa focada na interseção entre gênero e raça na política de assistência social contribuirá para a formulação de estratégias mais eficazes e inclusivas. Ao compreender as inter-relações complexas entre esses dois eixos, será possível preencher a lacuna de dados e então desenvolver ou aperfeiçoar políticas que atendam de maneira mais efetiva às necessidades específicas das mulheres negras e de outros grupos marginalizados, promovendo, assim, a efetiva redução das desigualdades.

Este capítulo contribui para identificar as lacunas que precisam ser preenchidas na pesquisa em Psicologia no contexto da Política de Assistência Social. A constatação de que os conhecimentos da psicologia social sobre raça, etnia, gênero e suas interseções não são devidamente explorados na formulação das práticas pode orientar uma mudança nesse cenário. Os apontamentos destacados aqui servirão de base para o estudo empírico subsequente, que buscará explorar mais a fundo essas questões e pode servir de base para a evolução e aperfeiçoamento da Política.

## **CAPÍTULO III**

### **ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO**

De acordo com o que a literatura demonstrou nos capítulos anteriores, fica evidente que a psicologia pouco se debruça no desenvolvimento de pesquisas que interseccionam raça e gênero no contexto da Política de Assistência, ainda que esses fatores sejam cruciais para a condição de vida do público da política. Considerando que desenvolver estudos com essa perspectiva é fundamental para desvelar fenômenos ainda pouco visibilizados e lançar luz sobre problemáticas que permanecem à margem do conhecimento científico e das práticas psicológicas neste âmbito, propomos um estudo que possa capturar as experiências das próprias usuárias do Sistema, suas percepções sobre discriminação e nas problemáticas na sua condição de vulnerabilidade, somados ao agravante de uma maternidade solo na adolescência.

#### **3.1 Objetivo Geral**

O presente estudo tem como objetivo verificar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda que são chefes de famílias, suas percepções de discriminação em função do gênero, raça e classe, e quais impactos desses fatores na sua condição de vulnerabilidade social, bem como suas noções de empoderamento.

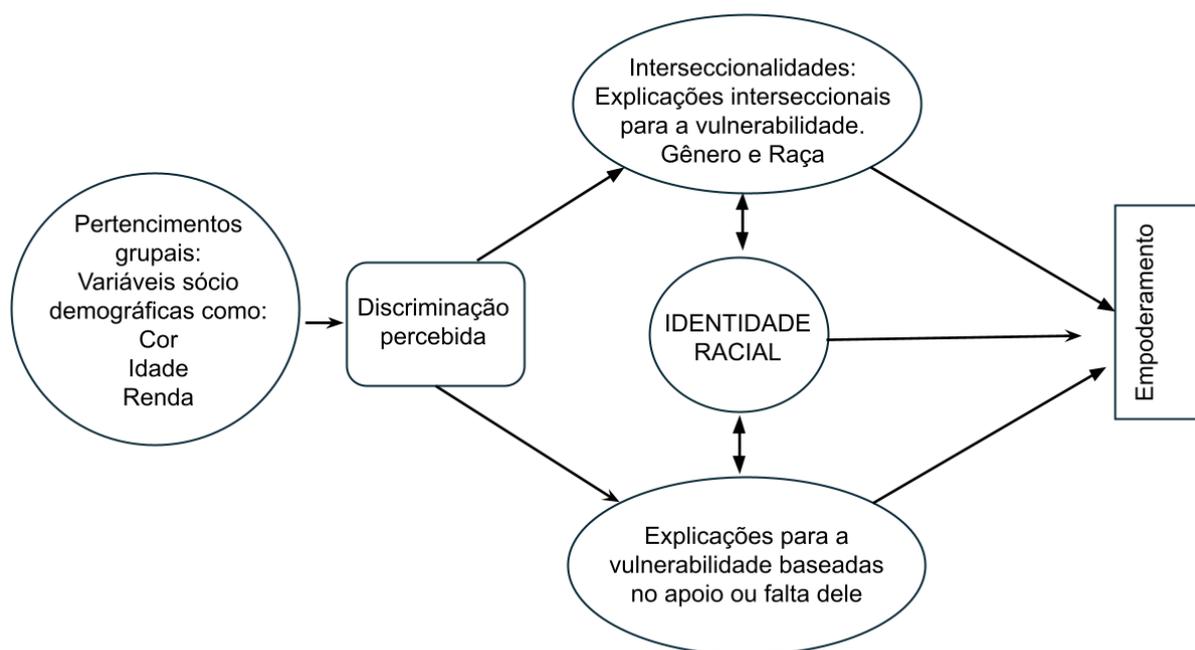
#### **3.1.2 Objetivos Específicos**

- a) Verificar a identidade étnico-racial de adolescentes em situação de vulnerabilidade social chefes de famílias;
- b) Verificar a percepção das adolescentes sobre os fatores interseccionais explicativos na condição da vulnerabilidade das mães adolescentes: raça, classe e gênero;
- c) Verificar os fatores preditores da persistência na vulnerabilidade social;

- d) Analisar as percepções das adolescentes sobre discriminação no nível de raça, classe e gênero;
- e) Investigar o envolvimento em ações de empoderamento individual e coletivo das participantes;

Os objetivos acima mencionados podem ser representados pelo seguinte modelo:

**Figura 1**



No modelo, as variáveis demográficas básicas influenciam a percepção de discriminação, estas variáveis incluem cor, idade e renda, cruciais para entender a experiência individual dentro de um contexto social. A discriminação percebida é o resultado direto das variáveis sócio demográficas, ou seja, a forma como uma pessoa percebe a discriminação que enfrenta é influenciada por fatores sociodemográficos. Por sua vez, as interseccionalidades de gênero e raça fornecem uma explicação para a vulnerabilidade, e a percepção de vulnerabilidade também é influenciada pelo apoio (ou a falta de apoio) que a pessoa recebe. Já a identidade racial é central, moldada tanto pelas interseccionalidades quanto pelas explicações de vulnerabilidade. Finalmente, a identidade racial influencia diretamente o empoderamento.

## 3.2 Método

### 3.2.1 Participantes

O presente estudo foi realizado na cidade de São Cristóvão, localizada no estado de Sergipe, é uma cidade com uma população de 95.612 habitantes, de acordo com dados de 2022. A densidade demográfica é de 218,27 habitantes por quilômetro quadrado, refletindo uma ocupação relativamente concentrada em seu território. A diversidade racial é uma característica marcante da cidade, com 60,06% da população se identificando como parda, 22,08% como branca, 17,39% como preta, 0,26% como indígena, 0,25% como quilombola e 0,20% como amarela, sendo, portanto uma cidade majoritariamente negra (cerca de 77,45%), além de demonstrar uma grande diversidade de raças e culturas que compõem a população local.

Economicamente, São Cristóvão apresentou um PIB per capita de R\$ 11.203,61 em 2021, o que a posicionou na 70ª posição entre os 75 municípios do estado de Sergipe. Em 2010, 41,6% da população tinha rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo, e a população ocupada em 2022 era de 15,77%. Embora o PIB per capita indique um desafio econômico, a cidade possui potencial para crescimento e desenvolvimento. Em termos de desenvolvimento humano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São Cristóvão era de 0,662 em 2010, um valor muito próximo da média do estado de Sergipe, que era de 0,665. Esse índice reflete as condições de vida da população, incluindo aspectos como educação, longevidade e renda.

Participaram do estudo 47 adolescentes, com idade média de 17,54 anos (DP = 1,752), das quais 72% se autodeclararam pardas, 16% brancas e 12% pretas. Quanto ao estado civil, 90% são solteiras, 6% estão em união estável e 4% são casadas. Essas adolescentes em situação de vulnerabilidade social são atendidas em uma Unidade CRAS (em São Cristóvão/Se), vinculado ao Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) deste município, durante os meses de maio e junho de 2024.

### **3.2.2 Critérios da seleção de participantes**

Três critérios foram considerados na seleção das adolescentes chefes de famílias participantes: 1) idade (dos 12 aos 20 anos); 2) a situação de monoparentalidade/chefia de família e; 3) a situação de baixa renda (a renda mensal familiar de até R\$218 per capita).

Assim, para esse estudo, mediante autorização da Coordenadoria de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de São Cristóvão (SE) (Apêndice A), foram selecionadas adolescentes beneficiárias do Programa Bolsa Família (logo, consideradas de baixa renda/em vulnerabilidade) e participantes dos serviços desenvolvidos num CRAS no município de São Cristóvão (SE). Optou-se essa seleção junto às famílias atendidas no CRAS de São Cristóvão (SE) por ser a porta de entrada dos beneficiários do Programa Bolsa-Família no território, facilitando assim o acesso a elas.

Inicialmente foi realizado um levantamento das famílias acompanhadas pela equipe técnica de referência que atende no CRAS, pois essas famílias estão participando dos serviços socioassistenciais disponibilizados neste equipamento social.

### **3.2.3 Instrumentos**

Para estudar o fenômeno, com adolescentes negras monoparentais em situação de vulnerabilidade social, foram importantes alguns cuidados especiais em relação aos instrumentos utilizados, a fim de capturar as importantes singularidades de categorias tão complexas como raça, gênero e a classe (condição de vulnerabilidade social).

Dessa maneira, a presente pesquisa tem um caráter quantitativo e exploratório. Abaixo os instrumentos utilizados serão apresentados, e podem ser encontrados na íntegra no APÊNDICE B.

#### ***Entrevista Estruturada: Dados Sociodemográficos***

O primeiro questionário diz respeito a questões referentes a dados sociodemográficos, tais como: idade, estado civil, número de filhos, idade da primeira gestação, se recebe apoio familiar no cuidado com os filhos, grau de escolaridade, situação da casa onde mora (se própria, alugada, cedida), se trabalha e ainda estuda) e renda mensal da família.

### ***Identidade Étnico-racial***

Posteriormente, o instrumento coletou as informações sobre as identidades étnico-raciais das participantes a partir de itens retirados de França e Monteiro (2013), que, além de perguntar a cor de pele, traz questões como: “o quanto ter esta cor de pele é importante para você?”, podendo responder entre (0) Nada Importante e (4) Totalmente Importante; “o quanto você se sente satisfeita com a cor da sua pele?”, podendo responder entre (1) Totalmente Insatisfeito a (5) Totalmente Satisfeito.

### ***Fatores explicativos da condição de vulnerabilidade***

Em seguida, o questionário analisou as percepções das adolescentes sobre quais fatores (raça, gênero, nível educacional, número de filhos) mais impactam na condição de vulnerabilidade, através da pergunta “para você, quanto cada situação mencionada nas perguntas abaixo dificulta a superação da condição econômica ou financeira que você se encontra?”, os fatores eram, por exemplo, “falta de escolaridade”, “número de filhos”, “cor da pele” e as participantes apontaram o quanto aquele fator impacta na sua condição de vulnerabilidade, numa escala que ia de (1) Nada a (5) Totalmente.

### ***Escala de Percepção da Discriminação Cotidiana***

A Escala de Discriminação Cotidiana (EDC) é uma adaptação brasileira da escala de Williams *et al.* (1997), adaptada no contexto brasileiro por Abreu *et al.* (2022) para adolescentes e jovens.

A escala é composta por 11 itens que descrevem situações de discriminação, tais como “as pessoas insultam você” e “as pessoas agem como se fossem melhores do que você”. Os respondentes marcam a frequência com que elas vivenciam cada situação de discriminação em uma escala tipo *Likert* de 06 pontos, que pontuam de 1 a 5 [1 = Nunca; 2 = Raramente (Menos de 1 vez ao ano); 3 = Poucas vezes (algumas vezes ao ano); 4 = Algumas vezes (Algumas vezes ao mês); 5 – Muitas vezes (Pelo menos 1 vez na semana); 6 – Quase sempre (Quase todos os dias)].

Além disso, caso uma ou mais dessas situações ocorressem várias vezes ao ano, os participantes são instruídos a assinalar qual “o principal(ais) motivo(s)” atribuído(os) a essas vivências (por exemplo, nível educacional, gênero, nível econômico e aparência física).

Para fins de objetivos da pesquisa, um item foi suprimido da escala para este estudo “as pessoas tratam você de forma negativa por acharem que você parece com uma pessoa do sexo oposto”, seguindo, portanto, com 10 itens.

### ***Escala de Empoderamento***

Por fim, foi utilizada a Escala de Empoderamento (EE) (Rogers, 1997), adaptada no Brasil por Pinto *et al.* (2019). Sendo o empoderamento um conceito multifacetado e complexo, a EE foi organizada em 25 itens, contendo cinco dimensões: autoestima, poder, ativismo comunitário, otimismo e controle do futuro e indignação ou raiva justa.

A escala do tipo Likert é composta por um conjunto de frases, por exemplo, “as pessoas têm mais poder se elas se juntarem umas com as outras em um grupo” ou “eu posso quase sempre determinar o que irá acontecer em minha vida”, nas quais se pede ao sujeito que está sendo convidado a manifestar o grau de concordância, indo desde Nada (1) a Totalmente (5). Com a EE, a maior pontuação corresponde às maiores manifestações de empoderamento. É importante salientar que, para fins de coesão com os demais itens do instrumento geral, a fim de não gerar confusão para as participantes em relação às escalas apresentadas anteriormente, a Escala Likert foi alterada em relação ao modelo original proposto (que anteriormente trazia uma escala que variava de “concordo plenamente” a “discordo plenamente”).

### **3.2.4 Procedimentos**

O estudo é realizado em conformidade com as leis que regem a investigação envolvendo pessoas, aderindo às diretrizes estabelecidas pela Comissão de Ética em Pesquisa, conforme registrado sob o n.º 6.642.251.

A partir de dados localizados no Cadastro Único, e no prontuário eletrônico dessas famílias será feito um contato via telefone e posteriormente será marcado atendimento individual no CRAS

com cada adolescente selecionado. Nesse momento será feita uma explicação sobre a questão, para expor os objetivos da pesquisa e os procedimentos. As usuárias do serviço foram convidadas a participar da pesquisa e serão esclarecidas sobre o estudo e apresentadas ao TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE (Apêndice C), e o TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE (Apêndice D), quando forem menores de idade.

O processo de coleta se deu através de entrevistas agendadas com as participantes, que aconteceram individualmente na instituição. As entrevistas foram conduzidas por meio de um formulário digital no *Google Forms* para registro das respostas, em local que oferece privacidade aos participantes.

### **3.3 Procedimento de Análise dos Dados**

Para as análises quantitativas, incluindo análises descritivas de frequência e médias, bem como construção de indicador de Identidade, análise Teste *t Student*, análise de variância *Univariada*, análise Fatorial com rotação Oblimin, análise de Regressão Linear e foi empregado o software IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) *Statistics 20*.

Foram realizadas:

- a) Análises de Variância Univariada com a identidade racial como variável dependente e a cor da pele e a idade como variáveis independentes; b) Análise Fatorial Exploratória dos fatores interseccionais explicativos na condição de vulnerabilidade; c) Uma segunda Análise de Variância Univariada, tomando como variável dependente a explicação da condição de vulnerabilidade e como variável independente a condição de trabalho das jovens, a cor da pele categorizada em brancas e negras (pretas e pardas) e a idade (mais velhas/mais jovens); d) Análise de Regressão Linear tomando como variável antecedente a cor da pele (branco x negros), a idade (14 a 16 anos e de 17 a 18 anos de idade), se trabalha, escolaridade (ensino fundamental ao ensino médio completo), número de filhos, condição de moradia (casa própria, alugada ou cedida), se recebe apoio familiar no cuidado com os filhos, idade da

primeira gestação (14 a 16 anos e de 17 a 18 anos de idade, e como variáveis consequentes:  
a explicação para a vulnerabilidade (explicação baseada na falta de apoio); e) Teste  $t$  de  
*Student* para demais análises.

## CAPÍTULO IV

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo, são apresentados os resultados do estudo empírico que tem como objetivo investigar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda chefes de famílias, suas percepções dos impactos do racismo, classismo e sexismo na sua condição de vulnerabilidade social, bem como suas noções de empoderamento, através de alguns instrumentos quantitativos. Os resultados deste estudo contribuem para o aumento da literatura relacionada à intersecção de raça, gênero e classe na psicologia social, e, além de aperfeiçoar a prática de profissionais que atuam na área, especialmente Psicólogos e Psicólogas, podem ainda ajudar a melhorar as políticas de assistência social, por oferecer mais informações sobre as reais demandas das mulheres negras adolescentes e mães. Também podem ajudar a melhorar a Política existente, aumentando seu alcance e a tornando acessível no sentido de atender as reais demandas dos usuários, em sua maioria mulheres negras jovens e mães.

Cada seção de resultado descrita abaixo corresponde a um dos objetivos específicos do estudo.

#### **4.1 A identidade étnico-racial de adolescentes em situação de vulnerabilidade social chefes de família**

Para analisar o primeiro objetivo que consistiu em verificar a identidade racial de adolescentes chefes de famílias em situação de vulnerabilidade social, construímos o indicador de Identidade a partir do somatório e da média das variáveis “o quanto ter a cor de pele é importante para você” e “quanto está satisfeito com a cor da pele”. Ambas as perguntas eram respondidas em uma escala Likert crescente que variava de 1 a 5 (A de importância variava de: Nada Importante, Pouco Importante, Mais ou Menos Importante, Importante e Totalmente Importante; e a satisfação variava de: nada satisfeito, pouco satisfeito, mais ou menos satisfeito, satisfeito e totalmente satisfeito). Em seguida, foi realizada uma análise de Teste *t Student*, contra o ponto médio da escala

(3), que indicou uma média de identidade de 3,65 e um desvio padrão de 0,89, indicando que as jovens apresentam uma identidade racial de moderada a alta,  $t(46) = 4,963$ ;  $p = .000$ .

De fato, era esperado que as adolescentes atribuíssem algum nível de importância à identidade étnico-racial, uma vez que a literatura indica que essa fase é crítica para o desenvolvimento da identidade racial, pois, nessa fase, elas começam ter uma compreensão mais profunda de sua identidade racial (Bender *et al.*, 2010; Hughes, Del Toro & Way, 2017). Esses achados também são consistentes com a Teoria da Identidade Social, a qual refere que à medida que os indivíduos compreendem melhor suas pertencas grupais, eles passam a atribuir maior valor a essa pertença a fim de manter uma identidade social positiva e que contribua positivamente para sua autoestima (Tajfel, 1978). No contexto do estudo, a alta importância atribuída à identidade étnico-racial e a satisfação com a cor da pele sugerem que as adolescentes estão desenvolvendo uma identidade racial positiva, o que pode contribuir para seu bem-estar geral (Bender *et al.*, 2010).

Para analisar a diferença na identidade racial em função da cor da pele e da idade das adolescentes, recodificamos a variável cor da pele em brancas e negras (parda e preta), e a idade em adolescentes mais novas (14 a 16 anos) e as mais velhas (17 a 18 anos). Em seguida, realizamos uma Análise de Variância Univariada com a identidade racial como variável dependente e a cor da pele e a idade como variáveis independentes. Os resultados demonstraram que não houve efeito principal na cor da pele e na idade ( $p > 1$ ), indicando que a identidade das adolescentes, de maneira geral, não se diferencia em função da cor da pele e da idade. Entretanto, ocorreu um efeito de interação entre a cor da pele e da idade ( $F(46) = 5,10$ ,  $p = 4,029$ ), indicando que as adolescentes brancas mais velhas apresentam alta identidade racial, ( $M = 4,5$ ,  $dp = 0,71$ ), as mais novas e as adolescentes brancas mais novas apresentaram uma média identidade racial, ( $M = 3,0$ ,  $dp = 0,57$ ), enquanto as adolescentes negras mais novas apresentaram identidade mais elevada do que as mais velhas ( $M = 4,0$ ;  $dp = 0,91$ ;  $M = 3,6$   $dp = 0,89$  respectivamente).

Esse efeito de interação entre cor da pele e idade no caso das adolescentes brancas indica que à medida que essas adolescentes crescem, a identidade racial dela se fortalece semelhante aos

resultados encontrados por Moreira-Primo e França (2023), no qual, em todas as idades, as crianças brancas expressam maior satisfação com sua pertença racial, ou seja, elas gostam de ser brancas. Sugerindo que, desde cedo, as crianças brancas tendem a desenvolver uma identidade racial positiva, que vai se fortalecer particularmente na adolescência, uma fase crucial de formação de identidade, possivelmente como reflexo do privilégio associado à branquitude na sociedade.

Com relação às adolescentes negras, o declínio na identidade mais velhas comparadas às mais novas, pode estar relacionado ao fato de que à medida que envelhecem, essas adolescentes começam a perceber mais claramente a desvalorização social do grupo ao qual pertencem, impactando negativamente sua identidade racial. Embora as crianças negras possam iniciar a vida com uma identidade racial relativamente positiva, a crescente percepção da desvalorização de seu grupo na sociedade, que se torna mais evidente com o aumento da idade (Moreira-Primo & França, 2023), pode enfraquecer essa identidade na adolescência.

Por fim, é importante destacar que essas adolescentes, sendo mães, chefes de suas famílias e estando em situação de vulnerabilidade social, podem sofrer um impacto no senso de identidade. As adolescentes do estudo passaram por uma ruptura nas fases do desenvolvimento, assumindo diversos papéis sociais que não são típicos da idade, além da interrupção da educação formal e das limitações de socialização com pares, aspectos de suma importância para o desenvolvimento do forte senso de identidade.

#### **4.2 A percepção das adolescentes sobre os fatores interseccionais explicativos na condição da vulnerabilidade das mães adolescentes: raça, classe e gênero**

Para analisar a percepção das adolescentes sobre os fatores interseccionais que explicam sua condição de vulnerabilidade (raça, classe e gênero), realizou-se uma análise Fatorial com rotação Oblimin, com os itens da escala de percepção de explicações da condição vulnerabilidade social (p.e., falta de escolaridade, rede de apoio, número de filhos, falta de emprego, cor da pele e ser mulher, etc.) a resposta era dada em uma escala Likert de 1 a 5 (Nada, Pouco, Mais ou Menos,

Muito e Totalmente). Os resultados indicaram o teste de esfericidade de Bartlett (132,089,  $gl = 36$ ,  $p < 0,001$ ) e o KMO (0,715) sugeriram interpretabilidade. A análise fatorial gerou dois fatores denominados de Rede de Apoio e Interseccionalidade (conforme é visto na Tabela 1). O fator rede de apoio agregou os seguintes itens: falta de escolaridade, não ter rede de apoio, número de filhos, falta de contribuição financeira do pai da criança, idade, falta de emprego e falta de creche, esse fator explica 38,51 % da variância associada ao fenômeno (*Eigenvalues*=3,47, *alpha* de Cronbach's = 0,826). Já o Fator 2 agrupou os itens cor da pele e ser mulher, esse fator explica 16,9% da variância associada ao fenômeno (*Eigenvalues*= 1,49, *alpha* de Cronbach's = 0,538).

**. Tabela 1**

*Análise Fatorial Exploratória dos Fatores Interseccionais Explicativos na Condição de Vulnerabilidade*

Itens	Cargas Fatoriais	
	Falta Rede de Apoio	Interseccionalidade
Falta de escolaridade	0.687	
Não ter rede de apoio	0.823	
Número de filhos	0.577	
Falta contribuição pai criança.	0.735	
Idade	0.624	
Falta de emprego	0.689	
Falta de creche	0.759	
Cor da pele		, 726
Ser mulher		, 855
Variância explicada	38,51 %	16,9%
<i>Eigenvalues</i>	3,47	1,49
Alpha de Cronbach's	0,826	0,538

A fim de verificar qual dos fatores, se a falta de apoio ou a interseccionalidade entre raça e gênero são consideradas pelas jovens empecilho à superação da condição de vulnerabilidade, realizamos um Teste *T* de *Student* contra o ponto médio da escala (3), tomando como filtro a cor da pele categorizada em brancos e negros (pretos e pardos). Os resultados indicaram que o apoio foi considerado uma explicação para a própria condição pelas jovens brancas ( $M=3,64$ ;  $dp=0,62$ )  $t(5) = 2,55$ ,  $p=0,05$ . As jovens negras não se diferenciam com relação a explicação dada para a sua condição de vulnerabilidade ( $p > 0,1$ ).

Realizamos ainda uma Análise de variância univariada, tomando como variável dependente a explicação da condição de vulnerabilidade e como variável independente a condição de trabalho das jovens, a cor da pele categorizada em brancas e negras (pretas e pardas) e a idade (14 a 16 anos) e adolescentes mais velhas (17 e 18 anos). Considerando o fator de explicação da falta de apoio, os resultados indicaram que o apoio não se diferenciou em relação às variáveis utilizadas ( $p < 0,01$ ). Entretanto, com relação ao fator interseccionalidade, observou-se um efeito principal da idade indicando que as jovens mais velhas ( $M=3,48$ ,  $dp=0,34$ ) explicam mais sua condição em função desse fator do que as mais novas ( $M=2,91$ ,  $dp=0,48$ )  $F(1,44) = 3,84$ ,  $p = 0,05$ . Ocorreu um efeito de interação entre a cor da pele e da idade das jovens indicando que as jovens brancas mais velhas ( $M=4,5$ ,  $dp=0,83$ ), mais do que as mais novas ( $M=2,8$ ,  $dp=0,68$ ), explicam mais a sua condição com base na interseccionalidade. Já as jovens negras mais novas ( $M=3,22$ ,  $dp=0,45$ ), mais do que as mais velhas ( $M=2,97$ ,  $dp=0,287$ ), explicam sua condição na interseccionalidade entre raça e gênero.

O dado de que as jovens brancas perceberem que sua vulnerabilidade está mais claramente relacionada à falta de apoio, pode estar ligada ao fato delas não enfrentarem uma intersecção de opressões. Sua experiência de gênero é o foco principal de discriminação, o que pode explicar por que identificam mais a falta de apoio como um fator determinante. As jovens negras, ao contrário, podem ver tanto o racismo quanto a falta de apoio como igualmente relevantes na sua condição, pois ambas as formas de opressão afetam suas vidas de maneiras interligadas e complexas. De

acordo com a interseccionalidade (Crenshaw, 2002), jovens negras não vivenciam apenas uma forma de discriminação, mas sim uma sobreposição de opressões - neste caso, racismo e machismo. Por isso, para elas, a falta de apoio pode não ser o único fator que define sua vulnerabilidade. Elas vivenciam tanto a discriminação racial quanto de gênero de maneira entrelaçada, o que cria uma experiência de opressão diferente do que a das jovens brancas enfrentam (Hirata, 2014).

O fato de jovens negras mais novas explicarem sua condição com base na interseccionalidade entre raça e gênero mais do que as mais velhas pode ser explicado pela forte saliência da identidade racial e de gênero no início da adolescência, conforme discutido no fragmento teórico. No início da adolescência, os adolescentes estão particularmente focados em estabelecer um senso de pertencimento e identidade. Para as jovens negras, a experiência de discriminação racial e de gênero pode ser um fator central na formação de sua identidade social desde cedo. Assim, essas jovens mais novas podem perceber, de forma mais aguda, a interseccionalidade entre raça e gênero, já que essas identidades estão altamente salientes e são frequentemente reforçadas pelas experiências de discriminação (Tanti, 2011).

Esse desenvolvimento diferencial da percepção da interseccionalidade, entre adolescentes brancas e negras, também pode estar relacionado à exposição desigual a experiências discriminatórias e à socialização diferencial em torno dessas identidades. As jovens negras, desde cedo, enfrentam a dupla opressão de raça e gênero, o que pode acelerar sua compreensão das interseções dessas identidades (Crenshaw, 2002). Já as jovens brancas podem levar mais tempo para reconhecer como gênero e classe se entrelaçam para impactar suas vidas, pois embora estejam em situação de vulnerabilidade, a discriminação direta pode não ser a realidade das jovens brancas.

Essa interação entre cor da pele, idade e percepção da interseccionalidade reforça a importância de considerar o contexto social e o desenvolvimento cognitivo ao analisar como diferentes grupos de adolescentes percebem e explicam suas experiências de vulnerabilidade. Ela também sublinha a necessidade de intervenções educacionais e políticas públicas que abordem essas

questões de maneira adequada à fase de desenvolvimento e às realidades vividas por diferentes grupos raciais e de gênero, evitando tratar as opressões como explicadas apenas pela situação de vulnerabilidade econômica.

### **4.3 Fatores preditores da persistência na vulnerabilidade social**

Para testar o objetivo de verificar os fatores preditores da persistência na vulnerabilidade social, realizamos uma Análise de Regressão Linear tomando como variáveis antecedentes a cor da pele (branco x negro), a idade (14 a 16 anos e de 17 a 18 anos de idade), se trabalha, escolaridade (ensino fundamental ao ensino médio completo), número de filhos, condição de moradia (casa própria, alugada ou cedida), se recebe apoio familiar no cuidado com os filhos, idade da primeira gestação (14 a 16 anos e de 17 a 18 anos de idade, e como variável consequente: a explicação para a vulnerabilidade (explicação baseada na falta de apoio) Em função do baixo número da amostra, as análises foram realizadas em pequenos blocos com as variáveis consequentes. Os resultados indicaram que a explicação para a vulnerabilidade baseada no apoio foi predita pelas variáveis escolaridade e apoio para cuidado com os filhos. Indicou-se que, quanto menor a escolaridade, mais as jovens explicam a sua condição de vulnerabilidade baseada na falta de apoio, paralelamente, quanto mais elas recebem apoio da família nos cuidados com os filhos, mais as jovens explicam sua condição de vulnerabilidade baseada na falta de apoio.  $F(2, 44) = 6,16, p < 0.005$ .

Portanto, a falta de escolaridade, exacerbada pela gravidez precoce, não apenas limita as oportunidades de emprego e socialização, como também aumenta a percepção das jovens de que estão vulneráveis devido à falta de apoio (IPEA, 2020). Mesmo quando algum nível de suporte é oferecido, a interrupção educacional ainda representa, para essas jovens, uma barreira significativa, que contribui para perpetuar a vulnerabilidade.

Considerando a explicação para a vulnerabilidade baseada na intersecção entre gênero e raça, nenhuma das variáveis consequentes foi preditora desse fenômeno ( $p > 0.1$ ).

#### 4.4 Percepção das adolescentes sobre discriminação no nível de raça, classe e gênero

Para analisar as percepções das adolescentes sobre discriminação no nível de raça, classe e gênero, utilizamos a escala de discriminação percebida, validada no Brasil, composta por um único fator, a discriminação, e varia em termo de frequência de 1 a 5, (Nunca, Raramente, Poucas Vezes, Algumas Vezes, Muitas Vezes e Quase Sempre). Em seguida, construímos o indicador de discriminação pelo somatório e a média dos itens da escala. Para encontrar o nível de percepção da discriminação das adolescentes, realizamos o Teste *t* de *Student* contra o ponto médio da escala (3), e os resultados indicaram que as adolescentes apresentam baixa percepção de discriminação  $M=(1,49)$ ;  $dp=1,11$ ,  $T(46)=-9,381$ ,  $p<0.001$ .

Este resultado pode sugerir que essas adolescentes ainda não desenvolveram uma consciência plena sobre as dinâmicas de opressão que afetam seus grupos sociais de pertença (Roso & Romanini, 2014), seja por falta de experiências e oportunidades de aprender sobre elas, uma vez que essas jovens possuem limitados espaços de aprendizagem, e por vezes precisaram abandonar a escola, seja por influência de um ambiente que minimiza ou invisibiliza essas questões (Siqueira, 2019). De acordo com o proposto por Freire (1970) sobre a consciência crítica, esse processo de reconhecimento das condições sociais e políticas moldam a vida das pessoas, incluindo as próprias adolescentes, sendo assim, é apenas a partir da conscientização crítica que as adolescentes poderão empoderar-se e atuar como agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade em geral.

Para analisar se as adolescentes percebem que a discriminação ocorre ao nível do gênero, da raça e da classe, realizamos uma análise univariada. Como a discriminação tem uma variável independente, a classe social foi considerada através da seguinte pergunta: “Você trabalha?”, a resposta era dada de forma afirmativa ou negativa, e a cor da pele entrou na análise como filtro. As análises indicaram que não houve efeitos principais ou de interação entre as variáveis independentes. Exceto a classe social, apresentou-se uma tendência a uma significância  $F(3,38)=3,39$ ,  $p=0.074$ , indicando que as adolescentes negras que não trabalham percebem mais a discriminação do que as que trabalham ( $M_1 = 1,51$ ,  $dp_1 = 1,1$ ;  $M_2=0,55$ ,  $dp_2 = 0,37$ ). Esse resultado

revela uma relação entre a percepção de discriminação e a exclusão no mercado de trabalho, especialmente entre mulheres negras, semelhante ao encontrado por Silva (2017), mulheres negras enfrentam as maiores dificuldades de inclusão no setor industrial em Sergipe, com os menores percentuais de participação e remuneração. Juntos, esses dados reforçam a ideia de que a exclusão do mercado de trabalho agrava a percepção de discriminação entre mulheres negras, criando um ciclo de vulnerabilidade.

Esses resultados também destacam as complexas e interconectadas barreiras que as adolescentes mães negras enfrentam resultantes da classe social, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho não apenas limita as oportunidades econômicas dessas jovens, mas também aprofunda a percepção de discriminação e exclusão social. Assim, a pobreza atua como um fator multiplicador, reduzindo ainda mais as chances dessas jovens de romper com o ciclo de exclusão (Lott, 2012). É notório que a discriminação racial pode limitar o acesso a empregos e oportunidades educacionais (Pinto, 2020), e o sexismo e os estigmas associadas à maternidade na adolescência agravam ainda mais essas dificuldades (Menezes e cols, 2012). Entretanto, os efeitos da raça e do gênero não foram evidenciados com clareza na percepção sobre discriminação das adolescentes. Ao que parece, a intersecção com a raça, ocorre de modo imperceptível pelas adolescentes pois, foi saliente apenas para as jovens negras, porém não declarado por elas.

#### **4.5 A percepção de empoderamento individual e coletivo das adolescentes em função da idade e cor da pele**

A fim de analisar a percepção de empoderamento individual e coletivo das adolescentes em função da idade e cor da pele, optou-se por adotar os fatores teóricos da escala de empoderamento: 1 – Autoestima e Autoeficácia; 2 – Poder e Impotência; 3 – Ativismo Comunitário e Autonomia; 4 – Otimismo e Controle; 5 – Raiva Justa. A escala varia de 1 a 5 (Nada, Pouco, Mais ou Menos, Muito e Totalmente), quanto maior o valor, mais as jovens apresentavam a percepção de empoderamento. É importante ressaltar que foi realizada uma recodificação da escala de Raiva

Justa, isso se fez necessário, pois os itens da escala eram negativos. Em seguida, foi composto o indicador de cada fator através do somatório e da média dos itens correspondentes a cada fator da escala.

A primeira análise realizada a fim de conhecer o nível de empoderamento das jovens foi um Teste *t* de *Student* contra o ponto médio da escala (3). O resultado indicou uma moderada percepção de autoestima e autoeficácia ( $M=3,06$ ,  $dp=0,79$ ;  $t(45)=5,16$ ;  $p=0.01$ ). e ativismo comunitário ( $M=3,62$ ,  $dp=0,95$ ;  $t(45)=4,48$ ;  $p=0.01$ ). No contexto da noção de empoderamento proposta por Rogers *et al.* (1997), esse resultado aponta que as adolescentes estudadas possuem uma sólida confiança em suas habilidades e em seu valor pessoal. Essa confiança é um componente crucial do empoderamento, pois capacita as pessoas a tomar decisões informadas e a acreditar que podem moldar seu futuro de maneira positiva. O ativismo comunitário, outro componente importante mencionado como alto no resultado, está relacionado à participação ativa em ações coletivas e movimentos sociais com o objetivo de promover mudanças. Essa forma de ativismo pode ser vista como uma extensão natural da autoestima e da autoeficácia, pois os indivíduos, ao reconhecerem seu valor e sua capacidade de ação, se engajam em esforços para transformar suas comunidades e a sociedade (Rogers *et al.*, 1997).

Já o poder e a potência, o otimismo e o controle e raiva justa não obtiveram diferenças significativas em relação ao ponto médio da escala ( $p<0.01$ ), poder e potência ( $M=3,15$ ,  $dp=0,71$ ); otimismo e controle ( $M=3,18$ ,  $dp=0,82$ ); e raiva justa ( $M=3,05$ ,  $dp=0,91$ ). Indicou-se uma percepção mediana de empoderamento.

Esse achado demonstra que é essencial que sejam criados espaços e oportunidades para que essas adolescentes possam desenvolver sua consciência crítica. Isso envolve não apenas garantir a permanência na escola, mas também promover currículos e ambientes de aprendizagem que incluam a discussão sobre as relações de poder, as desigualdades e as injustiças sociais (Freire, 1970). Além disso, é necessário combater a invisibilização das questões sobre raça e gênero em

todos os espaços sociais, incluindo os programas e políticas de Assistência Social em que elas estão inseridas, proporcionando às jovens as ferramentas necessárias para reconhecer e transformar as dinâmicas de opressão que moldam suas vidas. Somente através desse processo é que as adolescentes poderão empoderar-se e atuar como agentes de transformação.

Para analisar a percepção de empoderamento individual e coletivo das adolescentes, compusemos o indicador de empoderamento individual através do somatório e média dos fatores autoestima e autoeficácia, otimismo e controle, raiva justa; e o empoderamento coletivo foi construído através do somatório e da média dos fatores poder e potência e ativismo comunitário. Realizamos um Teste *t* de *Student* para verificar o empoderamento individual e coletivo das adolescentes, que indicou um alto nível de empoderamento individual e coletivo ( $M_i=3,28$ ,  $dp=0,57$ ),  $t(44)=3,24$ ;  $p=0,002$ ; ( $M_c= 3,39$ ,  $dp=0,65$ ),  $t(44)= 4,00$ ;  $p< 0,01$ . O resultado de alto empoderamento individual e coletivo entre essas adolescentes é um indicativo positivo, pois o empoderamento individual proporciona às adolescentes a confiança e a capacidade de agir em seu próprio nome, mas é o empoderamento coletivo que amplifica essas ações, permitindo que se tornem parte de um movimento mais amplo de transformação da realidade. Quando essas jovens se unem, seu poder e influência crescem, criando um impacto maior nas estruturas sociais e políticas que afetam suas vidas. O empoderamento individual, embora seja um passo importante, é apenas o início de um processo mais amplo (Roso & Romani, 2014). A teoria destaca que a transformação social real ocorre quando o empoderamento se expande para o coletivo, permitindo que grupos marginalizados e oprimidos, como essas adolescentes, possam agir conjuntamente para alcançar mudanças significativas (Freire, 1970; Depre't & Fiske, 1993; Roso & Romani, 2014).

Para verificar o efeito da cor da pele, idade e classe realizamos uma análise univariada entre os indicadores empoderamento individual e coletivo, separadamente, como variáveis dependentes e a idade e a classe como variáveis independentes, a cor da pele entrou como um filtro na análise. Os resultados indicaram que não houve diferenças considerando o empoderamento individual para as adolescentes brancas em nenhuma das variáveis analisadas  $p > 0,1$ . Já para as adolescentes negras,

evidenciou-se um efeito tendencial da idade  $F(2, 37) = 3,57, p = 0,067$ , indicando que as adolescentes mais novas ( $M = 3,59, dp = 0,22$ ) percebem mais empoderamento individual do que as mais velhas ( $M = 3,22, dp = 0,14$ ).

Essa maior percepção de empoderamento individual entre as adolescentes negras mais novas pode ser interpretada como um reflexo de sua ainda baixa consciência crítica. Conforme as adolescentes envelhecem, elas tendem a ganhar mais experiência e talvez a enfrentar mais diretamente as dificuldades impostas pelas desigualdades sociais e raciais, à medida que essa consciência se aprofunda com a idade e a experiência (Tanti, 2011), a percepção de empoderamento pode mudar, levando a uma maior ênfase na necessidade de ações coletivas e na compreensão das limitações do empoderamento individual em contextos de desigualdade. À medida que as adolescentes amadurecem e se tornam mais cientes das dinâmicas de poder que moldam suas vidas, elas podem começar a perceber que a superação das desigualdades não pode ser alcançada apenas por meio de esforços individuais, mas exige também a solidariedade e a ação coletiva (Roso & Romani, 2014).

Considerando o empoderamento coletivo, não houve diferença para qualquer uma das variáveis analisadas ( $p > 0,1$ ).

Quanto ao modelo, pode-se considerar que ele explicou os resultados em partes. No modelo, as variáveis demográficas (cor, idade, renda) influenciariam diretamente a percepção de discriminação, os resultados mostraram que classe social foi a única variável que influenciou significativamente a percepção de discriminação, sem efeitos significativos para gênero e raça. O modelo previa que gênero e raça, através da interseccionalidade, fornecem uma explicação para a vulnerabilidade, e essa percepção seria influenciada pelo nível de apoio que a pessoa recebe, nos resultados nível de escolaridade e o apoio familiar emergiram como fatores fundamentais para explicar a vulnerabilidade, especialmente em relação ao cuidado com os filhos. O efeito de cor da pele e idade foi significativo na formação da identidade racial, conforme previu o modelo. Também conforme sugeriu o modelo, especialmente entre adolescentes negras, as mais novas relataram

maior empoderamento individual, o que indica que a identidade racial pode desempenhar um papel mais imediato e profundo no desenvolvimento do empoderamento entre jovens negras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente dissertação teve como objetivo verificar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda que são chefes de famílias, suas percepções dos impactos do racismo, classismo e sexismo na sua condição de vulnerabilidade social, bem como suas noções de empoderamento. Mais especificamente, pretendeu-se analisar a identidade social das adolescentes em termos de raça, gênero e classe, observando sua participação em iniciativas voltadas para a melhoria de sua condição social. Buscou-se compreender se há um senso de empoderamento individual ou coletivo entre elas e se percebem a existência de uma identidade compartilhada, discriminação, além de reconhecerem a necessidade de ações conjuntas para lidar com as persistentes relações de dominação impostas pelo grupo.

Para chegar a esse objetivo, primeiro exploramos os conceitos que estão nas bases da dissertação e norteiam o estudo empírico realizado. Por conseguinte, no capítulo 1, exploramos construtos como identidade social, intersecção (racismo, classismo e sexismo) e empoderamento. Concluímos que mulheres negras e pobres enfrentam uma tripla discriminação devido à sua condição de gênero, situação econômica e raça, e que a maternidade ainda na adolescência vai agravar a situação de vulnerabilidade e muitas vezes será mais um impedimento para uma mobilidade social. Diante desse cenário, o envolvimento em ações de empoderamento individual, mas principalmente coletivas, vão ser uma forma de conseguir fazer essa mudança na situação socioeconômica que se encontram.

Posteriormente, no capítulo 2, demonstrou-se uma relutância de profissionais da assistência em abordar questões étnico-raciais, inclusive na prática psicológica, o que, de acordo com a literatura, pode prejudicar a implementação da política e a qualidade do atendimento, especialmente dada a importância da interseccionalidade na compreensão das desigualdades sociais e da vulnerabilidade.

O capítulo 3 apresentou os aspectos metodológicos do estudo empírico para investigar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda que são chefes de famílias, suas percepções dos impactos do racismo, classismo e sexismo na sua condição de vulnerabilidade social, bem como suas noções de empoderamento. Os resultados deste estudo foram apresentados e discutidos no capítulo 4, de acordo com o objetivo que visa atender.

Quanto ao primeiro objetivo, os resultados indicam que as adolescentes, em geral, possuem uma identidade racial de moderada a alta. Observou-se um efeito de interação entre cor da pele e idade: adolescentes brancas mais velhas demonstram uma identidade racial mais alta em comparação com as mais novas, que têm uma identidade racial média. Em contraste, as adolescentes negras mais novas apresentam uma identidade racial mais elevada do que as negras mais velhas.

No segundo objetivo, que versa sobre os fatores que explicam a situação de vulnerabilidade, os resultados indicaram que o apoio foi considerado uma explicação para a própria condição das jovens brancas. Ocorreu um efeito de interação entre a cor da pele e da idade das jovens, indicando que as jovens brancas mais velhas, mais do que as mais novas, explicam mais a sua condição com base na interseccionalidade. Já as jovens negras mais novas, mais do que as mais velhas, explicam sua condição na interseccionalidade entre raça e gênero.

Posteriormente, atendendo ao objetivo três, foi encontrado que a vulnerabilidade das jovens é explicada pela falta de escolaridade e pelo nível de apoio familiar para o cuidado com os filhos. Constatou-se que, quanto menor a escolaridade, mais as jovens atribuem sua vulnerabilidade à falta de apoio; ao mesmo tempo, mesmo recebendo apoio familiar nos cuidados com os filhos, elas ainda justificam sua vulnerabilidade pela ausência desse suporte. A interrupção educacional causada pela gravidez precoce limita oportunidades e intensifica essa percepção de vulnerabilidade, perpetuando a situação mesmo quando algum apoio é oferecido.

No objetivo quatro, sobre a percepção de discriminação cotidiana, os resultados mostraram que as adolescentes têm baixa percepção de discriminação, o que pode indicar que elas ainda não

desenvolveram uma plena consciência das dinâmicas de opressão que afetam seus grupos sociais aos quais elas pertencem. Uma segunda análise revelou que não houve efeitos significativos entre as variáveis de gênero, raça e classe na percepção de discriminação, exceto para a classe social. As adolescentes negras que não trabalham tendem a perceber mais discriminação do que as que trabalham. Esses resultados evidenciam as barreiras da intersecção de raça, classe e gênero enfrentadas pelas adolescentes mães negras, pois a dificuldade de inserção no mercado de trabalho não só limita oportunidades econômicas, mas também intensifica a percepção de discriminação e exclusão social.

A análise do nível de empoderamento das jovens, referente ao objetivo cinco, revelou uma alta percepção de autoestima, autoeficácia e ativismo comunitário, indicando que as adolescentes estudadas têm uma forte confiança em suas habilidades e em seu valor pessoal. No que diz respeito ao empoderamento individual e coletivo, os resultados mostraram que as adolescentes possuem um alto nível de empoderamento individual e coletivo. Isso é positivo, pois o empoderamento individual lhes dá confiança para agir, enquanto o empoderamento coletivo potencializa essas ações, permitindo que contribuam para um movimento mais amplo de transformação social. Ao verificar o efeito da cor da pele, idade e classe entre os indicadores empoderamento individual e coletivo, verificou-se que não houve diferenças no empoderamento individual entre as adolescentes brancas em relação à idade e classe. No entanto, entre as adolescentes negras, observou-se que as mais novas percebem um maior empoderamento individual em comparação com as mais velhas.

O estudo possui algumas limitações, por exemplo, o número da amostra foi baixo devido à especificidade do público (mães adolescentes monoparentais em situação de vulnerabilidade), impossibilitando maiores comparações entre grupos, o que conseqüentemente dificulta uma generalização dos dados. Também foi um desafio conseguir atrair esse público para a entrevista, pois mães adolescentes são, por vezes, difíceis de acessar por questões de tempo, responsabilidades com os filhos e até restrições geográficas e econômicas, o que pode limitar o tamanho e a representatividade da amostra.

Entretanto, os resultados do estudo se configuram como um avanço ao buscar entender como essas adolescentes se percebem e os fatores que interagem em suas vidas, agravando sua situação de vulnerabilidade, além de identificar fatores que podem contribuir significativamente para a superação. Os resultados apresentados são cruciais, pois revelam a necessidade de um olhar atento não apenas para as dificuldades enfrentadas, mas também para as potencialidades e recursos que elas utilizam para enfrentar as desigualdades. O entendimento sobre empoderamento, especialmente em jovens negras, pode fornecer subsídios para políticas públicas mais eficazes. Tal abordagem pode ajudar a melhorar as políticas existentes, ampliando seu alcance e tornando-as efetivamente acessíveis.

Neste sentido, a garantia da permanência na escola é fundamental. Políticas públicas que assegurem acesso contínuo à educação para adolescentes, especialmente para aquelas que são mães e estão em situação de vulnerabilidade, são essenciais. Isso inclui a implementação de programas de apoio escolar que previnam o abandono e promovam a inclusão de jovens que enfrentam desafios socioeconômicos, além de assegurar espaços seguros, como creches e jardins de infância para seus filhos. A educação também deve ir além dos conteúdos tradicionais e integrar currículos que abordem questões de poder, desigualdades, injustiças sociais e oportunidade de explorar positivamente suas identidades.

A Política de Assistência Social também vai desempenhar um papel crucial em apoiar essas jovens fora do ambiente escolar. O aperfeiçoamento de políticas de assistência que ofereçam suporte financeiro, psicológico e social podem ajudar a mitigar as barreiras enfrentadas pelas adolescentes. Além disso, é necessário combater a invisibilização das questões sociais. Isso envolve ações para garantir que as desigualdades e injustiças não sejam minimizadas ou ignoradas nas políticas e práticas sociais.

Por fim, os resultados deste estudo também ajudam a preencher a lacuna de pesquisas que exploram a intersecção entre raça, gênero e classe no contexto das políticas de assistência. Além disso, oferecem subsídios valiosos para aprimorar a prática de profissionais que atuam na área,

especialmente psicólogos e psicólogas, ao fornecer dados que podem orientar a construção de intervenções educacionais e políticas públicas. Essas intervenções, desenvolvidas com base em uma compreensão mais profunda das experiências e necessidades de diferentes grupos raciais e de gênero, podem ser ajustadas de maneira mais precisa às fases de desenvolvimento e às realidades vividas por essas populações.

Estudos futuros devem explorar como a identidade social se transforma na vida adulta e quais fatores externos (escola, redes de apoio, experiências de discriminação) influenciam essa mudança. Estudos futuros podem também explorar quais fatores sociais, culturais ou tecnológicos contribuem para esse maior empoderamento entre as mais jovens e como esse empoderamento pode ser mantido ao longo do tempo, inclusive no aspecto coletivo.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. Juventudes e sexualidade. Brasília, DF: UNESCO, 2004. 426 p.
- ABREU, M. K. A.; LEME, V. B. R; FERNANDES, L. M; ROCHA, C.S.; XIMENES, V.M.; FREITAS, D. F.; COIMBRA, S. Escala de Discriminação Cotidiana para Adolescentes e Jovens: Adaptação e Evidências Psicométricas Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 22, núm. 2, 2022, Maio-Agosto, pp. 709-728 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.
- AFONSO, M. L. M.; FADUL, F. M. O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. *Pesqui. prá. psicossociais* [online]. 2015, vol.10, n.1 [citado 2024-01-20], pp. 140-154. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082015000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100012&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1809-8908.
- ALMEIDA, F. Monoparentalidade e Resiliência: Um estudo com Mulheres Chefes de Família em Situação de Baixa Renda. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal. Sergipe, p. 98 a 116. 2011
- ALVES, G. “Eu não vou sucumbir”: mulheres negras, usuárias do CRAS, no enfrentamento às opressões de raça, gênero e classe. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.
- ALVES, J. de M.; SEMZEZEM, P. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na Política de Assistência Social. *Serviço Social em Revista, [S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 143–166, 2013. DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p143.
- AMORIM, A. K. F. et al.. Preconceitos que se Cruzam: A Relação entre o Racismo, Sexismo e Valores. **Psico-USF**, v. 26, n. 2, p. 253–263, abr. 2021.
- AMPARO, D. M, GALVÃO, A. C. T., ALVES, P.B., BRASIL, K. T., & KOLLER, S. H.. (2008). ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO PSICOSSOCIAL: REDES DE APOIO Social e fatores pessoais de proteção. *Estudos De Psicologia (natal)*, 13(2), 165–174. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2008000200009>
- ANDRADE, P. M.; PEREIRA, L. L. A (In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social O Social em Questão, vol. 22, núm. 45, 2019, Setembro-, pp. 57-80 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil.
- ARAÚJO, M. S.; NOBRE, S. R. C.; PITEIRA, S. A. A trajetória da política de assistência social no brasil: entre avanços, retrocessos e os desafios impostos pela crise política e sanitária. IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 04 a 06 de julho de 2022.
- ASSMAR, E. M. L.; Ferreira, M. C. Estereótipos e preconceitos de gênero, liderança e justiça organizacional: controvérsias e sugestões para uma agenda de pesquisa Em: Marcus Eugênio Oliveira Lima & Marcos Emanuel Pereira (Orgs) Estereótipos, preconceitos e discriminação . Salvador : EDUFBA, 2004.p. 89-116.

- DE ANTONI, C. & KOLLER, S. H. (2004). A pesquisa psicológica sobre violência no microsistema familiar. In S. H. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 311-336). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- AYRES, J. R., FRANÇA JÚNIOR, I.; CALAZANS, G. J.; SALETTI FILHO, H. C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In D. Czeresnia (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. (2a ed) Rio de Janeiro: Fiocruz, (2009).
- BANDURA, A. (1978). Autoeficácia: Rumo a uma teoria unificadora de mudança comportamental. *Avanços na Pesquisa e Terapia Comportamental*, 1, 139–61
- BANDURA, A. (1995). Exercício de eficácia pessoal e colectiva nas sociedades em mudança. Em A. Bandura (Ed.), *Autoeficácia em sociedades em mudança* (pp. 1–45). Cambridge: Cambridge University Press
- BANDURA, A. (1997). *Autoeficácia: O exercício do controle*. Nova York: WH Freeman.
- BANDURA, A. (1978). Autoeficácia: Rumo a uma teoria unificadora de mudança comportamental. *Avanços na Pesquisa e Terapia Comportamental*, 1, 139–61
- BANDURA, A. (2000). Exercício da agência humana através da eficácia coletiva. *Direções atuais em Ciência Psicológica*, 9, 75–78.
- BICCA, C. S. (2011). A assistência social após a constituição federal de 1988. uma nova fase. *Caderno Virtual* Nº 24, v. 1 – jul-dez/2011
- BRINKERHOFF, D. W., & AZFAR, O. (2006). Decentralization and Community Empowerment: Does community empowerment deepen democracy and improve service delivery? Recuperado em 2 fevereiro, 2011, de Unaid: [http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PNADH325.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADH325.pdf).
- BONI, V.; QUARESMA S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80 [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)
- BOURDIE, P. (2012). *O poder simbólico* (Fernando Tomaz, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima Noely. A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública. *RIES*, ISSN 2238-832X, Caçador, v.4, n.1, p. 108-127, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: Trabalho Social com Famílias*. 1ª ED. BRASÍLIA, 2012.

- BRASIL. Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social/Organizadores: José Ferreira da Cruz.[et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 248p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.
- CALIXTO, Raianne Silva; WACHELKE, João; "Ideologia, Gênero e a Divisão do Trabalho Doméstico Familiar: Investigando uma Instância de Exclusão Psicossocial", p. 133 -152. In: Processos Psicossociais de Exclusão Social. São Paulo: Blucher, 2020. ISBN: 9786555060393, DOI 10.5151/9786555060393-07.
- CARRETEIRO, T. C. (1999). "A Doença como projeto" - uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. Em SAWAIA, B. (Org.) As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social Petrópolis: Editora Vozes
- CASTRO, M. G., & ABRAMOVAY, M.. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. Cadernos De Pesquisa, (116), 143–176. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200007>
- CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. In Políticas Sociais: acompanhamento e análise s/s
- CHIESA, Anna Maria e CIAMPONE, Maria Helena Trench. Princípios gerais para a abordagem de variáveis qualitativas e o emprego da metodologia de grupos focais. A classificação internacional das práticas de enfermagem em saúde coletiva-CIPESC. Tradução. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 1999. Acesso em: 31 ago. 2023
- COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. Social Problems, v. 33, n. 6, p. 14-32, Oct./Dec. 1986. Special Theory Issue. Disponível em: Acesso em: 17 jul. 2008.
- COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo , v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 set. 2023.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- COSTA, G. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam O Social em Questão, vol. 20, núm. 38, 2017, Maio-, pp. 227-246 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil.
- CÚNICO, S. D.; ARPINI, D.M. (2014). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. Aletheia 43-44, p.37-49, jan./ago.
- DATA SOCIAL. Quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família segundo cor ou raça. 2015.

- DE ANTONI, C., MARTINS, C., FERRONATO, M. A., SIMÕES, A., MAURENTE, V., Costa, F. e Koller, S. H. (2001). Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 53(2), 38-53.
- DE OLIVEIRA COSTA, F. Á., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-156.
- DE'PRET, E., e FISKE, ST (1993). Social cognition and power: some cognitive consequences of social structure as a source of deprivation of control. In G. Weary, F. Gleicher & KL Marsh (Eds.), *Control motivation and social cognition*(pp. 176–202). Nova York: Springer-Verlag
- DOS SANTOS, M.; RODRIGUES, R.; TAVARES, J. Políticas públicas, vulnerabilidade social e seus efeitos na saúde mental da população negra em um município do recôncavo da Bahia. *Ayvu: Revista de Psicologia*, v. 09, 2022.
- DRURY, J. & REICHER, S. (1999). The intergroup dynamics of collective empowerment: Substantiating the social identity model of crowd behavior.. *Group Processes and Intergroup Relations*, 2, 1–22.
- DRURY, J. & REICHER, S. (2000). Collective action and psychological change: The emergence of new social identities. *British Journal of Social Psychology*, 39, 579–604
- DRURY, J. & REICHER, S. (2005). Explaining lasting empowerment: A comparative study of collective action and psychological outcomes. *European Journal of Social Psychology*, 35, 35–58.
- ERIKSON, E. H. (1987). *Identidade, Juventude e Crise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- ESTEVES, J. R., & MENANDRO, P. R. M.. (2005). Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência. *Estudos De Psicologia (natal)*, 10(3), 363–370. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000300004>
- FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413389X2004000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2004000200004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 set. 2023.
- FERREIRA, Josiene dos Santos. Profissionais do SCFV e a identidade de crianças em situação de vulnerabilidade social: uma análise em termos de socialização étnico-racial. 2021. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.
- FESTINGER, L. (1954) A Theory of Social Comparison Processes. *Human Relations*, 7, 117-140. <http://dx.doi.org/10.1177/001872675400700202>
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p. ISBN 8521900058.
- FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 224 p.

- FORMIGA, N. S., GOUVEIA, V.V., & SANTOS, M. N. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: Sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 103-111. doi:10.1590/S141373722002000100013»<https://doi.org/10.1590/S141373722002000100013>
- FORMIGA, N. S. Consistência mensurável do sexismo ambivalente no contexto brasileiro. *Psicologia.com.pt: o portal dos psicólogos*, ago. 2006.
- FONSECA, D. J.; SILVA, R. L. PEDROSO, L. S. Invisibilidade do debate étnico-racial no suas: a materialização no cras e no SCFV. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 31, 2022
- GATTI, Bernadete. Pesquisa em educação: considerações sobre alguns pontos chave. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 6, n. 19, p. 25-35, set./dez. 2006. Pesquisa em educação.
- GIFFIN, K.; Dantas-Berger, S. M. Violência de gênero e sociedade de risco: uma abordagem relacional. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem Rio de Janeiro: EDUERJ*, 2007, p. 55-60.
- GIOVANNI, D. (1988). Sistemas de proteção social. Uma introdução conceitual. In M.A. Oliveira, (org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP.
- GLICK, P., & FISKE, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491–512. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491>
- GOLDANI, A. M. (1994 Novembro). As Famílias Brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas: A Família em Destaque, 91, 7-22.
- GOUVEIA, V. V. (1998). La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural (Tese de doutorado). Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madri, Espanha.
- GOUVEIA, V. V. (2003). A natureza motivacional dos Valores Humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 431- 443. doi: 10.1590/S1413-294X200300030001.<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000300010>
- HIRATA, H.. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61–73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- HOFFMAN, A.J.N; Kurtz-Costes, B.; Shaheed J. Ethnic-Racial Identity, Gender Identity, and Well-Being in Cherokee Early Adolescents.© 2020 American Psychological Association 2021, Vol. 27, No. 1, 60 –71 ISSN: 1099-9809 <http://dx.doi.org/10.1037/cdp0000354>
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro Demográfico de 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- KINALSKI, D. D. F. et al.. Focus group on qualitative research: experience report. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 2, p. 424–429, mar. 2017.
- KIND, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica dde grupos focais. *Psicologia em Revista*. 10 (15), 124-136.

- KROGER, J. (2000). Identity development: Adolescence through adulthood. Thousand Oaks, CA: Sage.
- LIMA, M. E. O., e Vala, J. (2004b). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. Estudos de Psicologia (Natal), 9 (3), 401-412. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413294X2004000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2004000300002)
- LIMA, M., Rios, F., e França, D. (2013). Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho. In M. M. Marcondes et al. (Orgs.). Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, (pp. 53-80). Recuperado de [http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com\\_content&view=article&id=731](http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=731)
- LIMA, M.E.O. Psicologia social do preconceito e do racismo. O que é o Racismo, São Paulo: Blucher Open Access, 2020. pp 80 a 84
- LIMA, M.E.O. Psicologia social do preconceito e do racismo. Como o racismo se expressa,. São Paulo: Blucher Open Access, 2020. pp 86 a 93.
- LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Psicologia Social do Preconceito e do Racismo. Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo, 2020
- LONARDONI, ELIANA, GIMENES, JUNIA GARCIA, DOS SANTOS, MARIA LUCIA & NOZABELLI, SÔNIA REGINA. **O Processo de Afirmação da Assistência Social como Política Social**, Serviço Social em Revista, uma publicação semestral do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, Jan/Jun 2006, Vol. 08- Número 2).
- LOURO, G. L. (2003). Gênero, sexualidade e educação (6ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- LOTT, B. (2012) The Social Psychology Of Class and Classism. November 2012 • American Psychologist. DOI: 10.1037/a0029369
- MATOS, D.F; CAVALCANTI, L. F. UM SOLUÇAR DE DOR: o aumento da vulnerabilidade social de mulheres negras na pandemia de Covid-19. In – MATOS, D. F. da S.; SOUZA; L. A. da S.; BASTOS, R. L. Antirracismo, lutas de gênero e LGBTQIAPN+. Volume 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. ISBN: 978-65-6070-012-3
- MENEZES, J. A; LEITE, M. O. BARBOSA, E. S.; ADRIÃO, K. G. Gravidez e maternidade na adolescência e suas repercussões no processo de escolarização Florianópolis, v. 13, n. 02, pp. 134 – 154, jul./dez. 2012
- MIOTO, R. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 12, N.2, P. 163-176, JAN./JUN. 2010
- MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001
- MONTEIRO, M. B; FRANÇA, D. X. As novas expressões de racismo na infância In: Marcus Eugênio Oliveira Lima e Marcos Emanuel Pereira (Org). **Estereótipos, preconceitos e discriminação**. Salvador: EDUFBA, 2004.

- MOREIRA-PRIMO, U. S. & FRANÇA, D. X. Identidade racial e percepção do valor social dos grupos pelas crianças: uma análise em termos de desenvolvimento, *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 25, n. 47, p. 1-2, jan./jun., 2023.
- NERI, A. G. S; LAURINDO, A. E. O. Território, assistência social e os desafios para o cras: apontamentos a partir da experiência de estágio curricular obrigatório em serviço social. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, Vitória-ES, 2028.
- NASCIMENTO, E. C., CABRAL, F. P., & CERQUEIRA, L. S. (2019). A interseccionalidade de raça e gênero no acesso ao mercado de trabalho: uma breve análise dos dados do IBGE ano base 2016. *Diversidade E Educação*, 7(Especial), 68–83. <https://doi.org/10.14295/de.v7iEspecial.9493>
- NETO, O.C, MOREIRA, M.R & SUCENA, L. F. M. (2002). Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientando como técnica de investigação, em Associação Brasileira de Estudos Populacionais Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (pp.1-26). Ouro Preto. ABEP.
- OLIVEIRA, D. V. Monoparentalidade feminina e socialização dos filhos [manuscrito]: um estudo com famílias em situação de vulnerabilidade social. / Daniela Vale de Oliveira. - 2020.
- PAPALIA, d.e.e Feldman, r.d. (2013). *Desenvolvimento Humano*. ( 12ª ed, pp. 384 -386). Porto Alegre, Artmed.
- PERKINS, D. D., & ZIMMERMAN, M. A. (1995). Empowerment theory, research, and application. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 569–579. doi:10.1007/bf02506982
- PINTO, C. Q. N.(2020). Classe, raça e gênero no âmbito dos programas de transferência de renda. 2020. 43 f. Trabalho final de curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2020.
- PINTO, M. S. A. P. (2019). *Guia de Aplicação da Escala de Empoderamento* / Maria Solange Araújo Paiva Pinto; Héllen Xavier Oliveira; Jaqueline Caracas Barbosa; Alberto Novaes Ramos Júnior. – Fortaleza, 2019.
- POLETTI, M. (2007). Contextos ecológicos de promoção de resiliência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PRISCO, T. (2019). Apontamentos sobre a transversalidade de gênero no serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF da assistência social de Belo Horizonte. *Perspectivas Em Políticas Públicas*, 12(23), 91–125.
- QUEIROZ, I. S. DE .; PRADO, M. A. M. (2018). Pesquisa narrativa com mulheres que usam drogas: uma experiência etnográfica feminista. *Psicologia USP*, v. 29, n. 2, p. 226–235, maio 2018.
- RAPPAPORT, J. (1984). Studies in empowerment: Introduction to the issue. *Prevention in Human Services*, 3, 1-7.
- RAPPAPORT, J. (1987). Terms of empowerment/exemplars of prevention: Toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15, 121-148.

- REICHER, S. (1996a). Identidade social e mudança social: Repensando o contexto da psicologia social, Em WP Robinson (Ed.), Grupos sociais e identidades: Desenvolvendo o legado de Henri Tajfel (pp. 317– 336). Londres: Butterworth.
- REICHER, S. (1996b). A batalha de Westminster: Desenvolvendo o modelo de identidade social do comportamento da multidão para explicar o início e o desenvolvimento do conflito coletivo. *Jornal Europeu de Psicologia Social*, 26, 115–134.
- RODRIGUES, Gislene Araújo. Assistência social e mulheres negras: um estudo pela perspectiva decolonial e interseccional sobre os atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica no CREAS. 2022. 188 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- ROGERS, E S.; CHAMBERLLN, J.; ELLISON, M. L.; CREAN, T. A consumer-constructed scale to measure empowerment among users of mental health services. (1997). *Psychiatric Services*, 48(8), 1042–1047. doi:10.1176/ps.48.8.1042
- ROSSETTO, M. S.; SCHERMANN, L. B.; BÉRIA, J. U. Maternidade na adolescência: indicadores emocionais negativos e fatores associados em mães de 14 a 16 anos em Porto Alegre, RS, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2014, v. 19, n. 10
- SARTI, C. A. (1994). A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas: A Família em Destaque*. 91. 46-53.
- SIMÕES, S., & Matos, M. (2010). Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil. In: M. F. Souza (Org.), *Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas* (pp. 15-40). Belo Horizonte: Argvmentvm.
- SIQUEIRA, Ana Carolina Areias Nicolau. Questões raciais no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS da cidade de São João de Meriti: desafios para psicólogas e psicólogos. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SILVA, K. S. DA ., ROZENBERG, R., BONAN, C., CHUVA, V. C. C., COSTA, S. F. DA ., & GOMES, M. A. DE S. M.. (2011). Gravidez recorrente na adolescência e vulnerabilidade social no Rio de Janeiro (RJ, Brasil): uma análise de dados do Sistema de Nascidos Vivos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(5), 2485–2493. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000500018>
- SILVA, V. P. A discriminação da mulher negra no setor industrial sergipano entre 2007 e 2014: uma análise dos impactos da norma de responsabilidade social empresarial. 2017. 148 f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.
- SMITH, L. (2010). *Psychology, poverty, and the end of social exclusion*. New York, NY: Teachers College Press
- SCOTT, Juliano Beck; PROLA, Caroline de Abreu; SIQUEIRA, Aline Cardoso e PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* [online]. 2018, vol.24, n.2 [citado 2024-01-17], pp. 600-615.
- SOLON, Avrairan Fabrícia Alves Caetano. Desafios da trajetória da psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. 2018. 204f. Dissertação (Mestrado em

Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA, Jesse. (2021) Como o Racismo criou o Brasil. 1ª ed., Estação Brasil.

SOUSA, C. R. DE O., GOMES, K. R. O., SILVA, K. C. DE O., MASCARENHAS, M. D. M., RODRIGUES, M. T. P., ANDRADE, J. X., & LEAL, M. A. B. F.. (2018). Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. *Cadernos Saúde Coletiva*, 26(2), 160–169. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201800020461>

TAJFEL, H. (1978). Categorização Social, Identidade Social e Comparação Social. Em H. Tajfel (Ed.), *Diferenciação entre Grupos Sociais: Estudos em Psicologia Social das Relações Intergrupais* (pp. 61-76). Londres: Academic Press.

TAJEL, H. Grupos Humanos e Categorias Sociais (Vol.1 e 2). Lisboa. Livros Horizonte, 1982.

TANTI, C., STUKAS, A. A., HALLORAN, M. J., & FODDY, M. (2011). Social identity change: Shifts in social identity during adolescence. *Journal of Adolescence*, 34(3), 555–567. doi:10.1016/j.adolescence.2010

TAJFEL, H. Grupos Humanos e categorias Sociais. Lisboa: Livros Horizontes, 1981, pp.290-303.

TARRANT, M., NORTH, A. C., EDRIDGE, M. D., KIRK, L. E., SMITH, E. A., & TURNER, R. E. (2001). Social identity in adolescence. *Journal of Adolescence*, 24(5), 597–609. doi:10.1006/jado.2000.0392

WILLIAMS, D. R., YU, Y., JACKSON, J. S., & ANDERSON, N. B. (1997). Racial differences in physical and mental health: Socioeconomic status, stress, and discrimination. *Journal of Health Psychology*, 2(3), 335-351. <https://doi.org/10.1177/135910539700200305>

VALA, J. (2015). Racismos: representações sociais, preconceito racial e pressões normativas. In J. C. Jesuíno, F. R. P. Mendes & M. J. Lopes (Eds.), *As representações sociais nas sociedades em mudança*, pp. 153-183. (Coleção Psicologia Social). Petrópolis, RJ: Vozes.

VALA, J, Brito, R., e Lopes, D. (1999). Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

YUNES, Maria Angela Mattar, *Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família*, *Psicol. estud.*; 8(n.esp): 75-84, 2003. Ilus Artigo em Português | LILACS, Index Psicologia - Periódicos | ID: lil-359557, Biblioteca responsável: [BR1.1](#), Localização: BR513.1; 150, PES, V.8, NESP

YAZBEK, Maria Carmelita. A assistência social na prática profissional: história e perspectivas. In: *Serviço Social & Sociedade*, n. 85. São Paulo, Cortez, 2006.

YUNES, Maria Angela Mattar. *Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família*, *Psicologia em Estudo*, Maringá. 8, num. esp., p. 75-84, 2003.

ZALUAR, A. (1994a). *Condomínio do Diabo* Rio de Janeiro: Revan/ Ed. UFRJ.

# APÊNDICES

APÊNDICE A  
CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Lucianne Rocha Lima, Secretária de Assistência Social do município de São Cristóvão (SE), encaminho anuência institucional deste campus para realização da pesquisa intitulada: Monoparentalidade e Empoderamento Identitário: um estudo com mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social, de autoria da pesquisadora Ingrid Mary Santos de Oliveira, aluna do Mestrado Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe. Conforme a pesquisadora responsável, este estudo seguirá sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalila Xavier de França. O seu objetivo geral consiste em verificar a identidade étnico-racial e autoestima de adolescentes de baixa renda, e chefes de famílias, e suas estratégias de empoderamento identitário face aos efeitos do racismo, sexismo e classismo e seus objetivos específicos serão: a) Investigar como a raça, classe e gênero se intersecciona com na produção da vulnerabilidade das adolescentes chefes de famílias, b) Analisar se as adolescentes pretas e pardas chefes de famílias se percebem discriminadas nos níveis de sua raça, classe e gênero, c) Analisar se as adolescentes pretas e pardas chefes de famílias se percebem discriminadas nos níveis de sua raça, classe e gênero e d) Verificar os fatores previsores de percepção de ascensão social ou mudanças na possibilidade de empregabilidade: identidade e a autoestima, étnico-racial, de gênero e de classe social, racismo, sexismo, classismo , número de filhos, apoio materno ou institucional.

Nessa perspectiva, a pesquisa será realizada no CRAS Gilson Prado localizado no bairro Rosa Elze no município de São Cristóvão (SE). A coleta de dados da pesquisa acontecerá através de um grupo focal e através de questionários que serão realizados e aplicados em adolescentes acompanhadas pela equipe técnica do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa exclusivamente para fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo: 1) o não uso das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades; 2) ao anuente solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa; 3) que não haverá nenhuma despesa para esta instituição a qual seja decorrente da participação dessa pesquisa; 4) a liberdade do anuente de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa,

sem penalização alguma, caso não sejam cumpridos os compromissos dispostos nesta Carta de Anuência. Antes de iniciar a coleta de dados envolvendo seres humanos, a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

São Cristóvão (SE), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

( ) Concordamos com a solicitação ( ) Não concordamos com a solicitação

---

Ingrid Mary Santos de Oliveira Pesquisadora Responsável CPF: 005.877.995-79, Lucianne Rocha Lima, Secretária de Assistência Social, CPF: 005.035.775-10.

## APÊNDICE B

### QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

- Objetivo geral da pesquisa: Verificar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda que são chefes de famílias, suas percepções dos impactos do racismo, classismo e sexismo na sua condição de vulnerabilidade social, bem como suas noções de empoderamento.

#### **Dados da Participante**

Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro \_\_\_\_\_

Entrevistadora:

---

#### **DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS:**

**1- Qual a sua idade?**

---

**2- Estado Civil**

( ) Casada

( ) Solteira,

( ) Possui Companheiro

( ) Possui Companheira

Objetivo: a) Verificar a identidade étnico-racial de adolescente

---

**3- Qual a sua cor de pele?**



sim  não

Tipo de vínculo:  Autônoma  Empregada com Registro de CTPS como jovem aprendiz (  
 Outro

**12- Qual a renda mensal da sua família?**

menos de 1 salário mínimo

1 salário mínimo

mais de 1 salário mínimo

Objetivos: b) Investigar, na percepção das adolescentes, se raça, classe e gênero interseccionam a condição de vulnerabilidade;

e) Verificar os fatores preditores da persistência na vulnerabilidade social: raça/cor, número de filhos, escolaridade, apoio familiar]

**13- Para você, quanto cada situação mencionada nas perguntas abaixo dificulta a superação da condição econômica ou financeira que você se encontra?**

**a) Falta de escolaridade.**

Nada  Pouco  mais ou menos  muito  Totalmente

**b) Não ter rede de apoio.**

Nada  Pouco  mais ou menos  muito  Totalmente

**c) Número de filhos.**

Nada  Pouco  mais ou menos  muito  Totalmente

**d) Cor da pele.**

Nada  Pouco  mais ou menos  muito  Totalmente

**e) Ser mãe/ser mulher.**

Nada  Pouco  mais ou menos  muito  Totalmente

**f) Falta de contribuição financeira e afetiva com o cuidado do/a filho/a pelo pai da criança.**

Nada  Pouco  mais ou menos  muito  Totalmente

**g) Idade.**

Nada  Pouco  mais ou menos  muito  Totalmente

**h) Falta de emprego.**

Nada  Pouco  mais ou menos  muito  Totalmente

**h) Falta de creche.**

Nada  Pouco  mais ou menos  muito  Totalmente

Adaptação brasileira da Escala de Discriminação Cotidiana para Adolescentes e Jovens Autores: Breu et. al (2022).

---

Assinale qual a frequência com que você vivencia cada situação abaixo: [Nunca; 1 = Raramente (Menos de 1 vez/ano); 2 = Poucas vezes (algumas vezes/ano); 3 = Algumas vezes (Algumas vezes/mês); 4 – Muitas vezes (Pelo menos 1 vez/semana); 5 – Quase sempre (Quase todos os dias)].

**14- As pessoas insultam você.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( ) Quase sempre ( )

**15- As pessoas agem como se pensassem que você não é inteligente.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( ) Quase sempre ( )

**16- Você é tratado/a com menos simpatia do que as outras pessoas.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( )  
Quase sempre ( )

**17- As pessoas agem como se pensassem que você é desonesto/a.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( )  
Quase sempre ( )

**18- Você é tratado/a com menos respeito do que as outras pessoas.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( )  
Quase sempre ( )

**19- As pessoas agem como se houvesse algo de errado com você.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( )  
Quase sempre ( )

**20- As pessoas ameaçam ou provocam você.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( )  
Quase sempre ( )

**21- As pessoas agem como se fossem melhores do que você.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( )  
Quase sempre ( )

**22- Em lojas, restaurantes, ou em outros serviços, você é menos bem atendido/a do que as outras pessoas.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( ) Quase sempre ( )

**23- As pessoas tratam você de forma negativa por acharem que você parece com uma pessoa do sexo oposto.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( ) Quase sempre ( )

**24- As pessoas agem como se tivessem medo de você.**

Nunca ( ) Raramente ( ) Poucas vezes ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( )  
Quase sempre ( )

**25- Caso uma ou mais dessas situações ocorram várias vezes ao ano, assinale qual “o principal motivo” dessa vivências.**

- ( ) nível educacional
- ( ) gênero
- ( ) nível econômico
- ( ) aparência física (cor de pele/cabelo)

cala de Empoderamento de Pinto et al (2019).

Instruções: Abaixo estão declarações relacionadas a algumas perspectivas de vida e tomada de decisão. Por favor, responda o número da opção que esteja mais de acordo com o que você sente agora. As primeiras impressões são as melhores. Seja honesto com você mesmo e assim suas respostas irão refletir seus sentimentos.

**26- Eu posso quase sempre determinar o que irá acontecer em minha vida.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**27- As pessoas têm mais poder se elas se juntarem umas com as outras em um grupo.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**28- Ficar com raiva de alguma coisa nunca ajuda.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**30- Em geral, sou confiante com as decisões que tomo.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**31- As pessoas não têm o direito de se aborrecerem somente porque não gostam de alguém.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**32- A maioria das dificuldades em minha vida foi devido à má sorte.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**33- Eu me vejo como uma pessoa capaz.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**34- Se lamentar não leva a lugar nenhum.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**35- Pessoas trabalhando juntas podem fazer diferença na comunidade.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**36- Frequentemente, sou capaz de superar obstáculos.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**37- Geralmente, sou otimista sobre o futuro.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**38- Quando faço planos, tenho quase certeza de que vou fazê-los acontecer.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**39- Em geral, sinto-me só.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**40- Estudiosos estão na melhor posição de saber o que o povo deve fazer ou aprender.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**41- Sou capaz de fazer coisas como qualquer outra pessoa.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**42- Em geral, cumpro o que planejei fazer.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**43- As pessoas devem tentar viver suas vidas como quiserem.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**44- Na maioria das vezes, sinto-me sem forças.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**45- Quando eu estou inseguro (a) com alguma coisa, em geral, sigo as outras pessoas**

**(ou faço o que todo mundo faz).**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**46- Sinto que tenho o mesmo valor que as outras pessoas.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**47- As pessoas têm o direito de tomar suas decisões, mesmo que se saiam mal (ou que possam se sair mal).**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**48- Eu acho que tenho algumas qualidades.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**49- Frequentemente, um problema pode ser resolvido com uma ação.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

**50- Trabalhar com outros da minha comunidade pode ajudar a mudar as coisas para melhor.**

(0)Nada (1)Pouco (2) Mais ou Menos (3)Muito (4) Totalmente

## APÊNDICE C

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

### LINHA 2: PSICOLOGIA COGNITIVA E PSICOLOGIA SOCIAL

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

Olá,

Fazemos parte de um grupo de cientistas! Me chamo Ingrid Mary Santos de Oliveira, e trabalhamos no CRAS Gilson Prado no município de São Cristóvão (SE). Estamos aqui para conversar com você e o adulto que te acompanha. Vem com a gente! Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa que se chama Monoparentalidade e Empoderamento Identitário: um estudo com mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Este documento serve para você ficar sabendo de tudo sobre a pesquisa e o que vai acontecer nela, não se esqueça qualquer dúvida é só perguntar para o pesquisador ou seu responsável.

Sua contribuição é importante, porém, você não deve participar se não quiser. Você decidirá se participará ou não.

Seus responsáveis também precisarão autorizar! Iremos conversar com ele/a e explicar, vocês dois terão que concordar.

Antes de decidir, é importante que você entenda porque esta pesquisa está sendo realizada e como será desenvolvida.

Mesmo se você aceitar agora, você pode mudar de ideia a qualquer momento e dizer que não quer mais fazer parte. Em todos esses casos está tudo bem, você não será prejudicado de nenhuma forma

Para participar você nem seus pais não precisam pagar nada.

- a) **Por que a pesquisa está sendo realizada?** Para verificar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda que são chefes de famílias, suas percepções dos impactos do racismo, classismo e sexismo na sua condição de vulnerabilidade social, bem como suas noções de empoderamento, Verificar a identidade étnico-racial de adolescentes em situação de vulnerabilidade social chefes de famílias;
- b) Investigar se raça, classe e gênero interseccionam a condição de vulnerabilidade das adolescentes chefes de famílias;
- c) Analisar as percepções das adolescentes sobre discriminação no nível de raça, classe e gênero;
- d) Investigar as noções de empoderamento das participantes;
- e) Verificar os fatores preditores da persistência na vulnerabilidade social: raça/cor, número de filhos, escolaridade, apoio familiar;

Ela está sendo feita para contribuir nas reflexões dessas adolescentes sobre o reconhecimento da sua cor de pele, mas também para proporcionar uma percepção sobre sua identidade étnico-racial e sobre a noção de empoderamento, valorizando aspectos de pertencimento grupal, além disso, para fomentar ações e práticas a essas adolescentes de baixa renda, para que elas possam se defender e propagar a importância de atitudes antirracistas em situações que elas possam sofrer algum tipo de preconceito em relação à cor de sua pele. Considerar a especificidade desses fatores é (re)construir ações que irão conduzir essas adolescentes a uma formação humana crítica-reflexiva, e irá oportunizar uma proximidade ao acesso a oportunidades a essas adolescentes, como também irá subsidiar um processo de defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos em prol do combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica para essas meninas.

Quem pode participar?

Adolescentes com idades entre 12 e 18 anos, mães solas em situação de vulnerabilidade social que são atendidas na Unidade CRAS (Gilson Prado - São Cristóvão/Se), vinculado ao Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) deste município.

O que vai acontecer durante a pesquisa? Se você quiser participar, nós iremos fazer uma entrevista com você utilizando um questionário com perguntas pré-definidas, esse questionário terá questões Se você quiser participar, nós iremos fazer dois encontros: o primeiro encontro será uma entrevista com você utilizando um questionário com perguntas pré-definidas, nesse questionário terá questões referentes sobre seus dados pessoais e características físicas, como também terá perguntas sobre o local que você mora e com quem você mora. Além disso, esse questionário terá informações sobre sua identidade étnico-racial, depois desse primeiro encontro, teremos um segundo encontro onde será feito um grupo com 08 ou 10 meninas, dentro desse grupo serão feitas algumas perguntas que estarão relacionadas com o seu dia a dia, com a sua vida, sobre você, sua família (filhos) e sobre sua renda.

Quais são os riscos ao participar?

Cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; constrangimento ao realizar exames antropométricos; constrangimento ao se expor durante a realização de testes de qualquer natureza; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional etc.

Mas não se preocupe! Vamos tomar bastante cuidado.

Garanto que serão sempre respeitados os seus valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os seus hábitos e costumes, asseguro a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro, também garanto a você a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras). Irei limitar o acesso aos prontuários apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa, irei garantir que enquanto pesquisadora estarei habilitada ao método de coleta dos dados durante o grupo focal e entrevistas, estarei atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, caso você apresente algum durante a pesquisa. Irei garantir a vocês o acesso aos resultados individuais e coletivos e irei minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras.



Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br .Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato– Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

### **Declaração do pesquisador**

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o assentimento deste participante para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_ Local/data: \_\_\_\_\_

Rubrica do pesquisador principal	Rubrica do participante
----------------------------------	-------------------------

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**  
**LINHA 2: PSICOLOGIA COGNITIVA E PSICOLOGIA SOCIAL**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Título do Projeto: Monoparentalidade e Empoderamento Identitário: um estudo com mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Pesquisadora Responsável: Ingrid Mary Santos de Oliveira.

Local onde será realizada a pesquisa: CRAS Gilson Prado, localizado no município de São Cristóvão (SE), no estado de Sergipe.

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) desta pesquisa porque você é adolescente, mãe solo e está em acompanhamento pela Política de Assistência Social. Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa será realizada porque ela pretende contribuir nas reflexões dessas adolescentes sobre o reconhecimento da sua cor de pele, mas também proporcionar uma percepção sobre sua identidade étnico-racial e sobre a noção de empoderamento, valorizando aspectos de pertencimento grupal, além disso, será possível fomentar ações e práticas a essas adolescentes de baixa renda, para que elas possam se defender e propagar a importância de atitudes antirracistas em situações que elas possam vir a sofrer algum tipo de preconceito em relação à cor de sua pele. Considerar a especificidade desses fatores é (re)construir ações que irão conduzir essas adolescentes a uma formação humana crítica-reflexiva, e irá oportunizar uma proximidade ao acesso a oportunidades a essas adolescentes, como também irá subsidiar um processo de defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos em prol do combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica para essas meninas.

Os objetivos dessa pesquisa são verificar a identidade étnico-racial de adolescentes de baixa renda que são chefes de famílias, suas percepções dos impactos do racismo, classismo e sexismo na sua condição de vulnerabilidade social, bem como suas noções de empoderamento, verificar a identidade étnico-racial de adolescentes em situação de vulnerabilidade social chefes de famílias; investigar se raça, classe e gênero interseccionam a condição de vulnerabilidade das adolescentes chefes de famílias; analisar as percepções das adolescentes sobre discriminação no nível de raça, classe e gênero; investigar as noções de empoderamento das participantes; verificar os fatores preditores da persistência na vulnerabilidade social: raça/cor, número de filhos, escolaridade, apoio familiar.

Os participantes da pesquisa são adolescentes com idades entre 12 e 18 anos, mães solas em situação de vulnerabilidade social que são atendidas na Unidade CRAS (Gilson Prado - São Cristóvão/Se), vinculado ao Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) deste município.

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa.

A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma. Caso você já esteja em tratamento e não queira participar, você não será penalizado por isso.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Ingrid Mary Santos de Oliveira, nos telefones: 99894-8182, celular: (079) 99965-5373, e e-mail: [ingridmary@hotmail.com](mailto:ingridmary@hotmail.com).

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: [cep@academico.ufs.br](mailto:cep@academico.ufs.br) .Telefone: (79) 3194-7208 e horários de contato– Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site:

[http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha\\_Direitos\\_Participantes\\_de\\_Pesquisa\\_2020.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf)

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

#### O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

Se você quiser participar, nós iremos fazer uma entrevista com você utilizando um questionário com perguntas pré-definidas, esse questionário terá questões. Se você quiser participar, nós iremos fazer dois encontros: o primeiro encontro será uma entrevista com você utilizando um questionário com perguntas pré-definidas, Esse questionário terá questões referentes sobre seus dados pessoais e características físicas, como também terá perguntas sobre o local que você mora e com quem você mora, além disso, esse questionário terá informações sobre sua identidade étnico-racial. Depois desse primeiro encontro, teremos um segundo encontro onde será feito um grupo com 08 ou 10 meninas, dentro desse grupo serão feitas algumas perguntas que estarão relacionadas com o seu dia a dia, com a sua vida, sobre você, sua família (filhos) e sobre sua renda.

#### DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA:

Se você quiser participar, nós iremos fazer dois encontros: o primeiro encontro será uma entrevista com você utilizando um questionário com perguntas pré-definidas. Esse questionário terá questões referentes sobre seus dados pessoais e características físicas, como também terá perguntas sobre o

local que você mora e com quem você mora, além disso, esse questionário terá informações sobre sua identidade étnico-racial, depois desse primeiro encontro, teremos um segundo encontro onde será feito um grupo com 08 ou 10 meninas, dentro desse grupo serão feitas algumas perguntas que estarão relacionadas com o seu dia a dia, com a sua vida, sobre você, sua família (filhos) e sobre sua renda.

**RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; constrangimento ao realizar exames antropométricos; constrangimento ao se expor durante a realização de testes de qualquer natureza; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional etc.

#### **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:**

Participar desta pesquisa pode ser bom, pois você poderá perceber aspectos relacionados à sua vida, quais estratégias e ações você poderá buscar para melhorar sua condição socioeconômica e melhorar sua qualidade de vida e de seus filhos, e conseqüentemente você estará contribuindo para avanços em relação a acesso de conhecimento sobre você e a comunidade que você faz parte, para que posteriormente essas informações que serão coletadas aqui possam contribuir para melhorar a oferta de serviços, programas e projetos das políticas públicas que vocês acessam (como: educação, saúde, moradia, assistência social e etc), e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida de vocês e da comunidade em que vocês residem.

**PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** Os dados dos participantes, como: dados pessoais, clínicos, gravações de voz, imagens ou respostas de questionários, serão utilizados em publicações científicas de forma que serão garantidas a privacidade e a confidencialidade, não permitindo a identificação do participante.

**ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:** Cada participante terá o direito, caso solicite, a ter acesso aos resultados da pesquisa.

**CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** Você não terá custos para participar desta pesquisa; se você tiver gastos com exames, transporte e alimentação, inclusive de seu acompanhante (se necessário), eles serão reembolsados pelo pesquisador. A pesquisa também não envolve compensações financeiras, ou seja, você não poderá receber pagamento para participar.

**DANOS E INDENIZAÇÕES:** Se lhe ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante a pesquisa, lhe será garantido o direito à assistência médica imediata, integral e gratuita, às custas do pesquisador responsável, com possibilidade de indenização caso o dano for decorrente da pesquisa (através de vias judiciais Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954).

#### **Consentimento do participante**

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_ local \_\_\_\_\_  
data: \_\_\_\_\_.

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador

Responsável \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

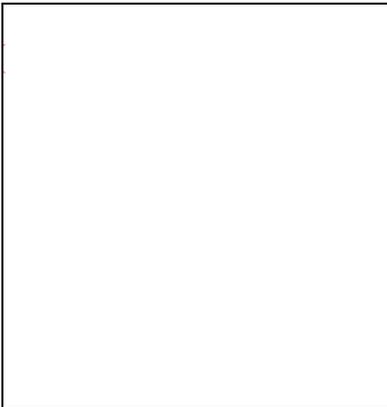
Local/data: \_\_\_\_\_

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha quando aplicável:

\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Local/data: \_\_\_\_\_



Assinatura Datiloscópica (*quando não alfabetizado*)